



REVISTA DA

# ABRALIN

---

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LINGUÍSTICA





REVISTA DA  
**ABRALIN**

---

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LINGUÍSTICA

ISSN 1678-1805

REVISTA DA ABRALIN	VOLUME IX	NÚMERO 2	JUL./DEZ. DE 2010
--------------------	-----------	----------	-------------------



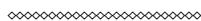


REVISTA DA  
**ABRALIN**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LINGUÍSTICA

CONSELHO EDITORIAL

Aryon Dall'Igna Rodrigues (UnB)	Lorenzo Teixeira Vitral (UFMG)
Bruna Franchetto (UFRJ/Museu Nacional)	Luiz Carlos Cagliari (Unesp Araraquara)
Charlotte Marie C. Galves (Unicamp)	Luiz Marcuschi (UFPE)
Carlos Alberto Faraco (UFPR)	Luiz Paulo da Moita Lopes (UFRJ)
Cláudia Nívea Roncarati de Souza (UFF)	Maralice de Souza Neves (UFMG)
Daniel Vanderveken (Un. du Québec à Trois Rivières)	Márcia Cançado (UFMG)
Didier Sheila Jean Marie Demolin (USP)	Marcus Antonio Rezende Maia (UFRJ/ Museu Nacional)
Dino Preti (USP)	Margarida Basílio (PUC_Rio)
Eduardo Guimarães (Unicamp)	Maria Aparecida Torres Morais (USP)
Eleonora Cavalcante Albano (Unicamp)	Maria Bernardete Abaurre (Unicamp)
Eni de Lourdes P. Orlandi (Unicamp)	Maria Eugênia Lamoglia Duarte (UFRJ)
Esmeralda Negrão (USP)	Maria da Graça Krieger (Unisinos)
Fábio Alves (UFMG)	Maria Helena Mira Mateus (Un. de Lisboa)
Gillian Sankoff (University of Pennsylvania)	Maria Helena M. Neves (Unesp-Araraquara)
Gregory Guy (York University)	Maria luiza Braga (UFRJ)
Ida Lúcia Machado (UFMG)	Maria Manoliu (Univ. of Califórnia - Davis)
Teda Maria Alves (USP)	Maria Marta Pereira Scherre (UnB)
Ilza Maria de Oliveira Ribeiro (UFBA)	Oswaldo Ducrot (EHESS - Paris)
Ingedore Grunfeld Villaça Koch (Unicamp)	Palmira Marrafa (Universidade de Lisboa)
Ingrid Finger (UFRGS)	Rosane de Andrade Berlinck (Unesp)
Leda Bisol (PUC-RS)	Ruth Elisabeth V. Lopes (Unicamp)
Leo Wetzels (Vrije Universiteit Amsterdam)	Sergio de Moura Menuzzi (UFRGS)
Leonor Scliar-Cabral (UFSC)	Tereza Cabré (Universidade de Barcelona)
Letícia Maria Sicuro Corrêa (PUC_RIO)	



REVISÃO E NORMALIZAÇÃO DE TEXTOS

Prof. Dr. Rodolfo Ilari  
Prof. Dra. Teresa Cristina Wachowicz

CAPA E PROJETO GRÁFICO

Lúcio Baggio

FORMATÇÃO

Patricia Mabel Kelly Ramos

COMITÊ EDITORIAL

EDITOR-CHEFE

Prof. Dr. Rodolfo Ilari  
*Universidade Estadual de Campinas*

Prof. Dr. Dermeval da Hora  
*Universidade Federal da Paraíba*

Prof.ª. Dra. Thais Cristóforo Silva  
*Universidade Federal de Minas Gerais*

EDITOR ADJUNTO

Prof.ª. Dra. Teresa Cristina Wachowicz  
*Universidade Federal do Paraná*

Prof.ª. Dra. Kazuê Saito Monteiro de Barros  
*Universidade Federal de Pernambuco*

Prof.ª. Dra. Maria Carlota Amaral P. Rosa  
*Universidade Federal do Rio de Janeiro*





REVISTA DA

# ABRALIN

---

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LINGUÍSTICA



REVISTA DA  
**ABRALIN**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LINGÜÍSTICA

R454 Revista da Abralín / Associação Brasileira de  
Linguística. Vol 1. n.1 (jun.2002 - . - Curitiba,  
PR: UFPR, 2002-.

Vol.9, n.2 (jul./dez 2010)  
Semestral  
ISSN 1678-1805

1. Lingüística - Periódicos. 2. Gramática comparada e  
geral. 3. Palavra - Linguística. I. Universidade Fedral do  
Paraná. II. Associação Brasileira de Linguística. III.  
Título.

CDD: 415

Bibliotecário: **Arthur Leitis Junior - CRB9/1548**





## SUMÁRIO

### ARTIGOS

RASTREAMENTO OCULAR DE SINTAGMAS PREPOSICIONAIS AMBÍGUOS EM PORTUGUÊS..... 11  
*Marcus Maia - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - CNPq*

“O PORTUGUÊS SÃO TRÊS”: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS PARA A HIPÓTESE DE COMPETIÇÃO DE  
GRAMÁTICAS ..... 37  
*Marco Antonio Martins - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)*

LEITURAS CUMULATIVAS: ACARRETAMENTO E IMPLICATURAS..... 77  
*Marcelo Barra Ferreira - Universidade de São Paulo (USP)*

PARA UMA ABORDAGEM SINTÁTICO-SEMÂNTICA DO PREFIXO DES- ..... 95  
*Alessandro Boechat de Medeiros - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)*

REPRESENTAÇÃO LEXICAL DE VERBOS INCOATIVOS E CAUSATIVOS NO PORTUGUÊS  
Brasileiro..... 123  
*Márcia Caçado - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)*  
*Luana Amaral - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)*

CAUSATIVAS SINTÁTICAS NO DIALETO MINEIRO: NOVAS EVIDÊNCIAS A FAVOR DA ESTRUTURA  
BIPARTIDA DO VP?..... 149  
*Yara Rosa Bruno da Silva - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC - MG)*





# ARTIGOS





# RASTREAMENTO OCULAR DE SINTAGMAS PREPOSICIONAIS AMBÍGUOS EM PORTUGUÊS <sup>1</sup>

Marcus MAIA

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - CNPq

## RESUMO

*Este artigo apresenta resultados de um estudo de rastreamento ocular de frases contendo sintagmas preposicionais (SP) com função de adjunto ou de argumento de um verbo, que admitem aposição sintática ambígua ao sintagma verbal ou ao sintagma nominal objeto. Os resultados obtidos indicam que o processador sintático não faz uso imediato da informação lexical relativa ao estatuto do SP como adjunto ou argumento, acessando esta informação apenas na fase de reanálise, após a recuperação do efeito labirinto (garden-path).*

## ABSTRACT

*This study presents results of an eye-tracking experiment investigating the reading of sentences containing structurally ambiguous adjunct and argument PPs, which may attach either to a VP or to an object NP. Results suggest that the parser does not make immediate use of the lexical information about the adjunct or argument status of the PP, only accessing this information in the reanalysis stage, after recovering from the garden-path effect.*

## PALAVRAS-CHAVE

*Adjuntos e argumentos. Ambiguidade de aposição de SP. Rastreamento ocular. Processamento sintático,*

---

<sup>1</sup> O experimento de rastreamento ocular reportado no presente estudo foi originalmente apresentado pelo autor na mesa-redonda “Processos *top-down* e *bottom up* na compreensão de frases em Português”, durante o congresso da *International Society of Applied Psycholinguistics*, que teve lugar na PUC-RS, em Porto Alegre, entre 19 e 23 de novembro de 2007. O autor agradece os comentários detalhados feitos por um parecerista anônimo da Revista da ABRALIN que, na medida em que puderam ser atendidos no âmbito do presente artigo, contribuíram para melhorar a sua forma e conteúdo.





## KEY-WORDS

*Adjuncts and arguments. Eye-tracking. Sentence processing. PP attachment ambiguity.*

## Introdução

Um dos principais objetivos das teorias que procuram explicar a compreensão de frases é o de identificar os tipos de informação que as pessoas acessam ao ler ou ouvir frases, para tentar determinar os princípios universais seguidos ao usar a informação disponível. Trata-se de questão importante relacionada à arquitetura da linguagem humana. Obviamente, todas as informações relevantes podem ser usadas em algum momento da compreensão, mas a hipótese de que o conhecimento lingüístico é usado de forma modular tem levado a avanços substanciais na formulação de princípios universais do processamento da linguagem, permitindo a postulação de modelos como a teoria do *Garden Path* (TGP), também conhecida como teoria do labirinto (cf. Frazier & Fodor, 1978; Frazier, 1979).

Conforme revisamos em Maia & Finger (2005), a TGP propõe como postulados fundamentais que: (1) há um processador sintático autônomo ou *parser*, que usa uma porção do seu conhecimento gramatical isolado do conhecimento de mundo e outras informações para a identificação inicial das relações sintagmáticas; (2) o *parser* confronta-se com sintagmas de aposição ambígua e compromete-se com uma estrutura única; (3) pressionado pelo sistema de memória de curto prazo, que tem um limite estreito de computação e armazenamento, o *parser* segue princípios psicológicos de minimalidade e de localidade na escolha desta estrutura preferencial: use o menor número possível de nós (Princípio da Aposição Mínima) e, se duas aposições mínimas existem, aponha cada nova palavra ao sintagma corrente (Princípio da Aposição Local).





Frases estruturalmente ambíguas do português, como (1) e (2), podem exemplificar cada um desses princípios. A frase (1) admite duas posições do Sintagma Preposicional (SP) “com o binóculo”, conforme ilustrado pelas análises sintáticas adotadas à época em que o modelo foi proposto<sup>2</sup>. A análise (1a), em que o SP é ligado ao sintagma verbal (SV), seria a preferencial, pois exigiria a postulação de menor número de nós do que a análise (1b) em que o SP estaria ligado ao sintagma nominal (SN) objeto, criando um SN complexo. O Princípio da Aposição Mínima determinaria, portanto, a escolha da interpretação (1a), com o menor número de nós. Como propõem Frazier & Rayner (1982), o *parser* deve “apor o material que vai encontrando ao marcador frasal em construção, usando o menor número de nós sintáticos, de acordo com as regras de boa formação da língua”<sup>3</sup>. Já a frase (2) não poderia ser desambiguada por este princípio, que atuaria vacuamente, neste caso, já que tanto a representação (2a), em que a oração relativa (OR) está apostada não localmente ao primeiro SN do SN complexo, quanto a representação (2b), em que a OR está apostada localmente ao segundo SN, teriam o mesmo número de nós sintáticos. O princípio da Aposição Local seria, então, invocado, determinando que a escolha preferencial seja pelo SN correntemente processado, a saber, o SN local, mais próximo da OR.

(1) O policial viu o turista com o binóculo

(2) Ninguém viu [o empregado da atriz que estava na varanda]

<sup>2</sup> Um parecerista anônimo da Revista da Abralin indicou, corretamente, que há, ainda, outras possibilidades de representação sintática de frases como (1). Ainda que reconhecendo essas possibilidades, preferimos manter, no entanto, apenas as representações mais diretamente relevantes para a literatura específica sobre o processamento de SPs, revista na seção 1 do artigo.

<sup>3</sup> Minimal Attachment: Attach incoming material into the phrase-marker being constructed using the fewest nodes consistent with the well-formedness rules of the language. (cf. Frazier & Rayner, 1982, p. 180)





FIGURA 1: Análises mínima e não mínima de aposição do SP

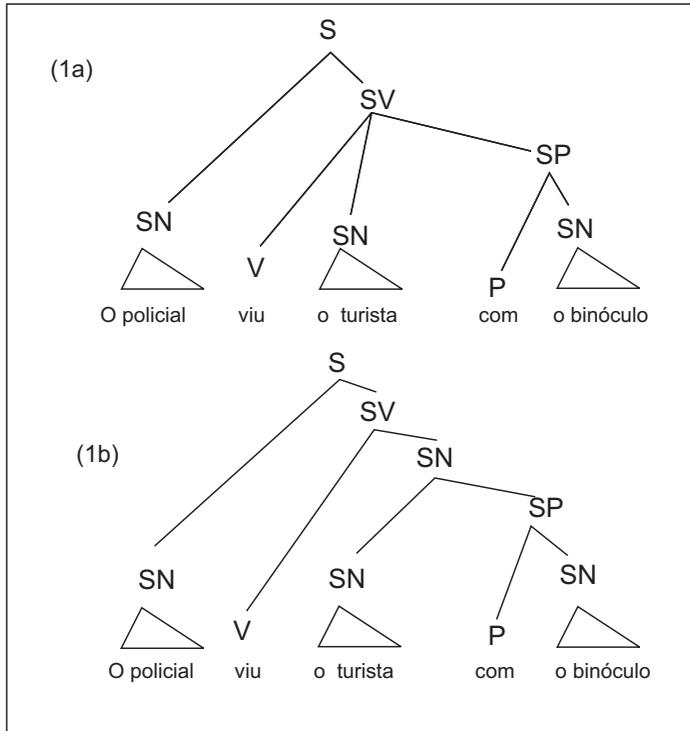
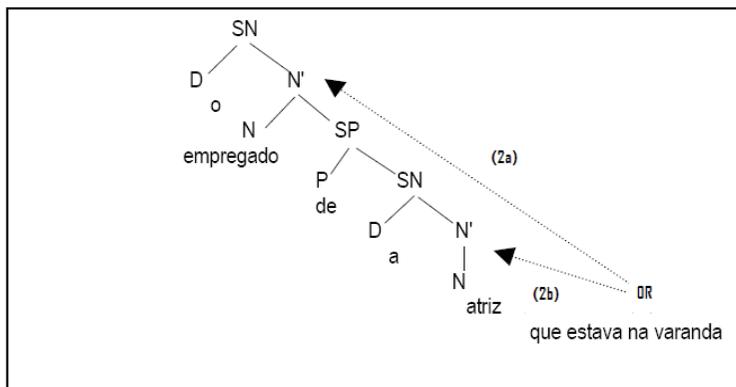


FIGURA 2: Análises de aposição não local (2a) e local (2b) da OR





No presente artigo, revemos estudos e apresentamos um experimento de rastreamento ocular na leitura sobre o primeiro tipo de ambigüidade estrutural exemplificado acima, a saber, a aposição de SPs ao SV ou ao SN objeto. A resolução deste tipo de ambigüidade, como vimos, é explicada pelo Princípio da Aposição Mínima. A ambigüidade de aposição de orações relativas a um SN complexo, exemplificada em (2), é regulada pelo princípio universal da Aposição Local e tem sido, igualmente, objeto de estudos intensos em várias línguas, inclusive o português (cf. Fernandez, 2003; Lourenço-Gomes, 2003; Maia & Finger, 2005; Maia et alii, 2007, entre outros, para uma revisão dos estudos sobre o processamento desta construção).

O artigo se organiza da seguinte forma. Na seção 1, revemos estudos experimentais que investigam a compreensão de construções em que há ambigüidade de aposição de sintagmas preposicionais, em inglês e em português. Na seção 2, apresentamos um experimento de rastreamento ocular da leitura de frases contendo sintagmas preposicionais estruturalmente ambíguos em português. Na última, apresentamos as conclusões do capítulo.

## **1. O Processamento de Sintagmas Preposicionais estruturalmente ambíguos**

A estrutura exemplificada em (1) constitui, sem dúvida, um dos exemplos de ambigüidade estrutural mais investigados na literatura de Processamento de Frases, tendo sido até denominada de “drosófila” da área de estudos sobre a resolução de ambigüidades de aposição sintática, em uma comparação com a mosquinha comum de fruta amplamente estudada em Biologia (cf. Zavrel, Daelemans & Veenstra, 1997). Diversos autores têm examinado o processamento da estrutura, em várias línguas, ao longo das três últimas décadas, fundamentados em quadros teóricos divergentes e utilizando diferentes procedimentos experimentais,





cronométricos e não cronométricos. No âmbito de um modelo estrutural como a TGP, Frazier (1979), Frazier & Rayner (1982), Rayner, Carlson & Frazier (1983) demonstram inicialmente que, em construções em inglês, equivalentes ao exemplo em (1), o *parser* preferencialmente apõe o SP ao SV, favorecendo a análise em que o binóculo é adjunto adverbial (1a) e não adjunto adnominal (1b).

A estrutura, que está na base empírica que levou à postulação do Princípio da Aposição Mínima, é também, no entanto, protagonista no importante debate travado na literatura de processamento de frases a respeito dos tipos de informação que estão imediatamente disponíveis para o *parser* na primeira passagem analítica que ocorre na fase inicial do processo de compreensão de uma frase. De um lado, os modelos estruturais, como a TGP, argumentam que todas as informações de natureza lexical que não sejam os rótulos categoriais (N, V, P, etc) são acessadas apenas na fase interpretativa, pós-sintática, em um modelo de processamento modular em dois estágios (*parsing* e interpretação). De outro lado, modelos lexicalistas não-modulares têm proposto que a análise estrutural de uma frase, se existente, seria dependente do acesso rápido à informação lexical tal como, por exemplo, o acesso às grades temáticas e de subcategorização dos verbos. Por exemplo, Taraban & McClelland (1988) utilizam dados de um experimento de leitura automonitorada para argumentar que a preferência de aposição dos SPs seria determinada não só pelo acesso imediato a informações lexicais, mas também pelo conhecimento de mundo dos leitores, não sendo possível invocarem-se princípios sintáticos gerais para explicar a compreensão da construção.

Maia et alii (2003) examina, pela primeira vez, a construção em língua portuguesa, em um contexto mais amplo em que a compreensão desta e de outras duas estruturas do português é testada através de questionários e de protocolos de leitura automonitorada, com o objetivo de comparar modelos estruturais e modelos lexicalistas. No que se refere à construção com sintagmas preposicionais ambíguos entre aposição ao SV ou ao SN





objeto, manipula-se o contexto anterior ao da frase com o SP ambíguo, para avaliar o princípio da aposição mínima e a interferência de fatores não estruturais no *parsing* sintático. Trata-se, exatamente, de determinar a partir de dados do português, se o *parser* é estritamente sintático em sua análise inicial ou se já acessa rapidamente informações de natureza semântica e pragmática a tempo de influenciar a análise sintática, assim como examinado em diversos estudos sobre estruturas equivalentes na língua inglesa (cf. Spivey-Knowlton & Sedivy, 1995). No estudo de questionário, manipulou-se o contexto anterior ao da frase com o SP ambíguo, propondo-se um contexto de maior plausibilidade [+plausível] para a aposição ao SN (e.g. Havia dois turistas no parque. O policial viu o turista com o binóculo.) e um contexto de menor plausibilidade [-plausível] de aposição do SP ao SN (e.g. Havia um turista no parque. O policial viu o turista com o binóculo). Embora as preferências de interpretação encontradas favorecessem, nos dois casos, a aposição do SP ao SV, conforme predito pelo Princípio da Aposição Mínima, a preferência pela aposição ao SV caía significativamente na condição [+plausível], identificando uma influência do fator plausibilidade na decisão de aposição. O experimento *on-line* revelou, igualmente, uma preferência pela aposição do SP ao SV, mas não identificou efeito principal de plausibilidade, nem interação entre aposição do SP e plausibilidade, concluindo-se que as decisões imediatas do parser não são afetadas por fatores não-estruturais como a plausibilidade, que só atua na fase pós-sintática, de integração com a informação semântica.

Entre os tipos de informação lexical manipulados experimentalmente tanto por adeptos dos modelos estruturais, quanto por aqueles que defendem os modelos de orientação lexicalista, destaca-se a distinção entre SPs argumentos e adjuntos. A distinção, que se situa na interface entre o processamento lexical e o sintático, é central em muitas teorias linguísticas em que se





propõe que somente os argumentos sejam lexicalmente especificados nas grades de subcategorização de seus núcleos. Na proposta de *Construal*, uma importante reformulação da Teoria do *Garden Path*, Clifton & Frazier (1995) propõem distinguir relações sintáticas primárias e não primárias. Apenas as primeiras, constituídas essencialmente pelos núcleos e seus argumentos, seriam analisadas através de princípios estruturais globais, tal como o princípio da Aposição Mínima, enquanto que as segundas (adjuntos) seriam “associadas”, após consultas à informação lexical. Entretanto, na primeira passagem do *parser*, seria impossível diferenciar adjuntos e argumentos, já que o modelo não aceita o acesso rápido à informação sobre a grade de subcategorização do verbo, sendo inicialmente todos os constituintes apostos como sintagmas primários.

No que se refere a estudos específicos sobre SPs, Clifton, Speer, and Abney (1991), utilizando técnicas de leitura automonitorada e de rastreamento ocular, demonstram preferência mais rápida do *parser* por SPs apostos ao verbo do que por SPs apostos ao nome, conforme predito pelo princípio da Aposição Mínima. Por outro lado, o estudo só encontrou evidências para distinção entre SPs adjuntos e argumentos na região seguinte à do SP, concluindo contra o acesso lexical rápido pelo *parser* sintático. Speer & Clifton (1998) cruzaram, em experimentos de leitura, o fator adjunto/argumento com o fator plausibilidade, encontrando evidências apenas para o acesso rápido ao primeiro fator, no estudo de rastreamento ocular. Schütze & Gibson (1999) reelaboram a proposta de Abney (1989) de que, em casos ambíguos, o *parser* escolhe a aposição que maximiza a relação argumental entre o sintagma apostado e o ponto de aposição (Estratégia de Preferência por Argumento). Em dois experimentos de leitura automonitorada, contrastando SPs argumentos





de SN com SPs adjuntos de SV, os autores obtêm resultados mais rápidos para os SPs argumentos em uma região de duas palavras curtas imediatamente posteriores ao SP, interpretando esses resultados como indicadores de que o *parser* tem acesso rápido à natureza argumental do SP. No apêndice de seu artigo, Schütze & Gibson procuram ainda estabelecer um conjunto de critérios para diagnosticar a natureza argumental dos SPs. Embora reconhecendo que a diferença entre os dois tipos de relações sintáticas não é simples de ser estabelecida, não admitindo uniformidade de critérios, os autores propõem testes de opcionalidade, ordenamento, substituição por formas pronominais, separação do núcleo, extração de QU, para diferenciar adjuntos e argumentos. Revendo a literatura em sintaxe sobre a questão, Boland & Blodgett (2006) apontam a falta de consenso sobre a natureza binária ou mesmo categórica da distinção, mas diferenciam dois grupos de SPs, adicionando aos critérios de Schütze o critério de que o conteúdo semântico de um argumento, ao contrário do de um adjunto, é limitado por restrições seletivas e pela atribuição de papel temático pelo núcleo, dependendo, por isso, do núcleo a que é associado. Em seu estudo, que utiliza a técnica de rastreamento ocular da leitura, Boland & Blodgett, comparando SPs adjuntos e argumentos de SN e de SV, concluem por um acesso imediato à informação sobre o estatuto argumental dos SPs, aduzindo evidências contra o Princípio da Aposição Mínima.

Maia (2008) examina a leitura de frases contendo sintagmas preposicionais (SP) estruturalmente ambíguos, procurando observar se a relação estrutural desses constituintes com seu núcleo (adjunto/ argumento) e o tipo de segmentação das frases (curta/longa) onde eles se encontram interagem e afetam o seu processamento durante a compreensão. Como o experimento de rastreamento ocular da leitura a ser apresentado na seção 2 do presente artigo relaciona-se estreitamente com o estudo de leitura automonitorada apresentado em Maia (2008),





utilizando, fundamentalmente, o mesmo conjunto de estímulos experimentais, concluímos a presente seção revisando brevemente esse estudo.

Além de investigar o curso temporal do acesso pelo parser a tipo de informação lexicalmente especificada (adjunto/argumento), Maia (2008) cruza esta variável com a variável segmentação da frase, visando a explorar não só a interface sintaxe/semântica, como a interface sintaxe/prosódia. Conforme revisto em Maia (2008), diversos estudos têm demonstrado que, durante a leitura silenciosa, tem lugar um processo de subvocalização que permite a criação de uma estrutura prosódica implícita (cf. Slowiaczek & Clifton, 1980; Fodor, 1998b; 2002a). Esta estrutura prosódica implícita na leitura traz informações potencialmente utilizáveis no processo de compreensão, muito embora haja controvérsias quanto ao curso temporal do acesso prosódico implícito, que tem sido caracterizado como fator pré-sintático (Fodor, 1998) ou como fator pós-sintático (Bader, 1998; Fernández, 2003). Fodor (2002b) argumenta que a análise sintática e, em particular, a resolução da ambiguidade estrutural são afetadas pela prosódia. Segundo a autora, os contornos prosódicos são computados muito rapidamente e usados para informar processos sintáticos, influenciando diretamente decisões de parsing, tanto na compreensão oral, quanto na leitura silenciosa (Hipótese da Prosódia Implícita).

Maia (2008) reporta estudo de leitura automonitorada em que dez conjuntos de frases, como o exemplificado na figura 3, foram lidos por 32 sujeitos. As frases foram distribuídas em um *design* experimental do tipo “quadrado latino”, em que cada sujeito era exposto a todas as condições, mas não aos mesmos itens em suas duas versões, sendo as comparações relevantes feitas entre sujeitos.





MARCUS MAIA

FIGURA 3: Condições experimentais testadas em Maia (2008)

<p><b>Curta Monotransitiva (CM):</b> O redator escreveu o manual/ para o professor/para o editor/da nova série.</p>
<p><b>Curta Ditransitiva (CD):</b> O contador enviou o manual/ para o professor/para o diretor/da faculdade.</p>
<p><b>Longa Monotransitiva (LM):</b> O redator escreveu/o manual para o professor/para o editor/da nova série.</p>
<p><b>Longa Ditransitiva (LD):</b> O contador enviou/ o manual para o professor/para o diretor/da faculdade</p>

Cada versão do experimento foi aplicada a 16 sujeitos, totalizando 32 sujeitos. O número de sílabas métricas dos quatro segmentos em que se dividiram as frases experimentais foi controlado, procurando-se manter, em média, segmentos de, respectivamente, 10, 5, 5, 5 sílabas nas condições em que o segundo segmento era curto e 7, 8, 5, 5 sílabas nas condições em que o segundo segmento era longo. Além das 20 frases experimentais apresentadas em cada versão do experimento, incluíram-se 40 distratores, apresentados de forma randomizada, mantendo-se a proporção de 1/3 de itens experimentais e 2/3 de itens distrativos. Foram elaboradas também quatro frases de prática. Além de medirem-se os tempos médios de leitura de cada segmento em que se dividiram as frases, todas as frases eram seguidas de perguntas interpretativas, que tinham como respostas duas opções, sendo que as frases experimentais tinham perguntas cujas respostas corretas deveriam indicar oSP no terceiro segmento. Assim, por exemplo, a pergunta interpretativa para a frase das condições CM/LM, exemplificada acima, era “Para quem o redator escreveu o manual?”, apresentando-se, na mesma tela as opções de resposta (A) “o professor” ou (B) “o editor”.





Note-se que as frases experimentais contêm, cada uma, três SPs, mas apenas o primeiro e o segundo são relevantes para o presente estudo. O primeiro SP em cada frase é temporariamente ambíguo entre uma aposição ao SV ou ao SN objeto. Ao encontrar o segundo SP no período, os leitores seriam tipicamente levados a *garden path* ou labirinto. Tendo automaticamente aposto o primeiro SP ao SV, conforme predito pelo Princípio da Aposição Mínima, os leitores precisariam, então, revisar sua análise automática inicial, desligando o primeiro SP do SV e religando-o ao SN objeto, de modo a permitir que o segundo SP possa – feita esta reanálise – ser ligado ao SV, salvando o período. Observe-se, entretanto, que se a informação sobre a especificação lexical dos argumentos estiver rapidamente disponível para o *parser*, haveria diferenças no curso temporal *on-line* do processamento entre as frases com verbos monotransitivos e ditransitivos, pois apenas as segundas subcategorizam um SP argumento, enquanto que as primeiras apenas têm um SP adjunto opcional.

Os resultados apoiaram a hipótese de que a informação lexical relativa à distinção adjunto/argumento não é ativa na primeira passagem analítica do parsing, embora seja operativa na fase de interpretação. Maia (2008) considera que o fato de que os segmentos 1 são lidos no mesmo tempo, seja com a concatenação de objeto (CM e CD comparados entre si) seja sem objeto (LM e LD comparados entre si) já parece ser indicativo de que, no ponto do verbo, não há diferença de processamento entre verbos ditransitivos e monotransitivos. Também os tempos de leitura dos segmentos 2, nas condições em que os segmentos 2 são curtos (CM e CD), não permitem estabelecer diferenças entre o processamento de SPs adjuntos e argumentos de SV, confirmando que, ao contrário do proposto pelos modelos de orientação lexical, não haveria acesso à especificação da grade argumental do verbo na primeira passagem do *parser*. Assim, nos resultados obtidos nas condições curtas (CM e CD) não se capturou um efeito de aposição imediata do SP argumento em contraste com o SP adjunto, refletido nos tempos de leitura dos SPs. Os SPs que ocupam posição de argumento na grade de subcategorização





dos verbos não exibem tempos médios de leitura significativamente mais rápidos do que os SPs adjuntos.

Maia (2008) reporta que diferenças significativas nos tempos de leitura serão perceptíveis apenas no segmento 3, quando o *parser* encontra um segundo SP que deve integrar à estrutura. O *garden-path* em que entra o *parser* nas condições CD e CM em contraste, respectivamente, com LD e LM, é revelador de que há um acesso rápido ao tipo de segmentação, capaz de evitar o *garden-path* no segmento 3 nas condições longas. Apenas nas condições com o segmento 2 curto, um efeito *garden-path* é significativamente instanciado no parseamento do segmento 3, o que evidencia que o tipo de segmentação longo impediu que o *parser* fosse conduzido ao *garden-path*. Há efeitos principais significativos de relação sintática e tipo de segmentação e também interação entre os fatores. Comparando-se os tempos de leitura médios do segmento 3 nas condições CM e LM, observa-se que, apenas na condição curta (CM), o SP adjunto causou efeito *garden-path* nos sujeitos, indicando a relevância do acesso rápido à segmentação na decisão de aposição sintática: no segmento 2, como vinha junto na mesma tela que o SN objeto, o SP foi localmente apostado, liberando o SP no segmento 3 para a aposição não-local ao SV. O mesmo se passou com os SPs argumentos nas condições CD e LD – há efeito *garden-path* apenas em CD, causado pela segmentação curta do segmento anterior. Por outro lado, o contraste entre o *garden-path* menor no terceiro segmento de CM do que o que se observa no terceiro segmento de CD é indicativo de que a reanálise do SP argumento é mais demorada do que a reanálise do SP adjunto.

A técnica de leitura automonitorada, ao contrário do rastreamento ocular na leitura, não permite identificar diretamente o processo de reanálise que, infere-se, seja responsável pelos tempos significativamente maiores obtidos na leitura dos segmentos 3 na condição de segmentação curta com SP argumento do que os que se observaram nos segmentos 3, na condição de segmentação curta com SP adjunto. O experimento de rastreamento ocular reportado na seção seguinte deste artigo visa,





exatamente, a confirmar de modo mais direto se a causa dos tempos significativamente mais elevados para os SPs argumentos é, justamente, a reanálise do argumento na representação mental do leitor.

Maia (2008) nota, ainda, a existência de diferenças relevantes na medida *off-line*. Os índices de erro sobre a interpretação da aposição do segundo SP diferem significativamente quando se comparam as condições curtas com as longas e quando se comparam as condições monotransitivas com as ditransitivas. Erra-se menos nas condições longas do que nas curtas, inferindo-se que a ausência de *garden-path*, evitado pelo tipo de segmentação longo, também contribuiu para evitar dúvidas de interpretação. O efeito de segmentação, já detectado nas medidas *on-line*, exerce também efeitos nas medidas *off-line*, facilitando a interpretação sobre a aposição do SP crítico. A comparação das condições monotransitivas com as ditransitivas também é informativa. Erra-se significativamente menos nas condições com argumento do que nas condições com adjunto, revelando um efeito de facilitação na interpretação dos SPs argumentos após a recuperação do *garden-path*.

Assim, comparativamente, as duas medidas utilizadas em Maia (2008), a saber, a medida *on-line* (tempos médios de leitura) e a medida *off-line* (respostas às perguntas de compreensão) permitiram afirmar a existência de efeito de segmentação rápido<sup>4</sup>, mas apenas de efeito tardio

<sup>4</sup> Maia (2009) aprofunda a investigação do efeito rápido de segmentação encontrado neste experimento, através de experimento de audição auto-monitorada realizado com a colaboração de Lourenço-Gomes, em que adotou-se metodologia paralela ao experimento de leitura automonitorada reportado em Maia (2008), sendo que desta vez os estímulos foram apresentados em modalidade auditiva. As sentenças foram lidas para gravação por um falante nativo, instruído a inserir uma ruptura prosódica nos mesmos locais demarcados com a barra na figura 3, acima. A duração do segmento crítico em todos os itens (segmento 3) foi medida em programa de análise acústica (*speech analyser*) e em seguida normalizada com base nas médias, de modo que todos ficassem com a mesma duração (844 ms), evitando-se que os tempos de reação fossem confundidos com tempos de audição diferenciados dos estímulos. O propósito deste experimento era examinar se o efeito de segmentação visual (ruptura artificial) encontrado em Maia (2008) seria comparável ao efeito na segmentação auditiva (ruptura natural). A comparação dos dois experimentos permitiu testar se a segmentação visual estaria de fato simulando efeitos de prosódia implícita, isto é, efeitos produzidos por rupturas artificiais. A análise comparativa dos resultados dos dois experimentos mostrou que tanto na modalidade visual, quanto na





da informação lexical sobre a natureza de adjunto ou argumento do SP. O experimento permitiu apenas que se especulasse que o processo de reanálise da análise sintática fosse responsável pela diferença de tempos médios de leitura encontrada entre os segmentos 3 na condição de segmentação curta com SP argumento e os segmentos 3, na condição de segmentação curta com SP adjunto. O experimento reportado a seguir visa a explorar esta questão de modo mais direto, através de protocolo de monitoramento do olhar.

## 2. Rastreamento Ocular na Leitura

Conforme observado por Bridgeman (1992), entre todos os movimentos humanos, os deslocamentos do olhar são os mais frequentes, registrando-se, em média, 3 a 4 movimentos oculares por segundo. Esta atividade frenética do olhar faz-se necessária pois, embora o horizonte visual de uma pessoa normal abranja até 200 graus, apenas cerca de dois graus são analisados minuciosamente pela fóvea, área mais sensível do campo visual com alta concentração de fotorreceptores (cones), responsáveis pela percepção visual de detalhes minuciosos de forma e cor. A informação aí recebida é enviada para o cortex visual no cérebro, que destina grande parte de sua área para o processamento da informação foveal. Os movimentos oculares, denominados tecnicamente de sacadas, atingem uma velocidade de até 500 graus por segundo, havendo consenso de que, durante sua ocorrência, não se capta informação (cf. Rayner, 1998). Os intervalos entre as sacadas, denominados fixações, engajam, no entanto, a atividade de mais de 30.000 fotorreceptores, que analisam a informação visual com grande acuidade.

---

auditiva, registram-se diferenças significativas nos tempos de reação (na leitura e audição) do segmento crítico, quando o leitor/ouvinte encontrava um segundo SP para integrar à estrutura, evidenciando um acesso rápido ao tipo de segmentação, capaz de induzir um *garden-path* na versão curta e evitá-lo na versão longa.





O monitoramento do olhar humano permite não apenas compreender melhor o funcionamento do próprio aparato visual, mas também estabelece indicadores confiáveis dos processos atencionais, sendo, por isso, de grande interesse para a investigação de processos cognitivos, tais como aqueles envolvidos na compreensão da linguagem. O rastreamento ocular na leitura tem sido estudado em profundidade por muitos autores, conforme atestado na importante resenha feita por Rayner (1998). Cada fixação, com duração média de 200-250ms, captura cerca de 2/3 de informação à direita e 1/3 à esquerda, nos leitores de línguas com escrita da esquerda para a direita (Rayner, Well & Pollatsek, 1980). Em leitores de Hebraico, a assimetria é revertida (Pollatsek, Bolozky, Well & Rayner, 1981). Embora a maior parte dos movimentos sacádicos seja progressivo, entre 10 a 15% desses movimentos são regressivos, refixando material escrito anterior, o que é associado, na literatura, a dificuldades de processamento de itens lexicais ou de estruturas frasais (cf. Kennedy & Murray, 1987). De modo geral, esses três índices – movimentos sacádicos, fixações e a ocorrência de regressões – são usados na literatura para inferir os processos cognitivos de momento a momento na leitura de palavras e frases (Just & Carpenter, 1980). Conforme se aprende em Rayner (1998), esses parâmetros do olhar são extremamente úteis para se compreender os detalhes de processos lingüísticos tais como a resolução da correferência pronominal, a ambigüidade sintática e lexical, entre outros.

No presente estudo, rastreamos os movimentos oculares de dezesseis sujeitos que leram frases com a estrutura SV SN SP SP<sup>5</sup>, já exemplificadas na tabela 3, mas agora apresentadas na íntegra, sem os cortes introduzidos nos estímulos do experimento de leitura

<sup>5</sup> Os períodos experimentais têm de fato a estrutura completa SN SV SN SP SP SP, sendo que o terceiro SP é não problemático em termos de aposição, ligando-se localmente de forma inequívoca ao SN do segundo SP. A inclusão deste terceiro SP “protetor” procura evitar que uma área crítica (o segundo SP) fique em posição de final de frase, onde se iniciam os processos interpretativos pós-sintáticos.





automonitorada reportado em Maia (2008). Reproduzimos na figura 4, abaixo, exemplos das frases lidas, usando-se o equipamento Arrington View Point Quick Clamp Eye-Tracker, um sistema que monitora o olho direito, com base em informações obtidas através do movimento da pupila e do reflexo da córnea, com resolução temporal de 60 Hz. Os objetivos específicos do experimento eram (i) medir as fixações médias durante a primeira passagem do olhar em duas regiões de interesse, a saber, o primeiro e o segundo SPs, e (ii) medir os índices de movimentos sacádicos regressivos para a região do verbo, bem como os tempos médios de fixação regressiva nesta região. A tarefa experimental foi a leitura auto-monitorada de frases que apareciam integralmente na tela.

As hipóteses entretidas previam que, se o parser tem acesso rápido à grade de subcategorização do verbo, seria legítimo esperar diferenças significativas nas médias dos tempos de fixação obtidas nas regiões de interesse durante a primeira passagem do olhar, em função da natureza monotransitiva ou ditransitiva do verbo. Assim, o primeiro SP deveria ser integrado mais rapidamente à estrutura em construção quando fosse um argumento do que quando fosse um adjunto, uma vez que apenas os argumentos seriam previsíveis a partir do exame da grade de subcategorização dos verbos. Por outro lado, o segundo SP deveria apresentar latências maiores na condição com verbos ditransitivos do que na condição com verbos monotransitivos, uma vez que nesta última condição, o primeiro SP que não é subcategorizado pelo verbo, poderia ser mais prontamente aposto ao SN objeto, evitando, portanto, o efeito *garden-path* do parser ao encontrar o segundo SP, que estaria disponível para a aposição ao SV. Caso, no entanto, conforme prevíamos com base nos achados de Maia (2008), a preferência de aposição ao SV não varie em função da natureza do SP como adjunto ou argumento, não deveria haver razão para esperar qualquer diferença significativa nas fixações médias na primeira passagem do olhar entre as condições mono e ditransitivas. Quanto às medidas relativas à segunda passagem do olhar, na fase de reanálise, pode-se esperar maior índice de movimentos





sacádicos regressivos para a região do verbo, bem como latências médias de refixação maiores nesta região na condição ditransitiva, como consequência da maior dificuldade para a recuperação do *garden-path*, nesta condição. Tal dificuldade ocorreria, pois a inspeção da grade de subcategorização dos verbos ditransitivos constataria a exigência de receber um argumento, ao contrário dos monotransitivos, que poderiam ser reanalisados mais prontamente, permitindo uma “cura” mais imediata do *garden-path* (cf. Fodor & Inoue, 1994).

## 2.1. Método

### Participantes

Os sujeitos foram dezesseis alunas do curso de graduação em Fonoaudiologia da UFRJ, que receberam um ponto por sua participação no experimento. Todas eram falantes nativas de português, com visão normal, sem necessidade do uso de óculos.

### Materiais e Procedimentos

Os sujeitos foram expostos a vinte itens experimentais, distribuídos randomicamente entre quarenta distratores. Dez itens continham verbos monotransitivos e dez, verbos ditransitivos, conforme exemplificado em (4. 1) e (4. 2). As frases eram trazidas à tela de 17 polegadas, de forma completa, pelos sujeitos, que apertavam a barra de espaço do teclado, automonitorando sua apresentação. O monitor encontrava-se a distância de 60 cm dos olhos dos sujeitos, sendo as frases apresentadas em uma única linha, em fonte *Times New Roman* 28p. Utilizou-se um descanso de queixo e um clipe nasal para minimizar os movimentos de cabeça durante a leitura.





FIGURA 4: Exemplos de estímulos com verbos mono-transitivo e ditransitivo

- (4.1) Verbo mono-transitivo - O redator escreveu o manual para o professor para o editor da nova série.
- (4.2) Verbo ditransitivo - O contador enviou a carta para o professor para o diretor da faculdade.

## 2.2. Resultados

Os resultados estão apresentados na Figura 5. Uma análise de variância por sujeitos indicou que não houve diferenças significativas entre as condições mono e ditransitivas, nas medidas da primeira passagem do olhar, nem na região do primeiro SP ( $F(1,15)=2.58$ ,  $p>0,05$ ) e nem na região do segundo SP ( $F(1,15)=1.90$ ,  $p>0,05$ ). As sacadas regressivas para a região do verbo apresentaram índices apenas visualmente diferentes, mas não robustos estatisticamente. Por outro lado, crucialmente, as refixações médias na região do verbo na segunda passagem do olhar foram significativamente mais altas na condição ditransitiva do que na condição monotransitiva ( $F(1,15)=4.81$ ,  $p<0,001$ ).

FIGURA 5: Rastreamento Ocular de Frases SV SN SP SP

Medidas	Condição	
	Monotransitiva	Ditransitiva
Primeira Passagem no Primeiro SP	1491ms	1508ms ( $p>0.05$ )
Primeira Passagem no Segundo SP	1521ms	1413ms ( $p>0.05$ )
Segunda Passagem no VERBO	183ms	458ms ( $p<0.001$ )**
Índices de sacadas regressivas para o VERBO	56%	81% ( $p>0.05$ )





### 2.3. Discussão

Os resultados sugerem que o *parser* não tem acesso imediato à grade de subcategorização do verbo, aduzindo evidências em favor dos modelos estruturais de processamento de frases, tais como a TGP, que propõe que a compreensão de frases seja feita em dois estágios – uma fase rápida e reflexa que computa as relações hierárquicas com base apenas na informação categorial dos itens lexicais e funcionais, e uma fase interpretativa, pós-sintática, em que outras informações são, então, consideradas.

No primeira passagem do *parser*, tanto os primeiros quanto os segundos SPs são lidos nos mesmos tempos médios, independentemente de serem adjuntos ou argumentos. Nesse ponto, observa-se uma diferença entre o experimento de leitura automonitorada de Maia (2008), reportado na seção 1, e o experimento de rastreamento ocular, reportado na seção 2. No experimento de 2008, observaram-se diferenças entre os tempos médios de leitura do segundo SP. Recorde-se que, nas condições em que o segmento anterior ao segundo SP era curto, observaram-se tempos médios de leitura do segundo SP significativamente mais elevados do que quando o segmento anterior era longo, independentemente da natureza do verbo como mono ou ditransitivo. O contraste entre o *garden-path* menor no terceiro segmento de CM do que o que se observa no terceiro segmento de CD foi inferido, em Maia (2008), como indicativo de que a reanálise do SP argumento seria mais demorada do que a reanálise do SP adjunto. Esses resultados foram interpretados como indicativos do efeito surpresa do *garden-path* somado ao tempo que – inferiu-se – o processador precisou para recuperar-se do *garden-path* e reanalisar a frase. Obviamente, na técnica de leitura automonitorada, não é possível observar-se este processo de reanálise diretamente, podendo-se apenas especular que as diferenças entre as latências fossem decorrentes desses processos de recuperação e reanálise. No presente experimento, no



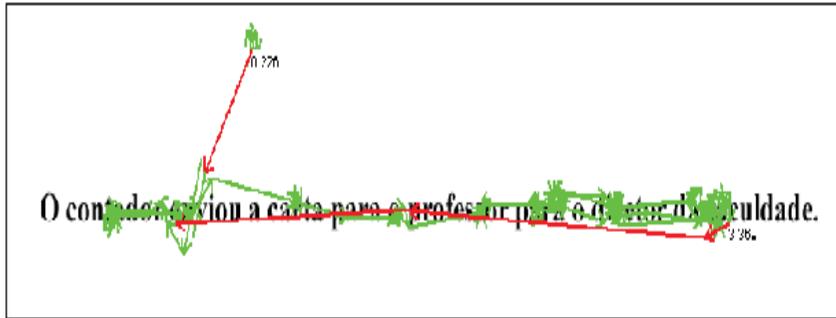


entanto, pôde-se discriminar com maior precisão entre essas diferentes etapas do processamento *on-line*. Embora, ao contrário do experimento de leitura automonitorada, não se tenham registrado diferenças nos tempos de fixação médios na região dos segundos SPs, pode-se observar, agora, claramente, o processo de reanálise. Note-se que os tempos médios de fixação regressiva na região do verbo diferem significativamente entre as condições com verbo mono e ditransitivo, sugerindo que a recuperação do *garden-path* é mais difícil para argumentos do que para adjuntos. Após ser conduzido ao *garden-path* na região do segundo SP, tanto nas condições com adjunto quanto nas condições com argumento, o *parser* retorna seletivamente para a região do verbo a fim de checar sua grade de subcategorização e tentar recuperar-se do *garden-path*. Como sugerido por Fodor & Inoue (1994), o custo de reparo de um *garden-path* deve ser atribuído menos ao reparo em si mesmo do que à dificuldade de deduzir que mudanças serão necessárias. No caso dos verbos mono-transitivos, o *parser* precisaria, apenas, reanalisar o primeiro SP como modificador do SN objeto, de modo que o segundo SP possa ser apostado ao SV. No caso dos verbos ditransitivos, no entanto, o *parser* encontraria um custo maior para efetuar o reparo, refletido nas médias significativamente mais elevadas de fixação regressiva no verbo ditransitivo, pois a inspeção da grade de subcategorização, neste caso, indica que o primeiro SP poderia, de fato, ser apostado ao SV, satisfazendo a grade de subcategorização ditransitiva. Por esta razão, o *parser* levaria mais tempo para alterar sua primeira análise do SP argumento, que não seria tão prontamente reparado e reanalisado como apostado ao SN objeto quanto o SP adjunto. A título de ilustração, a Figura 6 demonstra o rastreamento de uma frase ditransitiva. Observe-se que as manchas mais claras indicam as fixações, enquanto que as setas mais escuras representam os movimentos sacádicos, inclusive aquele que se dá do último SP para a região do verbo, evidenciando o padrão de reanálise, após o *garden-path*.





FIGURA 6: Ilustração do rastreamento ocular na leitura de uma frase ditransitiva (exemplo 4.2)



## Conclusão

O presente artigo dá um passo adiante no estudo da ambigüidade de aposição na compreensão de períodos contendo sintagmas preposicionais em português, iniciado em Maia et alii (2003) e continuado em Maia (2008) e Maia (2009). O estudo de rastreamento ocular apresentado acima permitiu discriminar com precisão a fase de reanálise da estrutura, explicitada pelos movimentos sacádicos regressivos para a região do verbo, bem como pelos tempos de refixação nesta região. Em conjunto com o experimento de leitura automonitorada reportado em Maia (2008), o estudo aqui apresentado aduz evidências em favor de modelos estruturais, como a TGP. O *parser* constrói a estrutura sintática mais simples incrementalmente, tendo acesso restrito à informação categorial e aplicando, tanto para incorporar o SP argumento quanto para integrar o SP adjunto, o Princípio da Aposição Mínima, que prevê a aposição do SP ao SV e não ao SN. Como não teria acesso, na primeira passagem, à informação sobre a estrutura argumental do verbo, o *parser* não diferenciaria argumento de adjunto, nesta fase. A diferença será notada, entretanto, na fase de reanálise da estrutura, que exige maior custo de reparo para os SPs argumentos do que para os SPs adjuntos, conforme indicado pelos tempos médios de fixação regressiva no verbo, significativamente mais altos para os primeiros.





## Referências

ABNEY, S. **A computational model of human parsing.** *Journal of Psycholinguistic Research*, v.18(1), p. 129–144, 1989.

BADER, M. **Prosodic influences on reading syntactically ambiguous sentences.** In FODOR, J. D. & FERREIRA, F. (eds.) *Reanalyses in sentence processing*, Dordrecht: Kluwer Academic, 1998. p. 1-46.

BOLAND, J.; BLODGETT, A. **Argument status and PP-attachment.** *Journal of Psycholinguistic Research*, 35, p. 385-403, 2006.

BRIDGEMAN, B. **Conscious vs unconscious processes: The case of vision.** *Theory and Psychology*, Ano 2, n.1, p. 73-88, 1992.

CLIFTON, C. Jr.; SPEER, S. R.; ABNEY, S. P. **Parsing arguments: Phrase structure and argument structure as determinants of initial parsing decisions.** *Journal of Memory and Language*, n. 30, p. 251-271, 1991.

FERNÁNDEZ, E.M. **Bilingual sentence processing: Relative clause attachment in English and Spanish.** Amsterdam: John Benjamins Publisher, 2003.

FODOR, J.D. **Psycholinguistics cannot escape prosody.** In *Proceedings of the 1st International Conference on Speech Prosody*. Université de Provence, 2002a. p. 83-88.

\_\_\_\_\_. **Prosodic disambiguation in silent reading.** In: HIROTANI, M. (ed.). *Proceedings of NELS 32*, Amherst, MA: GLSA, University of Massachusetts, 2002b.

\_\_\_\_\_. **Learning to parse?** *Journal of Psycholinguistic Research*, v. 27, n. 2, p. 285-319, 1998a.

\_\_\_\_\_. **Parsing to learn.** *Journal of Psycholinguistic Research*, 27, 3, p. 339-374, 1998b.





FODOR, J.D.; INOUE, A. **The Diagnosis and Cure of Garden Paths.** *Journal of Psycholinguistic Research*, v. 23, n.5, p.407-434, 1994.

FRAZIER, L. **On comprehending sentences: Syntactic parsing strategies.** Doctoral dissertation, University of Connecticut. Distributed by Indiana Linguistics Club, 1979.

FRAZIER, L.; J. D. FODOR **The Sausage Machine: A new two-stage parsing model.** *Cognition* 6, 1978. p. 1-34.

FRAZIER, L.; RAYNER, K. **Making and correcting errors during sentence comprehension:** eye movements in the analysis of structurally ambiguous sentences. *Cognitive Psychology*, 14. 1982.

FRAZIER, L.; CLIFTON, C. **Construal.** Cambridge: The MIT Press, 1995.

GILBOY, E.; SOPENA, J.M. **Segmentation effects in the processing of complex NPs with relative clauses.** In CARREIRAS, M. GARCÍA-ALBEA, J.; SEBÁSTIAN-GALLÉS, N. (eds.) **Language processing in Spanish.** Hillsdale, NJ: Erlbaum. 1996. p. 191-206.

JUST, M. A., CARPENTER, P. A. **A theory of reading:** From eye fixations to comprehension. *Psychological Review*, v. 87 n. 4, p. 329-354, 1980.

KENNEDY, A., MURRAY, W. S. **Spatial coordinates and reading: comments on Monk.** *The Quarterly Journal of Experimental Psychology*, v. 39A, p. 649-656, 1987.

LOURENÇO-GOMES, M. C. **Efeito do comprimento do constituinte na interpretação final de orações relativas estruturalmente ambíguas:** Um estudo baseado na “Hipótese da Prosódia Implícita”. Dissertação (Mestrado) Linguística, FL/Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2003.





MARCUS MAIA

MACDONALD, M. C.; PEARLMUTTER, N.J.; SEIDENBERG, M.S. The **Lexical nature of syntactic ambiguity resolution**. *Psychological Review*, 101, p. 676-703, 1994.

MAIA, M. et al. **O Processamento de concatenações sintáticas em três tipos de estruturas frasais ambíguas em português**. *Fórum Linguístico*, v. 4, n. 1, p. 13-53, 2003.

MAIA, M. A. R.; FINGER, Ingrid. **Processamento da Linguagem**. 1ª. ed. Pelotas, RS: EDUCAT, 2005.

MAIA, M. A. R. **Efeitos do status argumental e de segmentação no processamento de sintagmas preposicionais em português brasileiro**. *Cadernos de Estudos Linguísticos (UNICAMP)*, n. 50, p. 13-28, 2008.

\_\_\_\_\_. **Reading and Listening to Garden-path PP sentences in Brazilian Portuguese**. In: Jorge CAMPOS DA COSTA, Jorge; PEREIRA, Vera Vanmacher (Org.). **Linguagem e Cognição**. Porto Alegre: Editora PUCRGS, 2009. p. 290-303.

MAIA, M. A. R. et al; **Early and late preferences in relative clause attachment in Portuguese and Spanish**. *Journal of Portuguese Linguistics*, v. 5/6, p. 227-250, 2007.

POLLATSEK, A. et al. **Asymmetries in the perceptual span for Israeli readers**. *Brain and Language*, n. 14, p. 174-180, 1981.

RAYNER, K. **Eye movements in reading and information processing: 20 years of research**. *Psychological Bulletin*, v. 124, n. 3, p. 372-422, 1998.

RAYNER, K.; WELL, A.D.; POLLATSEK, A. **Asymmetry of the effective visual field in reading**. *Perception & Psychophysics*, n. 27, p. 537-544, 1980.





RAYNER, Keith; CARLSON, Marcia; FRAZIER Lyn, **The interaction of syntax and semantics during sentence processing: Eye movements in the analysis of semantically biased sentences.** *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior*, n. 22, p.358–374, 1983.

SCHÜTZE, C.; GIBSON, E. **Argumenthood and English prepositional phrase attachment.** *Journal of Memory and Language*, v. 40, p. 409-431, 1999.

SLOWIACZEK, M. L.; CLIFTON, C. **Subvocalization and reading for meaning.** *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior* 19: 573-582. 1980.

SPEER, S. R. & CLIFTON, C. Jr. **Plausibility and argument structure in sentence comprehension.** *Memory and Cognition*, v. 26, n. 5, 965-978, 1998.

SPIVEY-KNOWLTON, M.; SEDIVY, J. **Resolving attachment ambiguities with multiple constraints.** *Cognition*, v. 55, p. 227-267, 1995.

TARABAN, Roman; McCLELLAND, James L. **Constituent attachment and thematic role assignment in sentence processing: Influences of content-based expectations.** *Journal of Memory and Language* v. 27, p. 597–632, 1988.

ZAVREL, J.; DAELEMANS, D.; VEENSTRA, J. **Resolving PP attachment ambiguities with memory-based learning.** In: ELLISON, T.M. (ed.) *CoNLL97: Computational Natural Language Learning*, ACL, 1997. p.136-144.





# “O PORTUGUÊS SÃO TRÊS”: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS PARA A HIPÓTESE DE COMPETIÇÃO DE GRAMÁTICAS

Marco Antonio MARTINS

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

## RESUMO

*Com base nos padrões empíricos de ordenação de clíticos em peças de teatro escritas por brasileiros nascidos no litoral do estado de Santa Catarina, descrevo e analiso, neste artigo, um processo de variação e mudança sintática que pode ser interpretado como a competição de diferentes gramáticas. Na escrita de autores nascidos no século 19, encontro padrões que instanciam (i) a gramática do Português Brasileiro (PB): próclise a V1 e próclise ao verbo não-finito em complexos verbais; (ii) a gramática do Português Europeu (PE): ênclise em orações finitas não dependentes com o verbo precedido por um sujeito, um advérbio não-modal ou um sintagma preposicional, não focalizados; e (iii) a gramática do Português Clássico (PC): construções DPclV e construções XclV com percentagens variáveis e inferiores a 50% e construções com interpolação em matriz. Com base nos resultados estatísticos, defendo que a ordenação de clíticos na escrita catarinense reflete um caso complexo de competição de três gramáticas do português: PC, PB e PE.*

## ABSTRACT

*Based on empirical patterns of clitic placement in theatre plays written by Brazilians born on the coast of Santa Catarina State, I describe and analyze in this article a process of syntactic variation and change that can be interpreted as the competition of different grammars. In the writing of authors born in the 19th century, we can find patterns that instantiate (i) the grammar of Brazilian Portuguese (BP): proclisis in V1 contexts and proclisis to the non-finite verb in verbal complexes; (ii) the grammar of European Portuguese (EP): enclisis in non dependent finite clauses with non focused preverbal subjects, non-modal adverbs or prepositional phrases, and (iii) the grammar of Classical Portuguese (CP): DPclV and*

© Revista da ABRALIN, v.9, n.2, p. 37-76, jul./dez. 2010





*XcIV constructions with percentages below 50% and interpolation structures in matrix clauses. Based on the statistical results, I argue that clitic placement in Santa Catarina writings reflects a complex case of competition between three grammars of Portuguese: CP, BP and EP.*

## PALAVRAS-CHAVE

*Clíticos. Competição de gramáticas. Mudança sintática. Próclise.*

## KEY-WORDS:

*Clitics. Grammar competition. Proclisis. Syntactic change.*

## Introdução<sup>1</sup>

Não é nova a idéia de que o variável padrão empírico de ordenação de clíticos na diacronia do português reflete mudanças sintáticas relacionadas, por sua vez, a diferentes gramáticas no curso dos séculos (cf. Pagotto 1992; Lobo 1992; A. M. Martins 1994; Galves 2004; Paixão de Sousa 2004; Galves; Britto; Paixão de Sousa 2005 – GBPS, doravante; Galves; Paixão de Sousa 2005; Galves; Torres Moraes; Ribeiro 2005 – GTMR, doravante; Carneiro 2005).

Nesse contexto, e considerando os padrões empíricos de ordenação de clíticos em textos catarinenses escritos nos séculos 19 e 20 (cf. M. A. Martins, 2009), apresento, neste artigo, evidências empíricas para a hipótese de que a escrita brasileira do século 19 apresenta um cenário complexo que pode refletir a competição não de duas, mas de três gramáticas do português: padrões de uma gramática inovadora, o Português Brasileiro (PB); padrões da gramática do Português Europeu

<sup>1</sup> Este artigo retoma resultados descritos e analisados em minha tese de doutoramento junto ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina. Agradeço as leituras atentas realizadas por Izete Coelho e Maria Lobo, assim como a orientação em todo o desenvolvimento da tese, defendida em 2009. Agradeço, ainda, aos pareceristas anônimos e ao editor chefe da revista da ABRALIN pelas contribuições. Os possíveis erros que o texto ainda apresenta, no entanto, são de minha inteira responsabilidade.





(PE), sob a rubrica de uma gramática normativa, sociolinguisticamente marcada; e, ainda, padrões da gramática de uma escrita conservadora, o Português Clássico (PC).

Para este trabalho, em específico, apresento e discuto resultados relacionados à ordenação de clíticos em três contextos sintáticos: (A) orações afirmativas finitas não-dependentes com o verbo em primeira posição absoluta (Contexto V1); (B) orações afirmativas finitas não-dependentes com o verbo precedido por sujeitos, advérbios não-modais e sintagmas preposicionais, não focalizados, (Contexto XV); e (C) estruturas verbais complexas.

A hipótese de que a escrita brasileira do século 19, via norma, possa refletir a competição entre três gramáticas do português, PC, PB e PE, prediz que nos textos analisados serão encontrados dados relacionados (i) à gramática do PB, ou construções com próclise a V1 e próclise ao verbo não-finito em estruturas verbais complexas; (ii) à gramática do PE, ou construções com ênclise em orações com sujeitos pré-verbais, advérbios não-modais ou sintagmas preposicionais, não focalizados; e à gramática do PC, ou construções com interpolação em matriz e construções com subida de clíticos sem atratores. Assumo para este artigo a análise, nos termos da de GTMR (2005), em que a próclise em PB seria derivada devido à interação entre a perda da restrição ao clítico em primeira posição e propriedades do componente morfofonológico da gramática.

É importante referir, ainda nesta introdução, que a distinção entre Língua-I e Língua-E e o derivado conceito de gramática, como proposto pela teoria gerativa (Chomsky 1981, 1986), está na base da pesquisa que apresento. Mais especificamente, utilizo textos escritos deixados pela história externa das línguas (textos escritos por autores catarinenses) como amostras de Língua-E para teorizar sobre o conhecimento linguístico que os autores desses textos têm ao saber uma língua. Utilizo, nesse sentido, dados empíricos advindos de textos escritos para estudar a implementação da mudança gramatical que dá origem à gramática vernacular do PB, sobretudo no curso do século 19.





O artigo vem apresentado em três seções: em 1, apresento os padrões empíricos de ordenação de clíticos nos três ambientes sintáticos considerados, atestados na escrita catarinense (cf. M. A. Martins, 2009): contexto V1, contexto XV e estruturas verbais complexas; com base nos padrões de ordenação encontrados, apresento, na seção 2, a propagação da mudança na escrita catarinense; em 3, por fim, sistematizo os resultados da pesquisa e retorno à hipótese aqui defendida de que “o português são três”.

## 1. Padrões empíricos de ordenação de clíticos na escrita catarinense dos séculos 19 e 20<sup>2</sup>

A pesquisa empírica tem por base amostras extraídas de um corpus constituído de vinte e quatro peças de teatro escritas por catarinenses nascidos entre os séculos 19 e 20. O conjunto de textos é oriundo de um projeto em curso, vinculado ao Projeto Variação Linguística Urbana da Região Sul (VARSUL), na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e visa à elaboração de um banco de dados formado, em sua

---

<sup>2</sup> Os dados foram extraídos dos seguintes textos e respectivos autores: Raimundo (1868) de Álvaro Augusto de Carvalho (1829-1865); Um cacho de mortes (1881), de Horácio Nunes (1855- 1919); Brinquedos de cupido (1898) de Antero Reis Dutra (1855-1911); Um homem sem paisagem (1947) de Ody Fraga (1927-1987); Os lobos (1980) de Ademir Rosa (1950-1997); Flores de inverno (1992) de Antônio Cunha (1961-); Sim, eu sei (1992) de Fábio Brüggemann (1962-). Os textos são: A casa para alugar (1867) e Quem desdenha quer comprar (1868), de José Cândido de Lacerda Coutinho (1841-1902); Raimundo (1868), de Álvaro Augusto de Carvalho (1829-1865); Os ciúmes do capitão (1880), de Arthur Cavalcanti do Livramento (1853-1897); Um cacho de mortes (1881), Dolores (1889), O idiota (1890), Fatos Diversos (1892), de Horácio Nunes (1855- 1919); Brinquedos de Cupido (1898), de Antero Reis Dutra (1855-1911); A engeitada (19??) de Joaquim Antonio de S. Thiago (1856-1916); Hilda, a filha do suposto traidor (1918), Waltrudes, o nauta veneziano (1918) e A filha do operário (1942), de Ildefonso Juvenal (1884-1965); Ilha dos casos raros (1928), de Nicolau Nagib Nahas (1898-1934); A morte de Damião (1954) de Ody Fraga (1927-1987); O dia em que os porcos comerão sal (1978), A Estória (1970), Os Lobos (1980), Fragmentos (1991) e O que a vida fez de mim, de nós (1996), de Ademir Rosa (1950-1997); O dia do Javali (1982), de Mário Júlio Amorim (1939-); Flores de Inverno (1992) e As quatro estações (1998), de Antonio Cunha (1961-); Agnus Dei (1994) de Sulanger Bavaresco (1969-).





maioria, por textos escritos por brasileiros nascidos no litoral de Santa Catarina.

De um modo geral, os padrões de ordenação na escrita catarinense vão ao encontro daqueles apresentados em estudos acerca da ordem dos pronomes clíticos na história do português – conforme Mattos e Silva (2004), A. M. Martins (1994), Fiéis (2003), sobre o Português Antigo; Paixão de Sousa (2004), GBPS (2005), sobre o português dos séculos 16 e 17; Barbosa (2000), Raposo (2000), GTMR (2005) sobre o PE contemporâneo; e Lobo (1992), Pagotto (1992), Abaurre e Galves (1996), GTMR (2005) e Carneiro (2005), entre outros, sobre o PB.

Neste artigo, isolo apenas os contextos em que se atesta, de fato, variação entre as ordens clítico-Verbo (clV) e Verbo-clítico (Vcl) nos textos. Meu principal objetivo é, sobretudo, diagnosticar diferentes padrões empíricos de variação que instanciam diferentes gramáticas do português e, por conseguinte, reveladores de mudança em curso.

Em relação às orações finitas não dependentes, o conjunto de dados analisados em M. A. Martins (2009) perfaz um total de 2.319 orações com verbo simples, e inclui contextos sintáticos vários. Como já referido, retirei para análise neste artigo apenas os contextos em que, de fato, a alternância clV/Vcl é atestada. Por outras palavras, retirei da amostra os contextos categóricos (ou majoritários) de clV e de Vcl. De um lado, a próclise é categórico-majoritária em (i) orações não-dependentes com operadores de negação; (ii) orações não-dependentes introduzidas por quantificador/expressão quantificada; (iii) orações não-dependentes introduzidas por Sintagma-Q/COMP preenchido; (iv) orações não-dependentes introduzidas pelos seguintes advérbios: focalizadores, quantificadores, quantificadores de eventos, aspectuais ou modais e de atitude proposicional e (v) por constituintes focalizados. De outro lado, os contextos em que a ênclise é categórico-majoritária são: (vi) orações com verbo precedido por vocativos; (vii) orações com verbo precedido por orações dependentes e (viii) orações com tópicos marcados (Deslocação à Esquerda Clítica e topicalização).





Retirados da amostra os dados relacionados aos contextos de não-variação elencados de (i) a (viii) acima, somam 1.213 as orações finitas não-dependentes, que classifico nos seguintes contextos de variação: (A) orações com o verbo em primeira posição absoluta (contexto V1) e (B) orações com o verbo precedido por sujeitos, advérbios não-modais e sintagmas preposicionais, não focalizados, (contexto XV).

Considerando o ano e o século de nascimento dos autores, as orações não-dependentes afirmativas com verbo simples foram submetidas aos programas do pacote estatístico GoldVarb2001 (cf. Robinson; Lawrence; Tagliamonte 2001). Importante se faz referir que os resultados apresentados contemplam apenas a análise unidimensional oferecida pelo programa estatístico que disponibiliza as frequências de clV e Vcl em relação aos contextos observados.

No que se refere às estruturas verbais complexas, a amostra extraída dos textos catarinenses se constitui de 553 orações. Em M. A. Martins (2009), classifiquei esses dados de acordo com duas variáveis, tendo em vista o alicamento ou não do clítico para o verbo finito da estrutura: construções COM alicamento de clíticos e construções SEM alicamento de clíticos. Para a discussão neste artigo, retomarei apenas os resultados relacionados à variável SEM alicamento de clíticos, que apresentam duas variantes: (1) construções com próclise ao verbo não-finito (V1(X)cl-V2) ou construções com ênclise ao verbo não-finito (V1(X)V2cl). Considero, ainda, uma terceira variante com dados ambíguos: construções em que não foi seguro afirmar se havia ênclise a V1 ou próclise a V2 (V1clV2). A descrição das variantes relacionadas às construções com complexos verbais será detalhada com mais vagar na seção 2.3.

Passemos agora à descrição e análise dos padrões de ordenação de clíticos nos diferentes contextos.





## 1.1. Contextos V1

A próclise em orações com o verbo em primeira posição absoluta é uma das características que marcam o advento da gramática do PB, uma vez que a ordem clV nesse contexto não é atestada na história do português. Os dados relacionados ao contexto V1 em nossa amostra, excluindo as orações segundas coordenadas, perfazem um total de 731 orações. Os percentuais de clV, distribuídos por autores, estão listados na Tabela 1, a seguir.

TABELA 1: Próclise a V1 em orações independentes, principais e primeiras coordenadas na escrita catarinense dos séculos 19 e 20.

<b>Autor/ano de nascimento</b>	<b>V1</b>
Álvaro Augusto de Carvalho (1829-1865)	0/109 – 0%
José Cândido de Lacerda Coutinho (1841-1902)	0/144 – 0%
Arthur Cavalcanti do Livramento (1853-1897)	3/33 – 9%
Antero dos Reis Dutra (1855-1911)	0/28 – 0%
Horácio Nunes (1855- 1919)	0/177 – 0%
Joaquim Antonio de S. Thiago (1856-1916)	0/32 – 0%
Ildefonso Juvenal (1884-1965)	1/66 – 2%
Nicolau Nagib Nahas (1898-1934)	1/9 – 11%
Ody Fraga (1927-1987)	0/5 – 0%
Mário Júlio Amorim (1939)	20/32 – 62%
Ademir Rosa (1950-1997)	36/46 – 78%
Antônio Cunha (1961)	17/36 – 47%
Sulanger Bavaresco (1969)	4/14 – 29%
<b>TOTAL</b>	<b>82/731 – 11%</b>

Com exceção dos textos de Arthur Cavalcanti do Livramento, nascido em 1853 e dos dois últimos representantes do século 19, Ildefonso Juvenal, nascido em 1884, e Nicolau Nagib Nahas, nascido em 1898, que apresentam, respectivamente, taxas de frequências de clV de 6% (2 ocorrências de 32 dados), 2% (1 ocorrência de 65 dados) e





11% (1 ocorrência de 9 dados), a ênclise nesse contexto é categórica nos textos escritos por brasileiros nascidos até 1927. Totalizando os dados nesse contexto, encontrei cinco ocorrências de próclise a V1 em textos do século 19. Os dados relevantes listados em (1), no que segue, dão rosto aos números.

(1)

- a. ME chamaste, meo coração? [LIVRAMENTO, 1853]<sup>3</sup>
- b. Ai! Que eu estou sufocado! ME largue! [LIVRAMENTO, 1853]
- c. TE recordas se Valentim era ruivo?... [LIVRAMENTO, 1853]
- d. Maria Rosa – Já sei; já sei que a festança vai ser grossa, pois foi convidada toda aquela gente rabujenta e de altos coturnos que aqui esteve no dia em que os patrões festejaram as bodas de prata. / Maneca (Aproxiamndo-se) – Mas, TE digo, Maria Rosa, com muita sinceridade: não tenho inveja de nada disso... [JUVENAL, 1884]
- e. Não me culpes. ME perdoa. Foste mais forte, confesso. [NAHAS, 1898]

Os percentuais por autores e as médias simples<sup>4</sup>, marcadas em 1850, 1875, 1900, 1950 e 1975, estão projetados nos gráficos na figura 1.

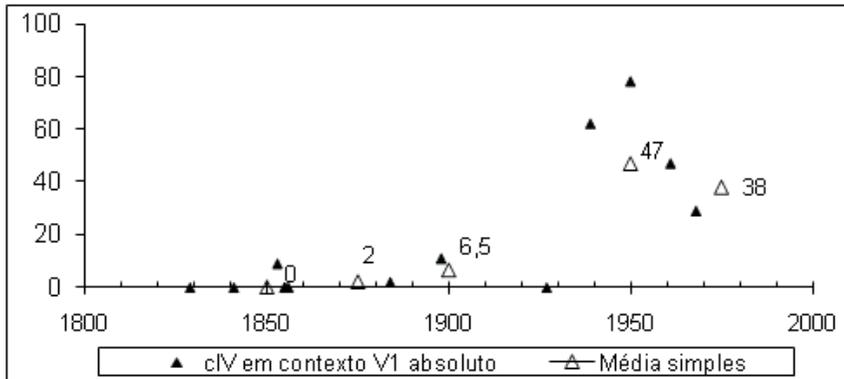
<sup>3</sup> Os exemplos da amostra citados no texto virão com referência ao autor e seu respectivo ano de nascimento (Cf. nota 1).

<sup>4</sup> As médias simples, referidas ao longo do texto, dizem respeito às taxas de próclise reunindo os autores em cinco tempos: aqueles nascidos entre 1829 e 1850; entre 1851 e 1875; entre 1876 a 1900; entre 1901 e 1950; e 1951 e 1969.





FIGURA 1: Próclise a V1 em orações independentes principais e primeiras coordenadas na escrita catarinense



Se observarmos a evolução na média da frequência de clV nos textos, encontramos, respectivamente, as médias de 0%, 2%, 6,5%, 47% e 38%. Note-se que, com exceção do texto de Ody Fraga, nascido em 1927, em que não encontrei nenhuma ocorrência de clV (e é importante salientar que desse autor há apenas um texto com poucos dados), há nos textos de catarinenses nascidos no século 20 um significativo aumento na proporção de próclise em orações com o verbo em primeira posição. As taxas de clV em contextos V1 têm um (elevado) acréscimo nos textos de Mário Júlio Amorim, nascido em 1939, e de Ademir Rosa, nascido em 1950, respectivamente, para 62% (20 ocorrências de 32 dados) e 78% (36 ocorrências de 46 dados)<sup>5</sup>, e se mantêm significativamente

<sup>5</sup> Cabe uma nota sobre os textos de Ademir Rosa que constituem o corpus em análise. Utilizo uma versão editada em 2007 das peças escritas pelo autor. Mesmo porque os demais textos utilizados dos autores catarinenses são, em sua grande maioria, publicados. Tive acesso, num primeiro momento, no entanto, aos manuscritos das peças *A Estória* e *Os Lobos* de Ademir Rosa. No confronto entre o original e a versão editada apenas uma diferença, significativa na discussão da pesquisa aqui apresentada, foi observada. No texto editado de *A Estória* encontro (i), a seguir.

(i) M – Mas qual a relação dessa estória do macaco com a separação de seus pais? Por acaso seu pai também SE tornou um homossexual? / H – A relação é que meu pai tornou-SE impotente para sustentar as alegorias, as viagens de minha mãe. (Sussurrando) Ela era viciada em maconha, só maconha.

No texto manuscrito do autor encontro a ordem Vcl no texto sublinhado em (i): “Por acaso





acentuadas nos textos de Antônio Cunha, nascido em 1961, em 47% (17 ocorrências de 36 dados), e de Sulanger Bavaresco, nascida em 1969, em 29% (4 ocorrências de 14 dados). Listo em (2) dados extraídos dos textos do século 20.

(2)

- a. Vitor (Para o cadáver) – TE sacanearam! Te sacanearam!  
[AMORIM, 1939]
- b. TE encontro depois da missa atrás da sacristia. ME encontrará sempre por aqui. [ROSA, 1950]  
Oh cara, TE orienta, piorou novamente, é? [ROSA, 1950]  
Agnes – Ela me obriga a tirar as roupas... e depois... Ela faz... SE diverte comigo... [BAVARESCO, 1969]

## 1.2. Construções XV

Observemos no que segue a descrição e análise de dados relacionados a orações finitas não-dependentes com verbo simples em contextos XV, sendo X um sujeito DP simples ou pronominal pessoal não-focalizado (SV), um advérbio não modal (AdvV) ou um sintagma preposicional (PPV) em que a variação clV/Vcl é atestada, como ilustram os exemplos de (3) a (5) no que segue. A amostra soma 482 dados, sendo 232 ocorrências com próclise e 250 ocorrências com ênclise. Tomamos como parâmetro para a análise as construções com próclise, a fim de observar a evolução das taxas relacionadas às construções ScIV e Adv/PPclV nos textos.

---

seu pai também tornou-SE um bicha?”. A edição publicada do texto “corrige” a ênclise numa oração em que o verbo é imediatamente antecedido pelo advérbio também. Essa mesma edição, no entanto, não é sensível à ênclise na oração subordinada “a relação é que meu pai tornou-SE impotente (...)”, que não foi “corrigida” na versão publicada em 2007.





- (3)
- a. Desculpe a indiscrição... O senhor ME diga uma cousa: Afinal de contas, que festança é essa a realizar-se hoje aqui e que está movimentando tudo, como si os patrões estivessem esperando a visita de qualquer monarca?! [A filha do operário (1942) de Ildefonso Juvenal (1884-1965)]
  - b. O senhor ama-ME também?... [Dolores (1889) de Horácio Nunes (1855- 1919)]
  - c. Oh! Pérfidos! Tudo compreendo agora! Eles SE amavam! Foi um ajuste entre ambos... Uma negra traição que me urdiram!... [Quem desdenha quer comprar (1868) de José Cândido de Lacerda Coutinho (1841-1902)]
  - d. Ela ama-ME ... ama-me! [Raimundo (1868) de Álvaro Augusto de Carvalho (1829-1865)]
- (4)
- a. Na noite do mesmo dia em que recolhi a triste engeitadinha e agasalhei-a em meu seio, tu, José, te apresentaste em minha casa e encarecidamente ME pediste agasalho, e depois te oferecestes a compartilhar de todos os meus trabalhos. [A engeitada (19??) de Joaquim Antonio de S. Thiago (1856-1916)]
  - b. Amanhã agarro-ME às saias da tia Úrsula pra ficar em terra enquanto o nosso capitão não dormir a bordo. [Raimundo (1868) de Álvaro Augusto de Carvalho (1829-1865)]
- (5)
- a. Estou sempre preparado! Na minha bagagem SE encontram os livros apropriados. O alcorão quando vou ao Islã; o Talmud, a Israel; o Missal, ao Vaticano; Shakespeare, à Inglaterra; um livro para cada ocasião. [A morte de Damião (1954) de Ody Fraga (1927-1987)]



- b. Nas minhas finas areias deitam-SE sereias, cantando canções de amor. [Ilha dos casos raros (1928), de Nicolau Nagib Nahas (1898-1934)]

Observem-se os resultados gerais apresentados na tabela 2.

TABELA 2: Próclise em contextos XV na escrita catarinense dos séculos 19 e 20

Autor/ano de nascimento	SV	AdvV	PPV	TOTAL
Álvaro Augusto de Carvalho (1829-1865)	21/91 – 23%	5/19 – 26%	0/6 – 0%	26/116 – 22%
José Cândido de Lacerda Coutinho (1841-1902)	7/27 – 26%	5/9 – 56%	1/5 – 20%	13/41 – 32%
Arthur Cavalcanti do Livramento (1853-1897)	6/15 – 40%	2/3 – 67%	1/2 – 50%	9/20 – 45%
Antero dos Reis Dutra (1855-1911)	3/7 – 43%	1/4 – 25%	0/3 – 0%	4/14 – 29%
Horácio Nunes (1855- 1919)	15/56 – 27%	3/14 – 21%	1/14 – 7%	19/84 – 23%
Joaquim Antonio de S. Thiago (1856-1916)	8/15 – 53%	2/5 – 40%	0/4 – 0%	10/24 – 42%
Ildefonso Juvenal (1884-1965)	32/49 – 65%	2/3 – 67%	3/5 – 60%	37/57 – 65%
Nicolau Nagib Nahas (1898-1934)	3/7 – 43%	0/1 – 0%	0/1 – 0%	3/9 – 33%
Ody Fraga (1927-1987)	4/4 – 100%	SEM DADOS	1/1 – 100%	5/5 – 100%
Mário Júlio Amorim (1939-)	5/5 – 100%	1/1 – 100%	1/2 – 50%	7/8 – 88%
Ademir Rosa (1950-1997)	23/23 – 100%	7/8 – 88%	7/8 – 88%	37/39 – 95%
Antônio Cunha (1961-)	27/27 – 100%	1/1 – 100%	1/2 – 50%	29/30 – 97%
Sulanger Bavaresco (1969-)	28/28 – 100%	5/5 – 100%	0/2 – 0%	33/35 – 94%
<b>TOTAL</b>	<b>182/354</b> – 51%	<b>34/73 – 47%</b>	<b>16/55</b> – 29%	<b>232/482 –</b> <b>48%</b>



Antes de mais, os números mostram que há uma evolução da próclise nesses contextos no curso dos séculos: de 22% no texto do primeiro autor representante do século 19 para 94% no texto do último autor representante do século 20, como mostra o total na tabela 2. Nos textos daqueles nascidos no século 20, há uma diferença entre a proporção de clV em orações com sujeitos, de um lado (com taxas categóricas – 100%), e em orações com demais constituintes em posição pré-verbal, advérbios não-modais e PPs, de outro lado (com taxas ainda em variação – entre 88% e 100% e 0% e 100%).

É importante considerar, todavia, que a distribuição da próclise em orações com sujeitos pré-verbais não é homogênea na diacronia do português (cf. M. A. Martins, 2009): as orações com sujeitos pré-verbais realizados por pronomes pessoais apresentam um padrão diferenciado na sintaxe de ordenação de clíticos. As taxas de próclise considerando os sujeitos DPs simples e os sujeitos pronominais pessoais estão listadas, separadamente, na tabela 3, no que segue.

TABELA 3: Próclise em contextos XV, sendo X um sujeito DP simples ou um sujeito pronominal pessoal, na escrita catarinense dos séculos 19 e 20

Autor/ano de nascimento	Sujeito pronominal	Sujeito DP	TOTAL
Álvaro Augusto de Carvalho (1829-1865)	16/26 – 62%	5/65 – 8%	21/91 – 23%
José Cândido de Lacerda Coutinho (1841-1902)	7/13 – 54%	0/14 – 0%	7/27 – 26%
Arthur Cavalcanti do Livramento (1853-1897)	5/6 – 83%	1/9 – 11%	6/15 – 40%
Antero dos Reis Dutra (1855-1911)	3/4 – 75%	0/3 – 0%	3/7 – 43%
Horácio Nunes (1855- 1919)	10/18 – 56%	5/38 – 13%	15/56 – 27%
Joaquim Antonio de S. Thiago (1856-1916)	3/3 – 100%	5/12 – 42%	8/15 – 53%



continuação tabela 3

<b>Autor/ano de nascimento</b>	<b>Sujeito pronominal</b>	<b>Sujeito DP</b>	<b>TOTAL</b>
Ildefonso Juvenal (1884-1965)	20/20 – 100%	12/29 – 41%	32/49 – 65%
Nicolau Nagib Nahas (1898-1934)	2/2 – 43%	1/5 – 20%	3/7 – 43%
Ody Fraga (1927-1987)	1/1 – 100%	3/3 – 100%	4/4 – 100%
Mário Júlio Amorim (1939)	3/3 – 100%	2/2 – 100%	5/5 – 88%
Ademir Rosa (1950-1997)	18/18 – 100%	5/5 – 100%	23/23 – 100%
Antônio Cunha (1961)	15/15 – 100%	12/12 – 100%	27/27 – 97%
Sulanger Bavaresco (1969)	22/22 – 100%	6/6 – 100%	28/28 – 94%
<b>TOTAL</b>	<b>125/151 – 83%</b>	<b>57/203 – 28%</b>	<b>182/354 – 51%</b>

Os resultados ficam mais interessantes. Observe-se que há nos textos catarinenses do século 19 uma clara diferença nas taxas de cIV em orações com sujeitos DP simples e em orações com sujeitos pronominais pessoais: há baixas taxas de cIV em contextos DPV (8%, 0%, 11%, 0%, 13%, 42%, 41% e 20%) e elevadas (i.e., categóricas) taxas em orações com sujeitos pronominais pessoais (100%, 100%, 100%, 100% e 100%). Uma questão interessante que se coloca é: retiradas as próclises com sujeitos pronominais pessoais da amostra (que parecem apresentar um padrão diferenciado), as próclises em contextos SV encontradas nos textos de catarinenses nascidos no início do século 19 instanciam que gramática do português? Como já mostrado em muitos estudos diacrônicos sobre a sintaxe dos clíticos em português (Paixão de Sousa 2004; GBPS 2005), a próclise em contextos SV é o padrão tanto na gramática do PB quanto na gramática do PC.



Tem-se defendido em muitos trabalhos que a gramática do PC não impõe restrições à natureza do constituinte que pode ocupar a posição pré-verbal e que esta posição estaria disponível na gramática dessa língua para constituintes de VP em geral, e não propriamente para sujeitos gramaticais (Galves 2004; Paixão de Sousa 2004; GBPS 2005). No PB, como muitos estudos também têm mostrado (Pontes 1987; Negrão 1999; Galves 2001), a posição pré-verbal é uma posição preferencial para sujeitos argumentais, ou, quando não, para constituintes que possam assimilar os traços gramaticais de sujeitos.

Pois bem, em termos empíricos, interessante será comparar as taxas de próclises em contextos DPV (DPclV), atestadas em nossa amostra, àquelas atestadas em contextos de variação XV (XclV), sendo X um advérbio não-modal ou um PP. Em busca dessa distinção, sistematizo na Tabela 4, a seguir, o total de ocorrências de clV em contextos XV na amostra.

TABELA 4: Próclise em XV, sendo X um advérbio não-modal ou um PP, na escrita catarinense dos séculos 19 e 20

<b>Autor/ano de nascimento</b>	<b>AdvV</b>	<b>PPV</b>	<b>TOTAL</b>
Álvaro Augusto de Carvalho (1829-1865)	5/19-26%	0/6-0%	5/25-20%
José Cândido de Lacerda Coutinho (1841-1902)	5/9-56%	1/5-20%	6/14-43%
Arthur Cavalcanti do Livramento (1853-1897)	2/3-67%	1/2-50%	3/5-60%
Antero dos Reis Dutra (1855-1911)	1/4-25%	0/3-0%	1/7-14%
Horácio Nunes (1855-1919)	3/14-21%	1/14-7%	4/28-14%
Joaquim Antonio de S. Thiago (1856-1916)	2/5-40%	0/4-0%	2/9-22%
Ildelfonso Juvenal (1884-1965)	2/3-67%	3/5-60%	5/8-62%



continuação tabela 4

<b>Autor/ano de nascimento</b>	<b>AdvV</b>	<b>PPV</b>	<b>TOTAL</b>
Nicolau Nagib Nahas (1898-1934)	0/1-0%	0/1 – 0%	0/2– 0%
Ody Fraga (1927-1987)	0	1/1-100%	1/1– 100%
Mário Júlio Amorim (1939)	1/1-100%	1/2 – 50%	2/3 – 67%
Ademir Rosa (1950-1997)	7/8-88%	7/8–88%	14/16-87%
Antônio Cunha (1961-)	1/1-100%	1/2 – 50%	2/3 – 67%
Sulanger Bavaresco (1969-)	5/5-100%	0/2– 0%	5/7 – 71%
<b>TOTAL</b>	<b>34/73-47%</b>	<b>16/55–29%</b>	<b>50/128-39%</b>

Antes de mais, note-se que enquanto a próclise em orações com sujeitos DPs simples (e pronominais pessoais) é a única opção atestada em textos de autores nascidos no século 20 (cf. tabela 3), há, ainda, variação ênclise/próclise em orações com advérbios não-modais e PPs nos textos desses autores (cf. tabela 4). Tais resultados parecem mostrar que a evolução da próclise em contextos DPcIV e XcIV não é a mesma nos textos.

Com fins de comparação, observem-se projetadas nos gráficos das Figuras 2 e 3, no que segue, as taxas referentes à proporção de DPcIV (cf. tabela 3) e de XcIV (cf. tabela 4) nos textos. As médias simples estão marcadas nos anos de 1850, 1875, 1900, 1950 e 1975.



FIGURA 2: Próclise em contextos DPV na escrita catarinense dos séculos 19 e 20

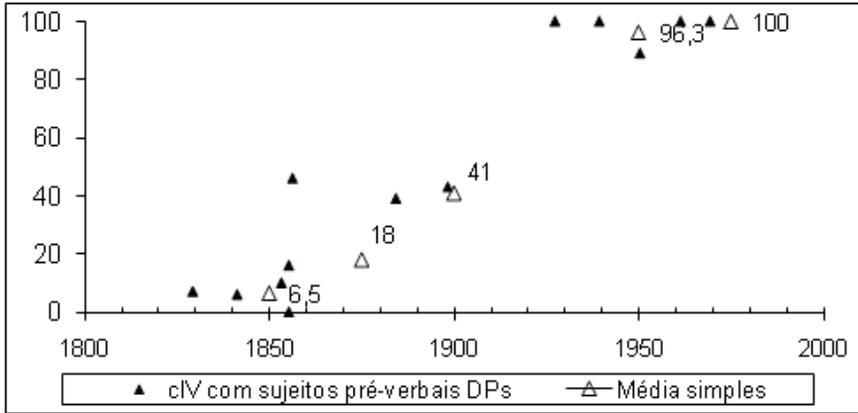
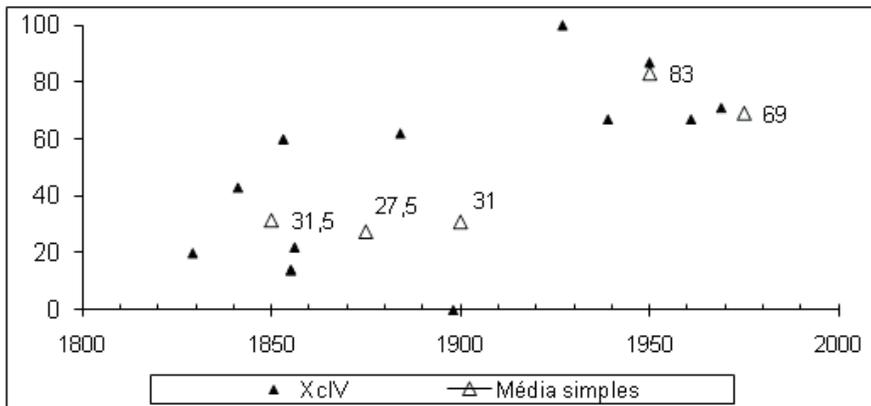


FIGURA 3: Próclise em contextos XV, sendo X um advérbio não-modal ou um PP, na escrita catarinense dos séculos 19 e 20



Os gráficos relacionados às médias simples em ambos os gráficos apresentam claramente dois quadros interessantes: de um lado, nos textos escritos pelos três primeiros catarinenses representantes do século 19, Álvaro Augusto de Carvalho, José Cândido de Lacerda Coutinho e Arthur Cavalcanti do Livramento (nascidos em 1829, 1841 e 1853,





respectivamente), a proporção de clV em contextos XV (13%, 20%, 60%, com a média simples de 31,5%) é superior àquela encontrada em contextos DPV (6%, 0%, 11%, com média simples de 6,5%). De outro lado, em todos os textos escritos por catarinenses nascidos no curso do século 20, DPclV é o único padrão encontrado; mas não o é em orações com advérbios não-modais e PPs, ou em contextos XV.

Em termos empíricos, os resultados sugerem que as próclises encontradas, principalmente nos textos dos três primeiros catarinenses representativos do século 19, parecem estar associadas a uma gramática em que a posição pré-verbal esteja disponível para constituintes de VP em geral e não especificamente para sujeitos oracionais. Considere-se que, nesses textos, a construção XclV é mais recorrente que a construção ScIV. Como já referido, na gramática do PC a posição pré-verbal pode ser ocupada por constituintes de VP em geral e não é uma posição preferencial para sujeitos argumentais.

Nesse contexto, os resultados apresentados parecem mostrar que, no que se refere à ordenação de clíticos em orações finitas não-dependentes, a implementação da gramática do PB está associada à evolução da próclise num contexto bastante específico, qual seja DPclV. Os percentuais sistematizados nas Tabelas 3 e 4 mostram claramente que o padrão DPclV associado à gramática do PB parece não estar presente, ainda, nos textos escritos por catarinenses nascidos, sobretudo, na primeira metade do século 19. Observe-se que nos textos desses autores nem o contexto DPV nem o contexto XV parece ser mais favorecedor de próclise. Há, nos textos do século 19, em ambos os contextos, percentagens variáveis de próclise, geralmente baixas e inferiores a 50%.

Se considerarmos que, nos textos de brasileiros nascidos no curso do século 20, a próclise é o único padrão atestado no contexto DPV e que, diferentemente, há variação ênclise/próclise em contextos XV, os resultados apresentados parecem evidenciar que a escrita catarinense do século 19 reflete, ainda, propriedades de um sistema conservador, qual seja, padrões da gramática do PC.





### 1.3. Estruturas verbais complexas

A sintaxe de colocação de clíticos em estruturas verbais complexas em português tem propriedades particulares. Entende-se por construção complexa a sequência V1 finito + V2 não-finito em que um clítico pode estar enclítico/proclítico ao verbo finito ou enclítico/proclítico ao verbo (temático) não-finito. As possibilidades de ordenação estão, pois, associadas ao alçamento ou não do clítico ao verbo finito de uma estrutura verbal complexa, o que tem sido denominado em sintaxe gerativa como subida de clíticos.

De acordo com o alçamento ou não do clítico ao verbo finito, conforme referido acima, em M. A. Martins (2009) os dados extraídos das peças de teatro catarinenses foram organizados e classificados tendo em vista duas variáveis: construções COM alçamento e construções SEM alçamento. Tomo para discussão apenas os resultados relacionados à segunda variável, especificada no que segue.

#### *Construções SEM alçamento de clíticos*

*Variante 1:* V1(X)V2cl – ênclise ao verbo não-finito com ou sem a presença de material interveniente entre V1 e V2 (cf. dados em (6));

*Variante 2:* V1(X)clV2 – próclise ao verbo não-finito com ou sem a presença de material interveniente entre V1 e V2. Identifico essa construção em duas situações: quando há material interveniente entre V1 e V2 (o que garante que o clítico esteja proclítico a V2) ou quando há constituintes oracionais que desencadeariam necessariamente a próclise, tendo em vista que nesses contextos a ênclise a V1 não é atestada na diacronia do português (cf. dados em (7)).





(6)

- a. Zélia – Me dê os fios, vou guardá-LOS! [ROSA, 1950]
- b. Que importa? Não vou eu confiar-LHE tudo? (Ouve-se Antônio tossir). Ah!... Creio que me assustei sem razão... Escondamos isto! [COUTINHO, 1841]

(7)

- a. Vitor – Taí, conversar! Por que é que eu não me lembrei disso? Quem sabe você me conta as suas aventuras nos castelos, hei? Aquele negócio de arrastar correntes, atravessar paredes e andar com a cabeça debaixo do braço, hei? Você pode até ME ensinar! [AMORIM, 1939]
- b. Faça isso sempre. E se acordar mais cedo ainda do que estou, não terei uma hora de sono, com certeza. Mas não posso ME queixar. Tô bem de saúde e tenho como vir todo ano aqui. [ROSA, 1950]

*Variante 3: V1cIV2<sup>6</sup>* – em tese, não é possível atestar se há ênclise a V1 ou próclise a V2 nessas construções, tendo em vista que nenhuma das alternativas listadas para a identificação da variante 2 foi observada (cf. (8)).

- (8) Oh, que idéia! Vou escrever ao vizinho Mathias. Ele disse que tinha um plano. Vou LHE pedir que venha quanto antes! [LIVRAMENTO, 1853]

Os resultados gerais da análise das 365 orações SEM alçamento de clítico estão dispostos na Tabela 5, a seguir.

---

<sup>6</sup> Considero as construções ambíguas como variantes da variável SEM alçamento de clíticos.





TABELA 5: Padrões de ordenação de clíticos em estruturas verbais complexas SEM alçamento de clítico, Variável II, e em construções ambíguas na escrita catarinense dos séculos 19 e 20.

Autor/ano de nascimento	V1(X)V2cl	V1(X) clV2	V1clV2	TOTAL
Álvaro Augusto de Carvalho (1829-1865)	39 - 93 %	0 - 0%	3-7%	42
José Cândido de Lacerda Coutinho (1841-1902)	30 - 79%	1 -3 %	7 - 18%	38
Arthur Cavalcanti do Livramento (1853-1897)	16- 84%	1 - 5%	2 - 11%	19
Antero dos Reis Dutra (1855-1911)	1 - 73%	1 - 7%	3 - 10%	15
Horácio Nunes (1855- 1919)	68 - 82%	6 - 7%	9- 11%	83
Joaquim Antonio de S. Thiago (1856-1916)	5 - 83%	0 - 0%	1 - 17%	6
Ildefonso Juvenal (1884-1965)	27 - 78%	4 - 11%	4 - 11%	35
Nicolau Nagib Nahas (1898-1934)	4 - 100%	0 - 0%	0 - 0%	4
Ody Fraga (1927-1987)	1 - 50%	0 - 0%	1 - 50%	2
Mário Júlio Amorim (1939)	1- 4%	9- 35%	16 - 61%	26
Ademir Rosa (1950-1997)	14 - 22%	22 - 34%	28 - 44%	64
Antônio Cunha (1961)	1 - 11%	4 - 44%	4 - 44%	9
Sulanger Bavaresco (1969)	2 - 10%	10 -45%	10 - 45%	22
<b>TOTAL</b>	<b>219 - 60%</b>	<b>58 - 16%</b>	<b>88 -24%</b>	<b>365</b>





Observe-se que há nos textos de autores nascidos no século 20 uma queda no uso da variante V1(X)V2cl, com ênclise ao verbo não-finito, e, paralelamente, um aumento significativo no uso da variante V1(X)clV2, com próclise ao verbo não-finito, e da variante V1clV2, num contexto, aparentemente, ambíguo entre ênclise ao verbo finito ou próclise ao verbo não-finito. Como já dito, a próclise ao verbo não-finito não é atestada em estágios anteriores do português ao longo dos séculos. É uma inovação da gramática do PB (cf. Pagotto 1992; 1993; Lobo, 1992; Carneiro 2005).

A variante inovadora – SEM alçamento de clíticos e próclise ao verbo não-finito, V1(X)clV2 – é atestada na escrita catarinense já nos textos de autores nascidos no século 19. Observe-se que há uma ocorrência nos textos de José Cândido de Lacerda Coutinho, nascido em 1841, de Arthur Cavalcanti do Livramento, nascido em 1853, de Antero dos Reis Dutra, nascido em 1855; seis ocorrências nos textos de Horácio Nunes, nascido em 1855, e quatro ocorrências nos textos de Ildefonso Juvenal, nascido em 1884 (cf. tabela 5). Nenhuma ocorrência foi encontrada nos textos de Joaquim Antonio de S. Thiago, nascido em 1856, de Nicolau Nagib Nahas, nascido em 1898, e Ody Fraga, nascido em 1927. Se consideramos apenas a variante V1(X)clV2, nenhuma ocorrência de próclise ao verbo não-finito foi encontrada no texto do primeiro autor representativo do século 19, Álvaro Augusto de Carvalho, nascido em 1829.

Importante se faz salientar que, diferentemente da próclise em orações com o verbo em primeira posição absoluta, a próclise ao verbo temático (não-finito) em construções SEM alçamento do clítico ao verbo finito não parece ser um contexto sociolinguisticamente marcado. Nesse sentido, parece justificar-se a maior recorrência de clV nesse contexto quando comparada às taxas de próclise a V1 (cf. seção 2.1).

Quando somadas as próclises nas duas variantes V1(X)clV2 e V1clV2 os percentuais são bastante significativos. Os resultados estão apresentados na Tabela 6, a seguir.





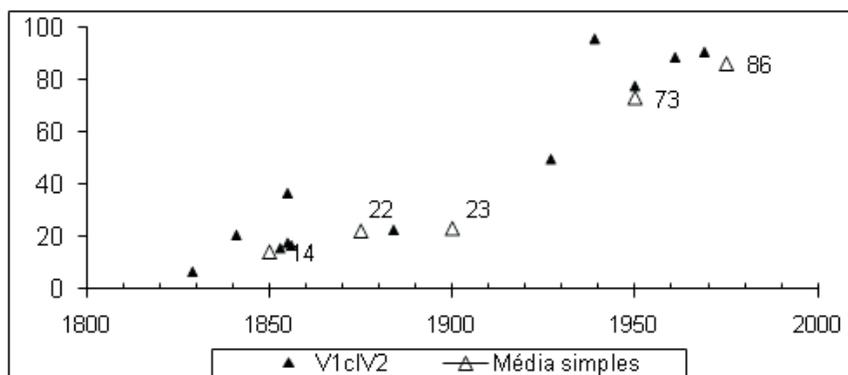
TABELA 6: Padrões de ordenação de clíticos em estruturas verbais complexas SEM (construções não-ambíguas e construções ambíguas) alçamento de clítico na escrita catarinense, por ano de nascimento dos autores

<b>Autor/ano de nascimento</b>	<b>AdvV</b>	<b>PPV</b>	<b>TOTAL</b>
Álvaro Augusto de Carvalho (1829-1865)	39 – 93%	3– 7%	42
José Cândido de Lacerda Coutinho (1841-1902)	30 – 79%	8 – 21%	38
Arthur Cavalcanti do Livramento (1853-1897)	16 – 84%	3 – 16%	19
Antero dos Reis Dutra (1855-1911)	11 – 73%	4 – 37%	15
Horácio Nunes (1855- 1919)	68 – 82%	15 – 18%	83
Joaquim Antonio de S. Thiago (1856-1916)	5 – 83%	1 – 17%	6
Ildefonso Juvenal (1884-1965)	27 – 77%	8 - 23%	35
Nicolau Nagib Nahas (1898-1934)	4 – 100%	0– 0%	4
Ody Fraga (1927-1987)	1 – 50%	1 – 50%	2
Mário Júlio Amorim (1939)	1/4%	25 - 96%	26
Ademir Rosa (1950-1997)	14 -22%	50 - 78%	64
Antônio Cunha (1961)	1 – 11%	8 – 89%	9
Sulanger Bavaresco (1969)	2 – 9%	20 - 91%	22
<b>TOTAL</b>	<b>219 – 60%</b>	<b>146 – 40%</b>	<b>365</b>



Os percentuais saem de 7% no texto de Álvaro Augusto de Carvalho e atingem 89% e 91% nos textos de Antônio Cunha e Sulanger Bavaresco. A próclise no contexto V1clV2 é bastante particular, porque, aparentemente, como já dito, não há evidências sintáticas se o clítico está enclítico ao verbo finito ou proclítico ao verbo não-finito. Entretanto, mostrei em M. A. Martins (2009) que a variante V1clV2 não é atestada em textos escritos por lisboetas nascidos entre os séculos 19 e 20. A ausência dessa variante na escrita lisboeta parece um argumento a favor da hipótese de que há, nesse contexto, próclise ao verbo não-finito nos textos catarinenses. Com base nos percentuais apresentados na Tabela 6, projeto as taxas das variantes V1(X)clV2 e V1clV2 e as médias simples nos gráficos da Figura 4, a seguir.

FIGURA 4: Próclise ao verbo não-finito em estruturas verbais complexas na escrita catarinense – construções V1(X)clV2 e V1clV2





Os gráficos mostram claramente um aumento na proporção da construção com próclise ao verbo não-finito em estruturas verbais complexas no curso dos séculos 19 e 20. Note-se que a proporção dessa construção se acentua nos textos do século 20 (com taxas bastante elevadas, atingindo 73% e 86%, nos textos dos últimos brasileiros representantes deste século)<sup>7</sup>; no entanto, essas construções já se mostram presentes na escrita de catarinenses nascidos no curso do século 19 (14% e 22%).

#### 1.4.E ainda... Construções com interpolação e com hipercorreção

Um outro argumento a favor da tese de que os textos catarinenses do início do século 19 apresentam padrões da gramática conservadora do PC diz respeito às construções com interpolação em matriz. A perda da possibilidade de interpolação de constituintes na diacronia do

---

<sup>7</sup> Vieira (2002) apresenta uma análise dos padrões de colocação de clíticos, em lexias verbais simples e complexas, em amostras de língua falada e de língua escrita em três variedades do português: no PB, no PE e no Português Moçambicano. No que diz respeito aos resultados obtidos na análise dos padrões em complexos verbais na modalidade oral do PB, Vieira analisa uma amostra extraída dos seguintes corpuses: do Projeto Norma Linguística Urbana Culta do Rio de Janeiro (NURC/Rio), do Projeto Programa de Estudos do Uso da Linguagem (PEUL) e do Projeto Atlas Etnolinguístico dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Os resultados apresentados pela autora mostram que, na amostra da modalidade oral do PB, 229 ocorrências de um total de 254 (90%) são de construções em que o clítico está entre V1 e V2. Vieira denomina essa variante de *intra-ComplexoVerbal*. A autora inclui nessa variante os contextos por mim apresentados sob a rubrica das variantes V1(X)clV2 e V1clV2, cf. exemplos em (i) e (ii), a seguir. Na modalidade escrita do PB (numa amostra extraída de textos dos jornais brasileiros *Jornal do Brasil* e *O Globo*, a variante “*intra-CV*” também é majoritária: foram entradas 11 ocorrências de 21 dados da amostra (52%). (VIEIRA 2002:297)

(i) no supermercado eu não tinha me lembrado... e...viu... que quando você falou em compras eu pensei de compras de... mas isso aí eu gosto de comprar comida (PB oral, NURC, inq. 233, faixa B, nível 3)

(ii) eu vou acabar me enrolando que o negócio é bastante complicado... (não adianta) (PB oral, NURC, inq. 012, faixa A, nível 3)

Os resultados obtidos por Vieira evidenciam que a variante V1(X)clV2 e V1clV2, com próclise ao verbo não-finito em complexos verbais, é o padrão em amostras de língua falada (e mesmo escrita) do PB no século 20.





português tem sido interpretada em muitos estudos sobre o tema como um fenômeno que marca a periodização da língua portuguesa<sup>8</sup>(A. M. Martins 1994; Torres Morais 1993; Namiuti 2008).

Encontro estruturas com interpolação de “não” entre o clítico e o verbo em todos os textos catarinenses do século 19, com exceção dos textos de Antero dos Reis Dutra e de Nicolau Nagib Nahas<sup>9</sup> (cf. dados em (9))<sup>10</sup>.

(9)

- a. Oh! Não! O retrato de minha mãe é a minha companhia de tantos anos: parece que A não perdi de todo quando contemplo as suas feições. Ela me sorri ao despertar, e abençoa-me à noite... É o anjo da minha guarda que vela a minha cabeceira... Oh! Não me separe dela! [CARVALHO, 1829]
- b. Não me perguntes coisa alguma, porque nada poderei responder-te. Há segredos que SE não revelam. [NUNES, 1855]
- c. Colloquemos este precioso fardinho no mais commodo logar, para que SE não magoe. [Thiago, 1930]

<sup>8</sup> A interpolação de “não” e demais constituintes é encontrada em “variedades dialetais” do PE. Em específico, a tese de Catarina Magro (2007), com base em dados extraídos do corpus dialetal Cordial-Sin, propõe que a interpolação nas diferentes variedades dialetais do PE é uma inovação e se distingue daquela encontrada em estágios anteriores do português. Esse não parece ser o caso das interpolações encontradas nas peças de teatro catarinenses, haja vista que, até onde se saiba, a interpolação de “não” ou demais constituintes não é atestada em nenhuma “variedade dialetal” do PB. Como bem lembra Maria Lobo (em conversa pessoal), é importante salientar, ainda, que a interpolação com “não” em PE é possível na fala de muitos portugueses, o que caracterizaria o PE como uma língua com “interpolação residual”, diferentemente do PB, em que a interpolação não é atestada.

<sup>9</sup> É importante referir que os textos desses autores são bastante curtos se comparados aos textos dos demais autores.

<sup>10</sup> Há ainda, no texto desse autor, um exemplo com interpolação de um pronome pessoal em uma oração subordinada, conforme exemplo a seguir.  
E então? O que é que TE eu dizia? É ou não um guapo mocetão o meu afilhado Antonico! [COUTINHO, 1841]





- d. Fernando há-de supor que LHE não fui sincera; que contei a meus pais, aquele segredo de sua vida, de que somente eu e o Domingos somos sabedores. [JUVENAL, 1942]

Há, no entanto, no texto de José Cândido de Lacerda Coutinho uma ocorrência com pronome pessoal interpolado, em matriz, entre o verbo e o clítico (cf. (10)) .

- (10) E o que queria vosmecê que LHE eu dissesse? Nesse tempo era ainda uma criança... [COUTINHO, 1841]

De um modo geral, observa-se na escrita de brasileiros nascidos no século 19 uma certa “instabilidade” no uso de um ou outro padrão na ordenação de clíticos; ou, mais especificamente, no uso do padrão associado à gramática do PC, à gramática do PB, ou, ainda, à gramática do PE.

Uma evidência da instabilidade na escrita do século 19 é o fato de em todos os textos se encontrarem ocorrências, não significativas estatisticamente, de construções com hipercorreções. Atestam-se usos de ênclises em contextos de próclise categórica na diacronia do português. Denomino essas ênclises em contextos de próclise como hipercorreções por entender que tais dados não são indícios de uma gramática do português em específico, mas refletem um período de “instabilidade” em que um determinado padrão, no caso o padrão enclítico da gramática do PE, é generalizado.

Nos textos de Ildefonso Juvenal, nascido em 1884, atestam-se com mais frequência as construções com hipercorreções (cf. (11))<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> Ildefonso Juvenal é um negro que escreve textos não só literários no final do século 19 e início do século 20 em Santa Catarina. A escrita do autor, nesse contexto, é um caso interessante de ser analisado com mais vagar. Nos manuais em que informações sobre autores catarinenses são sistematizadas, não há qualquer menção ao nome de Ildefonso Juvenal, o que parece excluir a escrita desse autor dos cânones literários da época.



(11)

- a. Oh! Meu Deus que nunca me desamparaste! Oh! Céus! Mas quem ousou afirmar-lhe semelhante cousa, si todos os dias leio attentamente os jornaes e não deparou-SE-ME o seu nome na lista dos que pereceram tão nobremente? [JUVENAL, 1884]
- b. Matheus (à Hilda e Alfredo) – Vocês meus velhacos, onde metteram-SE que não foram tomar chá? [JUVENAL, 1884]
- c. Sê benvindo, meu filho. O que motivou-TE tão breve regresso? Houve porventura alguma contrariedade?! [JUVENAL, 1884]
- d. Meu pae era um valoroso coronel do glorioso exercito de Garibaldi e à tua saudosa mãe ainda ligavam-LHE laços de parentesco com a real família italiana. [JUVENAL, 1884]
- e. Embora sendo meu pae contrario ao meu enlace com Waltrudes, a elle não posso abandonar, pois já entreguei-LHE uma partícula do meu amor puro e santo. [JUVENAL, 1884]

## 2. Padrões de variação, mudança sintática e competição de gramáticas

Com Kroch (1989, 2001), assumo que, na implementação da mudança sintática, a variação atestada no uso de uma forma/estrutura linguística em textos históricos no curso dos séculos pode ser entendida como o reflexo da competição de diferentes gramáticas. Sob esse ponto de vista, e tendo em conta a descrição e a análise apresentadas na seção 2, meu objetivo nesta seção é interpretar os padrões empíricos de ordenação de clíticos atestados na escrita catarinense.



## 2.1. A derivação da próclise e da ênclise em PB, PE e PC

Importante se faz deixar clara a análise teórica que assumo para a derivação da próclise e da ênclise nas gramáticas do PC, PE e PB. De um modo geral, em muitas das propostas teóricas para a derivação da próclise em português a ordem cV está relacionada a duas propriedades: (a) à restrição ao clítico em primeira posição, Lei de Tobler-Mussafia, (aplicada nos domínios da sintaxe ou do componente morfofonológico) e (b) à projeção de uma categoria funcional “extra” na sintaxe.

Assumo aquelas análises que defendem que a gramática do PC tem ativa a restrição ao clítico em primeira posição que se aplica no nível XP: a próclise é derivada em construções XV em que X ocupa uma posição interna à estrutura oracional (Galves 2004; Paixão de Sousa 2004; GBPS 2005; GTMR 2005); a ênclise é derivada nos demais contextos.

Em PE, a restrição ao clítico em primeira posição está ainda ativa e se aplica, diferentemente do que ocorre na gramática do PC, no nível do primeiro X-linha da estrutura oracional. A próclise é derivada, então, na presença da projeção de uma categoria funcional entre CP e IP nos domínios da oração e a ênclise nos demais contextos (Galves 2004; Paixão de Sousa 2004; GTMR 2005).

Em PB, em tese, não se aplica, sob qualquer situação, a restrição ao clítico em primeira posição. A gramática dessa língua teria perdido em sua versão vernacular tal restrição. Na análise da próclise para este artigo, como já dito, assumo a hipótese de que a próclise em PB seria derivada devido à perda da restrição ao clítico em primeira posição e a propriedades do componente morfofonológico da gramática dessa língua (GTMR, 2005).

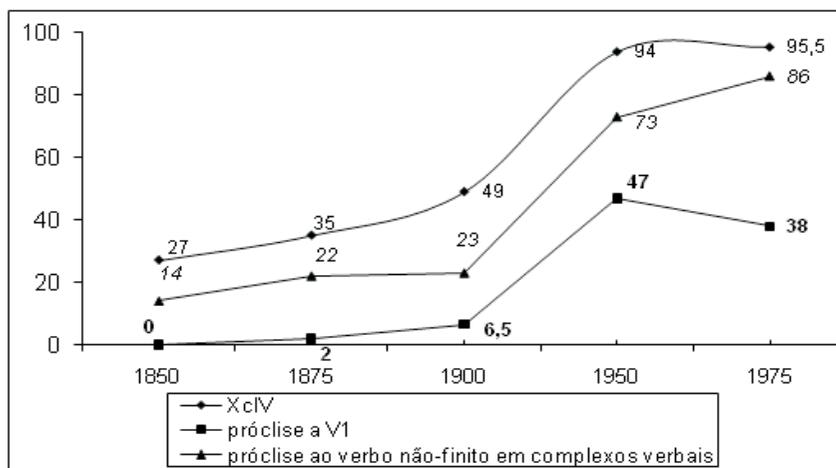
## 2.2. A propagação da mudança

Ao longo da seção 1, mostrei que, no curso dos séculos 19 e 20, há um aumento (significativo) no uso da próclise em três diferentes contextos: (1) próclise ao verbo em primeira posição absoluta (próclise



a V1); (2) próclise em contextos XV, sendo X um sujeito, um advérbio não-modal ou um PP, não-focalizado; e (3) próclise ao verbo não-finito em estruturas verbais complexas. Na Figura 5, no que segue, apresento gráficos relacionados ao uso da próclise nesses contextos na escrita catarinense<sup>12</sup>.

FIGURA 5: Próclise a V1, XcIV e próclise a V1 em complexos verbais – construções V1(X)cIV2 e V1cIV2 na escrita catarinense



Observe-se que no que se refere aos contextos XV, há um significativo aumento no uso da próclise, que sai de uma média de 27% em textos de catarinenses nascidos no início do século 19 para médias de 95,5% em textos daqueles nascidos no final do século 20. A curvatura do gráfico

<sup>12</sup> Os pontos marcados nos gráficos têm por base: (i) referente à próclise em contextos V1, as médias simples apresentadas no gráfico da Figura 1; (ii) referente à próclise em contextos XV, as médias simples do total por autor apresentado na Tabela 2 – em 1850 estão os brasileiros nascidos em 1829 e 1841; em 1875 os nascidos em 1853, 1855 e 1856; em 1900 os nascidos em 1884 e 1898; em 1950 os nascidos em 1927, 1939 e 1950; em 1975 os nascidos em 1961 e 1969 –; e (iii) referente à próclise a V1 em complexos verbais, as médias simples apresentadas no gráfico da Figura 4.



no contexto XV tende a se estabilizar nos textos de autores nascidos no século 20. É interessante observar que, diferentemente das taxas de próclise a V1 e de próclise ao verbo não-finito nos complexos (com 0% e 1,5%, respectivamente), o aumento gradativo nas taxas de XclV parte de um percentual relativamente alto de 27% (se comparado aos demais contextos considerados). Como defendido na seção 2.2, as próclises encontradas nesse contexto nos textos de catarinenses nascidos na primeira metade do século 19 parecem estar correlacionadas, ainda, à gramática do PC, e não ao padrão proclítico da gramática do PB.

O aumento nas taxas de próclises a V1 e ao verbo não-finito em estruturas verbais complexas não é tão acentuado, mas bastante significativo. Como já referido, a próclise nesses contextos é uma inovação da gramática do PB, não atestada em estágios anteriores do português. Referentemente à próclise a V1 há um aumento de 0% em textos dos dois primeiros autores representantes do século 19 para 47% e 38% em textos dos três últimos representantes do século 20.

Em relação à próclise ao verbo não-finito nos complexos verbais há uma curva em “S” que parte de uma taxa de 14% em textos do século 19 e alcança taxas de 73% e 86% em textos do século 20.

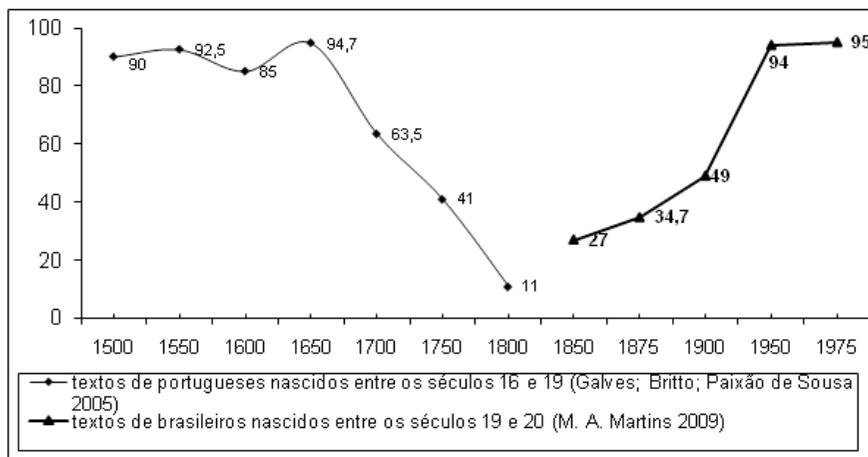
Apesar de nos dar fortes indícios de mudança, o período correspondente aos séculos 19 e 20 é bastante reduzido para falarmos em mudança sintática via competição de gramáticas, sob as lentes da Hipótese da Taxa Constante, proposta por Anthony Kroch (1989; 2001). Necessário se faz projetar as taxas de clV encontradas na escrita catarinense e resultados de outros estudos sobre a diacronia do português.

Nesse intuito, projeto, comparativamente, nos gráficos da Figura 6, na sequência, as médias simples (marcadas em dois períodos por cada século) de próclises no contexto XV encontradas em textos escritos por portugueses nascidos entre os séculos 16 e 19 (cf. GBPS 2005:44-45<sup>13</sup>) e aquelas encontradas na escrita catarinense (cf. M. A. Martins, 2009).

<sup>13</sup> As médias simples apresentadas no gráfico relacionado à escrita de autores nascidos no curso dos séculos 16 a 19 foram calculadas a partir das taxas dispostas na tabela 1 no texto das autoras.



FIGURA 6: XclV na diacronia do português, por ano de nascimento dos autores



A partir dos textos de portugueses nascidos no século 18, há uma queda na média simples de 90% para 11% na proporção de clV nos textos analisados por GBPS<sup>14</sup>. Essa queda é interpretada pelas autoras como a presença, nos textos, do padrão enclítico da gramática do PE nesses contextos. Contrariamente, há um aumento significativo nas taxas de clV nos textos de brasileiros.

Os gráficos na Figura 6 reforçam a tese de que a escrita brasileira do século 19 reflete padrões divergentes no que se refere à ordenação de clíticos. Se considerarmos o ano de nascimento dos autores, há uma queda no padrão XclV, gerado pela gramática do PC, a partir de textos de portugueses nascidos no curso do século 18, que, em uma direção, tende a estabilizar outro padrão, enclítico (XVcl), interpretado em muitos estudos como o reflexo de uma mudança sintática que está na origem do PE. Em outra direção, a queda do padrão XclV em textos do século 18

<sup>14</sup> M. A. Martins (2009) apresenta taxas de próclise em peças de teatro lisboetas, escritas por portugueses nascidos no curso dos séculos 19 e 20, que acompanham a queda na proporção de XclV nos textos de portugueses (13,6%, em 1850; 1,3% em 1875; 4% em 1900; 2,2% em 1950), como evidenciado pelos resultados apresentados por GBPS.



é interrompida e atesta-se em textos de brasileiros nascidos nos séculos 19 e 20 o aumento progressivo do padrão proclítico, XclV, gerado pela gramática do PB.

O momento em que o padrão XclV associado à gramática do PC é substituído nos textos pelo padrão da gramática do PB não é apreendido na análise. Para diagnosticar a implementação da mudança que está na origem da gramática do PB seria interessante um estudo considerando também autores catarinenses nascidos no século 18<sup>15</sup>. Importante se faz destacar que na escrita de autores nascidos na primeira metade do século 19 há já elevadas taxas de XclV<sup>16</sup>. A hipótese que defendo é que as próclises nesses contextos parecem estar associadas ao padrão da gramática do PC.

Em relação à origem do PB, Carneiro (2005), num *cópus* de cartas da Bahia, identifica em textos do começo do século 19, assim como os resultados de Pagotto (1992) sugerem, um aumento nas taxas de ênclise em contextos XV. O aumento nas taxas de ênclise é interpretado, por Carneiro e por Pagotto, como o reflexo do padrão da gramática do PE na escrita do século 19. Nas mesmas cartas do início do século 19, Carneiro encontra, ainda, padrões que instanciam a gramática do PB, tais como a próclise a V1 e a próclise ao verbo não-finito em complexos verbais.

Tais resultados corroboram a tese de que o padrão empírico de ordenação de clíticos na escrita brasileira do século 19 é bastante complexo e pode ser interpretado como um caso de competição de diferentes gramáticas do português (Carneiro 2005; Galves; Carneiro 2006; Galves 2007).

No que se refere aos contextos V1 e às estruturas verbais complexas, apresento nos gráficos das Figuras 7 e 8, respectivamente, a proporção da próclise a V1 na história do português, por ano de nascimento,

<sup>15</sup> A primeira peça de teatro escrita por um catarinense encontrada no *cópus* aqui analisado foi Raimundo (1868) de Álvaro Augusto de Carvalho, nascido em 1829.

<sup>16</sup> Torres Moraes (1993) analisa peças de teatro do século 18 e encontra taxas elevadas de XclV na produção desse período.



considerando os resultados de GBPS (2005) e de M. A. Martins (2009), e a proporção da próclise ao verbo não-finito nos complexos verbais, com base nos resultados de Pagotto (1992) e M. A. Martins (2009).

FIGURA 7: Próclise a V1 na diacronia do português, por ano de nascimento dos autores

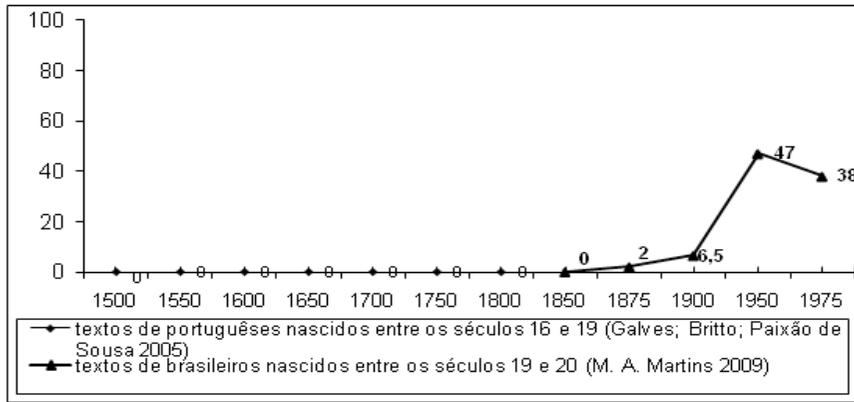
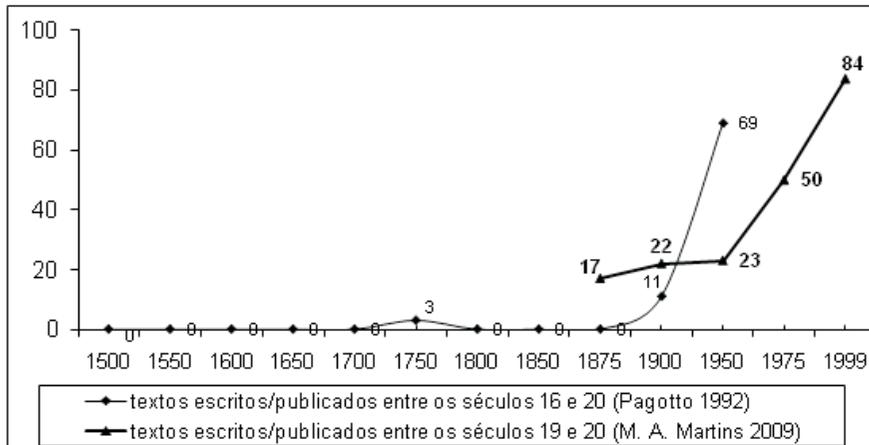


FIGURA 8: Próclise ao verbo não-finito em complexos verbais na diacronia do português, por data de publicação/apresentação dos textos





Os resultados apresentados por GBPS (2005) evidenciam que a próclise a V1 não é atestada na história do português e aqueles relacionados à escrita catarinense mostram um aumento progressivo da próclise nesse contexto. Os resultados apresentados por Pagotto mostram que já em textos do século 18 atesta-se a construção com próclise ao verbo não-finito, característica da gramática do PB. Os resultados do autor fazem referência apenas às construções com um elemento atrator em posição inicial, que desencadearia a próclise ao complexo. Os resultados relacionados à escrita catarinense incluem todas as construções V1clV2 e, como já referido, evidenciam um aumento significativo da variante inovadora da gramática do PB nos textos catarinenses. Quer em textos dos séculos 16 a 20 quer na escrita catarinense dos séculos 19 e 20, note-se que há um aumento significativo nas construções V1clV2 na passagem do início para o final do século 20 (de 11% para 69% e de 23% para 84%, respectivamente), e uma queda no uso de construções com subida de clíticos.

## Conclusão

Para concluir, retomando a predição referida na introdução em relação à hipótese de que há na escrita brasileira do século 19 o reflexo de padrões associados às gramáticas do PB, PE e PC, encontramos nos textos de catarinenses nascidos no século 19 padrões empíricos de ordenação de clíticos que instanciam (i) a gramática do PB: construções com próclise a V1 e próclise ao verbo não-finito em complexos verbais; (ii) a gramática do PE: ênclise em orações finitas não-dependentes com sujeitos pré-verbais, advérbios não-modais e sintagmas preposicionais, não focalizados; e (iii) a gramática do PC: taxas de DPclV e de XclV com percentagens variáveis e geralmente baixas, inferiores a 50%, construções com interpolação em matriz e, ainda, construções com subida de clíticos sem atratores.





Mattos e Silva (2005), num trabalho sobre a problemática questão do ensino de língua portuguesa nas escolas brasileiras, refere o poema “Aula de português”, de Carlos Drummond de Andrade, e afirma que a realidade linguística nas escolas do Brasil evidencia que “o português são dois”... No que se refere ao português escrito, em Santa Catarina, especificamente do século 19, defendo, no entanto, que há, ainda, outro padrão para além daquele gerado pela gramática vernacular brasileira (ou a língua de casa, para retomar Drummond) e pela gramática do PE (ou a língua da escola...). Como os resultados apresentados neste artigo evidenciam, a escrita brasileira do século 19 revela padrões que instanciam a gramática do PC, sob a rubrica de uma escrita conservadora, o que me leva a defender que, na realidade, “o português são três”<sup>17</sup>...

## Referências

ABAURRE, Maria Bernadete & GALVES, Charlotte. **Os clíticos no português brasileiro**: elementos para uma abordagem sintático-fonológica. In: **Gramática do português falado**, vol. IV – estudos descritivos. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996. pp. 267-312.

BARBOSA, Pilar. **Clitics**: a window into the Null Subject Property. In: João COSTA (ed). Portuguese syntax – new comparative studies. Oxford: University Press, 2000. p.31-93.

CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais. **Cartas brasileiras (1809-1904)**: um estudo linguístico-filológico. Tese (Doutorado). UNICAMP. 2005

---

<sup>17</sup> Mary Kato, no I Congresso Internacional de Linguística Histórica – ROSAE, realizado em Salvador/BA, em 2009, em homenagem à professora Rosa Virgínia Mattos e Silva, usa em sua comunicação o título “O português são três”, justamente para se referir ao título do livro da homenageada.





CHOMSKY, Noam. **Lectures on government and binding**. Dordrecht: Foris. 1981.

\_\_\_\_\_. **Knowledge of language: Its nature, origin and use**. New York: Praeger. 1986.

FIÉIS, Maria Alexandra. **Ordem de palavras, transitividade e inacusatividade – reflexão teórica e análise do português dos séculos XIII a XVI**. Tese (Doutorado) Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2003.

GALVES, Charlotte. **A língua das caravelas: periodização do português europeu e origem do português brasileiro**. In: Ataliba de CASTILHO; Maria Aparecida Torres MORAIS; Ruth LOPES; Sonia CYRINO (org.). **Descrição, história e aquisição do português brasileiro**. Campinas: Pontes, 2007. p. 513-528.

\_\_\_\_\_. **Padrões rítmicos, fixação de parâmetros e mudança linguística – Fase II**. UNICAMP CAMPINAS. (Projeto de pesquisa FAPESP). 2004.

\_\_\_\_\_. **Ensaio sobre as gramáticas do português**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP. 2001.

GALVES, Charlotte; TORRES MORAIS Maria Aparecida; RIBEIRO, Ilza. **Syntax and Morphology in the placement of clitics in European and Brazilian Portuguese**. Journal of Portuguese Linguistics. Studies in the comparative syntax of European and Brazilian Portuguese, v. 4, n.2, pp. 143-177, 2005.

GALVES, Charlotte; BRITTO, Helena & PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. **The Change in Clitic placement from Classical to Modern European Portuguese: Results from the Tycho Brahe Corpus**. Journal of Portuguese Linguistics. Special Issue on variation and change in the Iberian languages: the Peninsula and beyond, v. 4, n.1, pp. 39-67, 2005.





GALVES, Charlotte; PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. **Clitic placement and the position of subjects in the history of European Portuguese.** In: GEERTS, T.; VAN GINNEKEN, I.; JACOBS, H. (orgs.) *Romance Languages and Linguistic Theory: selected papers from ‘Going Romance’ 2003.* John Benjamins, 2005. pp. 93-107.

GALVES, Charlotte; CARREIRO, Zenaide de Oliveira Novais. **Clitic-placement in the history of Brazilian Portuguese: a case of three-grammar competition.** Apresentação ao DiGS. 2006.

KROCH, Anthony. **Reflexes of Grammar in Patterns of Language Change.** *Language Variations and Change*, 1, 1989. pp. 199-244.

\_\_\_\_\_. **Syntactic Change.** In: BALTIN & COLLINS (eds.). *The handbook of contemporary syntactic theory.* Massachusetts, USA: Blackwell, 2001. pp. 699-729.

LOBO, Tânia. **A colocação dos clíticos em Português.** Duas sincronias em Confronto. Dissertação (Mestrado). Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 1992.

MARTINS, Ana Maria. **Clíticos na história do português.** Tese (Doutorado), Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras. 1994.

MARTINS, Marco Antonio. **Competição de gramáticas do português na escrita catarinense dos séculos 19 e 20.** Tese (Doutorado) Linguística, Florianópolis: Programa de pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **O português são dois.** São Paulo: Parábola, 2005.

\_\_\_\_\_. **Para uma caracterização do período arcaico do português.** D.E.L.T.A., v. 10, n. Especial, p. 247-276, 2004.





NAMIUTI, Cristiane. **Aspectos da História Gramatical do Português.** Interpolação, Negação e Mudança. Tese (Doutorado), Campinas: IEL/UNICAMP, 2008.

NEGRÃO, Esmeralda. **O Português Brasileiro:** uma língua voltada para o discurso. Tese (Livre Docência). Universidade Federal de São Paulo, USP, 1999.

PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. **Língua Barroca:** Sintaxe e História do português nos 1600. Tese (Doutorado), Campinas: IEL/UNICAMP, 2004.

PAGOTTO, Emilio Gozze. **A posição dos Clíticos em Português.** Um estudo Diacrônico. Dissertação (Mestrado), Universidade de Campinas, 1992.

PONTES, Eunice. **O tópico no Português do Brasil.** Campinas, SP: Pontes. 1987.

RAPOSO, Eduardo. **Clitic positions and verb movement.** In: João COSTA (ed). Portuguese syntax – new comparative studies. Oxford: University Press, 2000. p. 266-297.

ROBINSON, John; LAWRENCE, Helen; TAGLIAMONTE, Sali. **GoldVarb:** a multivariate analysis application for Windows. Department of Language and Linguistic Science, University of York. 2001 - <<http://www.york.ac.uk/depts/lang/webstuff/golvarb/>>

TORRES MORAIS, Maria Aparecida. **Aspectos diacrônicos do movimento do verbo, estrutura da frase e caso nominativo no português do Brasil.** In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary (orgs.). Português Brasileiro: uma viagem diacrônica. Campinas: Edunicamp, 1993. pp. 263-306.





VIEIRA, Sílvia Rodrigues. **Colocação pronominal nas variedades europeia, brasileira e moçambicana:** para a definição da natureza do clítico em Português. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.





# LEITURAS CUMULATIVAS: ACARRETAMENTOS E IMPLICATURAS

Marcelo Barra FERREIRA<sup>1</sup>  
Universidade de São Paulo (USP)

## RESUMO

*Este artigo discute aspectos semânticos e pragmáticos relacionados às chamadas leituras cumulativas envolvendo sintagmas cardinais. A abordagem neo-griceana para os numerais é estendida a casos de sentenças com mais de um sintagma cardinal, através de uma análise que deriva relações de acarretamento apropriadas para tais sentenças.*

## ABSTRACT

*This article discusses semantic and pragmatic issues related to cumulative readings triggered by cardinal noun phrases. The neo-gricean approach to numerals is extended to sentences containing more than one cardinal noun phrase through an analysis that derives the correct entailment relations for such sentences.*

## PALAVRAS-CHAVE

*Acarretamento. Cumulatividade. Implicaturas. Sintagmas nominais cardinais.*

## KEY-WORDS

*Cardinal noun phrases. Cumulativity. Entailment, Implicatures.*

---

<sup>1</sup> Agradeço aos pareceristas anônimos da Revista da ABRALIN pelas críticas e sugestões, e à FAPESP pelo apoio financeiro (processo 05/03140-1)





## Introdução

Este trabalho tem por objetivo discutir alguns aspectos semânticos e pragmáticos relacionados às chamadas leituras cumulativas de sentenças contendo sintagmas cardinais, como *três carros* e *setenta computadores*. Veremos como estender a abordagem neo-griceana de Horn (1972, 1989) para sentenças com mais de um sintagma cardinal, através de uma análise que captura corretamente as relações de acarretamento (e, por conseguinte, de informatividade) entre tais sentenças, algo que mostrarei não ser possível com uma abordagem baseada exclusivamente em cumulatividade lexical (cf. Krifka, 1999).

O núcleo deste artigo está dividido em três seções: na seção 2, apresento a abordagem neo-griceana para o significado dos numerais, ressaltando suas virtudes; na seção 3 introduzo o desafio que as leituras cumulativas colocam a essa abordagem; na seção 4 ofereço uma solução cujos ingredientes, conforme mostrarei, são independentemente motivados. A seção 5 é uma breve conclusão.

## 1. Numerais e Implicaturas

Em um diálogo como o apresentado em (1) abaixo, a resposta de B informa que o número de carros que ele possui é três, do que podemos concluir com segurança que ele não possui quatro ou cinco ou qualquer outro número maior de carros:

- (1) A: Quantos carros você tem?  
B: Eu tenho três carros.

Há situações, entretanto, em que o uso de um numeral não parece veicular o mesmo tipo de informação. Considere, por exemplo, o diálogo em (2), em que A está comentando com B sobre uma reunião que está organizando para dez pessoas, e para a qual só tem até o momento sete cadeiras à disposição (cf. Kadmon, 1987):





- (2) A: Ainda estou precisando de três cadeiras.  
B: Não se preocupe. Eu tenho três cadeiras em casa.

Neste caso, a resposta de B não sugere que o número de cadeiras que ele tem em casa seja exatamente três. Ao contrário, sugere apenas a existência de um grupo de três cadeiras em sua casa, o que é plenamente compatível com a existência de grupos maiores de cadeiras.

Note que o que parece essencial no contraste entre as respostas de B em (1) e (2) é a noção de relevância. No primeiro caso, era o número exato de carros possuídos pelo João o que estava em jogo, ao passo que no segundo caso, o número de cadeiras que o João possuía em casa não era informação relevante.

Diante desses fatos, que signiçado devemos atribuir aos numerais? Para entendermos a adequação da resposta de B em (1), precisamos atribuir ao numeral *três*, um signiçado correspondendo a algo como *três, e somente três*. Por outro lado, para entendermos a adequação da resposta de B em (2), precisamos atribuir ao numeral um signiçado correspondendo a algo como *pelo menos três*. Entretanto, de acordo com a abordagem neogriceana, os dados acima não requerem a postulação de uma ambigüidade lexical para os numerais nos termos que acabamos de descrever, sendo plenamente compatíveis com uma análise monossêmica.

Segundo essa abordagem, sugerida já em Horn (1972), a explicação dos fatos acima passa pelas máximas de conversação de Grice.<sup>2, 3</sup> A idéia é que o sentido literal da resposta de B em (1) impõe apenas a existência de três carros possuídos pelo falante, deixando em aberto se há ou não outros carros que também são dele. Em termos formais:<sup>4</sup>

<sup>2</sup> Cf. Grice, 1975; Horn, 1972; Horn, 1989: capítulo 4; Levinson, 2000 para discussão e referências.

<sup>3</sup> Mas conferir Horn, 1992 para uma reavaliação crítica.

<sup>4</sup> A notação  $[[X]]$  corresponde ao valor semântico (extensão ou denotação) da expressão X. Para evitar confusão entre linguagem e metalinguagem, a extensão de expressões E interpretadas como predicados é representada por E'.





$$(3) \quad [[\text{eu tenho três carros}]] = \exists X : |X| = 3 \ \& \ \text{carros}'(X) \ \& \ \text{ter}'(\text{eu}, X)$$

Antes de prosseguir, compare este significado com o significado da sentença *Eu tenho quatro carros*:

$$(4) \quad [[\text{eu tenho quatro carros}]] = \exists X : |X| = 4 \ \& \ \text{carros}'(X) \ \& \ \text{ter}'(\text{eu}, X)$$

Note que (4) acarreta (3), mas (3) não acarreta (4): da existência de quatro carros possuídos pelo falante segue necessariamente a existência de três carros possuídos pelo mesmo, mas não o contrário. Em outras palavras, (4) é mais informativa que (3).

Assumindo que o falante seja cooperativo, devemos nos perguntar por que, em (1), ele preferiu (3) a (4), já que esta última, além de mais informativa que (3) era também relevante no diálogo em questão. A resposta é que o falante sabe que (4) é falsa, ou seja, que ele não tem quatro carros.<sup>5</sup> Adicionando-se esta implicatura conversacional à informação de que o falante sabe que (3) é verdadeira (máxima da qualidade), concluímos que o falante sabe que tem três, e somente três, carros e que é essa a informação que ele quis veicular com sua resposta.

Passando ao diálogo em (2), a situação é diferente, já que B possuir ou não mais de três cadeiras é irrelevante para o tópico da conversa. Dessa forma, é plausível que ele não tenha dito que possui quatro ou mais cadeiras, simplesmente porque essa informação seria irrelevante, ainda que possivelmente verdadeira. Nesse contexto, portanto, é de se esperar que nenhuma implicatura seja gerada e que o sentido literal do enunciado coincida com o que o falante quis veicular.

Lembremos que a emergência de uma implicatura conversacional é uma inferência dependente do contexto e não uma consequência lógica do sentido literal de um enunciado. Desta forma, o falante pode, se

<sup>5</sup> Outra possibilidade seria a de que o falante não sabe o número de carros que tem. Vou assumir para os propósitos dessa discussão que o mesmo é bem informado a esse respeito.





assim o desejar, cancelar seus efeitos explicitamente, sem que incorra em contradição, como no discurso abaixo:

- (5) João beijou três meninas na festa de ontem a noite. É até possível que ele tenha beijado quatro.

Neste exemplo, a segunda sentença deixa claro que o falante não está certo sobre o número exato de meninas beijadas pelo João na festa, o que serve de alerta para que o ouvinte não adicione nenhuma implicatura ao sentido literal da primeira sentença. Note o contraste desse exemplo com o exemplo abaixo, em que o conteúdo da segunda sentença contradiz o sentido literal da primeira:

- (6) # João beijou apenas três meninas na festa de ontem a noite. É até possível que ele tenha beijado quatro.

Todos esses dados estão de acordo com a abordagem neo-griceana descrita acima e, se não podemos dizer que constituem argumento cabal em favor de uma visão monossêmica para os numerais, eles pelo menos realçam sua simplicidade e seu apelo conceitual.

## 2. Cumulatividade e Implicaturas

Vejamos agora o que a abordagem neo-griceana tem a dizer sobre sentenças contendo mais de um numeral, como (7):

- (7) Trinta escolas receberam setenta computadores.

Estamos interessados aqui na chamada *leitura cumulativa*, de acordo com a qual há um grupo de trinta escolas e um grupo de setenta computadores e essas escolas receberam esses computadores, nada sendo dito sobre o número de computadores recebidos por cada escola.





Essa leitura pode ser representada da seguinte forma:<sup>6</sup>

$$(8) \quad \exists X \exists Y: |X| = 30 \ \& \ |Y| = 70 \ \& \text{escolas}(X) \ \& \text{computadores}'(Y) \\ \& \text{receber}'(X,Y)$$

Note que em conformidade com o que vimos na seção anterior estamos assumindo que a contribuição dos sintagmas cardinais se dá na forma de quantificadores existenciais sobre grupos de uma certa cardinalidade. Sendo assim, a representação acima afirma a existência de trinta escolas que receberam computadores, mas deixa em aberto a possibilidade de que outras escolas também tenham sido beneficiadas. Da mesma forma, (8) afirma a existência de setenta computadores entregues a escolas, mas é compatível com uma situação em que mais computadores foram entregues. Em particular, (8) não é incompatível com (9b) abaixo:

$$(9a) \quad \text{Quarenta escolas receberam oitenta computadores.} \\ (9b) \quad \exists X \exists Y: |X| = 40 \ \& \ |Y| = 80 \ \& \text{escolas}'(X) \ \& \text{computadores}'(Y) \\ \& \text{receber}'(X,Y)$$

Por um lado, essa vagueza é bem vinda. Há, de fato, contextos em que o uso de sentenças como (8) veicula apenas valores mínimos sem comprometimento por parte do falante com valores exatos. Por exemplo, imagine que certo político em campanha tenha prometido, se eleito, beneficiar trinta escolas distribuindo (entre elas) setenta computadores. O político é eleito e algum tempo depois um eleitor decide conferir se a promessa foi cumprida. Após uma consulta parcial à maioria das escolas da região, ele afirma:

---

<sup>6</sup> Nas representações lógicas usadas neste artigo, os predicados lexicais são tratados como cumulativos. Para predicados unários P, como *escolas* e *computadores*, isto significa que, se tanto a como b pertencerem a P, então a soma mereológica  $a+b$  também pertencerá a P. Para um predicado cumulativo binário R, como “receber”, tem-se que se tanto  $\langle a,b \rangle$  quanto  $\langle c,d \rangle$  pertencerem a R, então  $\langle a+c,b+d \rangle$  também pertencerá a R.





- (10) A promessa foi cumprida. De fato, trinta escolas receberam setenta computadores. E é até possível que estes números sejam mais altos.

Aqui, o falante termina sendo explícito sobre a possibilidade de mais de trinta escolas terem recebido mais de setenta computadores, sem que isso contradiga sua afirmação anterior em que os numerais trinta e setenta foram usados.

Mas a exemplo também do que vimos na seção anterior com sentenças contendo um único numeral, sentenças com mais de um numeral veiculando leituras cumulativas freqüentemente são interpretadas como afirmações sobre valores exatos e não mínimos. Por exemplo, se perguntarmos ao político em questão sobre o número de escolas agraciadas com a doação e o número de computadores doados, e se a resposta for (7), concluiremos de imediato que o número total de escolas que receberam computador foi 30 e o número total de computadores doados foi 70.

A questão que se coloca é a seguinte: se o sentido literal de (7) (=8) não faz menção ao número total de escolas e computadores envolvidos na doação, por que o uso de (7) no contexto acima veicula informação sobre esses totais? Neste ponto, a resposta parece óbvia: o sentido literal de (7) é enriquecido com uma implicatura conversacional, exatamente nas linhas discutidas na seção anterior. Como o falante escolheu usar (7) e não outras alternativas envolvendo números maiores, como (9), que além de relevantes seriam mais informativas, a razão para isso só pode ser que ele sabe que não mais de trinta escolas receberam computador e não mais de setenta computadores foram doados a escolas.

Todos esses fatos parecem conspirar a favor da abordagem neo-griceana para os numerais. Entretanto, há um problema no que cerne





dessa argumentação.<sup>7</sup> Vamos primeiro recapitular em sua forma mais geral o processo de inferência que leva à derivação de uma implicatura a partir do sentido literal de uma sentença e do contexto em que ela foi enunciada. Um falante cooperativo obedece às máximas de Grice, em particular à máxima da quantidade, que diz que um falante deve ser tão informativo quanto possível, dado o que ele acredita e o que é relevante para a discussão em que ele está engajado. Diz-se que uma sentença P é mais informativa que uma sentença Q quando P acarreta assimetricamente Q (P acarreta Q, mas Q não acarreta P). Assim, se uma sentença Q acarreta assimetricamente uma sentença P, e sendo P e Q relevantes para a discussão, o enunciado de P deve implicar a negação de Q. A razão é que sendo Q mais informativa que P, se o falante não usou Q é porque ele não acredita em Q.

Voltando ao nosso exemplo anterior, (7), dissemos mais acima que o uso dessa sentença deveria implicar na negação de alternativas com números mais altos, como (9), já que estas últimas são mais informativas que (7). Mas se os significados dessas sentenças são aqueles representados em (8) e (9b), então não há relação de acarretamento assimétrico entre as sentenças em questão e o processo de inferência não deveria levar à implicatura desejada. Para ver por que (9) não acarreta (8), basta considerar uma situação em que quarenta escolas receberam, cada uma, dois computadores. Haveria neste caso um grupo de quarenta escolas e um grupo de oitenta computadores, tal que essas escolas receberam esses computadores, mas não haveria nenhum grupo de trinta escolas que tivesse recebido (entre elas) um grupo de setenta computadores. Nessa situação, portanto, (9b) seria verdadeira, mas (8) seria falsa.

---

<sup>7</sup> Até onde estou informado, esse problema foi notado pela primeira vez por Krifka (1999). Ver também Landman, 2000 para descrição e análise baseadas em uma semântica de eventos, em que se propõe uma nova visão sobre a interface semântica-pragmática e a integração entre conteúdo proposicional e conteúdo proveniente de implicaturas.





A questão que se coloca neste instante é saber se em contextos semelhantes ao descrito no parágrafo anterior, (7) seria julgada verdadeira, mesmo que menos informativa do que (9a). Minha intuição é que sim, ainda que reconheça a delicadeza do julgamento. Se alguém prometer uma doação de computadores a escolas, dizendo que *trinta escolas receberão setenta computadores*, e mais tarde um outro alguém, após afirmar que *quarenta escolas receberam oitenta computadores*, perguntar se a promessa foi cumprida, a resposta parece ser sim.

A conclusão a que somos forçados é que, se quisermos manter uma análise neo-griceana para as leituras cumulativas de sentenças com mais de um numeral, precisamos repensar a representação do significado dessas sentenças, o que significa repensar o valor semântico dos numerais e a maneira como esses elementos se combinam com os demais elementos da sentença para gerar essa representação.

Com esse objetivo em mente, imagine que o significado de uma sentença como (7) seja representado informalmente como em (11) e formalmente como em (12):

- (11) Há trinta escolas que receberam computador(es) e há setenta computadores que foram recebidos por escolas.
- (12)  $[\exists X \exists Y : |X| = 30 \ \& \text{escolas}'(X) \ \& \text{computadores}'(Y) \ \& \text{receber}'(X,Y)] \ \& \ [\exists X \exists Y : |Y| = 70 \ \& \text{computadores}'(Y) \ \& \text{escolas}'(X) \ \& \text{receber}'(X,Y)]$

Nesta mesma linha, o significado de (9a) seria representado como em (13) e (14) abaixo:

- (13) Há quarenta escolas que receberam computador(es) e há oitenta computadores que foram recebidos por escolas.
- (14)  $[\exists X Y : |X| = 40 \ \& \text{escolas}'(X) \ \& \text{computadores}'(Y) \ \& \text{receber}'(X,Y)] \ \& \ [\exists Y \exists X : |Y| = 80 \ \& \text{computadores}'(Y) \ \& \text{escolas}'(X) \ \& \text{receber}'(X,Y)]$





Note agora que de acordo com estas representações, (9a) acarreta assimetricamente (7): se há um grupo de quarenta escolas que receberam computadores, então há necessariamente um grupo de trinta escolas que receberam computadores. Da mesma forma, se há um grupo de oitenta computadores recebidos por escolas, então há, necessariamente, um grupo de setenta computadores recebidos por escola. Em outras palavras, (14) é uma conseqüência lógica de (12). Um raciocínio análogo vale para todas as sentenças da forma  $m$  escolas receberam  $n$  computadores, com  $m$  maior ou igual a trinta e  $n$  maior ou igual a setenta. Se assim for, esperamos então que as negações de todas essas sentenças sejam implicaturas associadas ao enunciado de (7) no contexto que estamos considerando. Agregando o conteúdo dessas implicaturas ao conteúdo do que foi afirmado, obtemos (15), que é justamente o que queríamos derivar como conteúdo griceano de (7) no contexto em questão:<sup>8</sup>

- (15) O número de escolas que recebeu computador é trinta, e não mais que trinta, e o número de computadores recebidos por escolas é setenta e não mais que setenta.

O que nos resta agora é mostrar como derivar composicionalmente para sentenças como (7) e (9a) significados como os apresentados em (12) e (14). É dessa tarefa de que a próxima seção se incumbem.

---

<sup>8</sup> É importante salientar que, de acordo com a representação lógica em (12), os 70 computadores de que se fala poderiam ser computadores completamente diferentes dos que as 30 escolas de que se fala receberam, e vice-versa. O mesmo vale para os computadores e escolas em (14). Entretanto, tanto (7) quanto (9a) parecem descrever situações em que os 70/80 computadores foram doados para as 30/40 escolas em questão. Aqui, precisaríamos postular que tal intuição deriva de fatores extralingüísticos que nos levariam a relacionar os computadores e as escolas em questão. Tal fator, entretanto, não entraria no cômputo das relações de acarretamento subjacentes ao cálculo da implicatura. É preciso admitir, entretanto, que as conseqüências de um tal encapsulamento cognitivo precisam ser melhor avaliadas. Este é um ponto que deixarei em aberto (agradeço um parecerista anônimo, que me forçou a esclarecer quais eram minhas assunções a esse respeito).





### 3. Cumulatividade e Acarretamento Assimétrico

A análise que vou apresentar assume que DPs cardinais como *trinta* escolas e *setenta* computadores possuem uma estrutura interna complexa na linha proposta em Hackl (2000), ainda que os detalhes específicos sejam diferentes. A estrutura relevante está mostrada abaixo:

$$(16) \quad [\text{DP } \emptyset \text{ } [_{\text{NumP}} \text{ trinta } [_{\text{Num}'} \text{ Num } [_{\text{NP}} \text{ escolas}]]]]]$$

$$(17) \quad \begin{aligned} [[\text{escola}]] &= \lambda x: \text{escola}'(x) \\ [[\text{Num}]] &= \lambda P. \lambda n. \lambda X. P(X) \ \& \ |X| = n \\ [[\text{trinta}]] &= 30 \\ [[\emptyset]] &= \lambda P. \lambda Q. \exists x : P(x) \ \& \ Q(x) \end{aligned}$$

Note que de acordo com as entradas lexicais acima, o núcleo funcional *Num* é uma função que transforma um predicado de indivíduos em uma relação entre números e indivíduos – em particular, indivíduos plurais (cf. Nota 5 acima). Note ainda que *trinta* denota o número trinta, que servirá de argumento a essa relação introduzida por *Num*. Assim, para o constituinte *NumP* teremos a seguinte:

$$(18) \quad \begin{aligned} [[\text{NumP}]] &= [[\text{Num}]] ([[NP]] ([[trinta]])] \\ [[\text{NumP}]] &= \lambda X. \text{menino}'(X) \ \& \ |X| = 30 \end{aligned}$$

Note agora que  $\emptyset$  é um determinante existencial sem realização fonética e que o significado do DP acima será o seguinte:

$$(19) \quad \begin{aligned} [[\text{DP}]] &= [[\emptyset]] ([[NumP]]) \\ [[\text{DP}]] &= \lambda Q: \exists X : \text{escola}'(X) \ \& \ |X| = 30 \ \& \ Q(X) \end{aligned}$$

Até aqui nada de novo. Estamos diante de um prototípico quantificador existencial sobre indivíduos e as representações semânticas que obteremos para as sentenças contendo esses DPs não serão em nada distintas daquelas com as quais vínhamos trabalhando desde a primeira seção.





A motivação que levou Hackl à representação sintática acima para DPs cardinais está relacionada não a DPs cardinais simples como *trinta escolas* ou *setenta computadores*, mas a DPs cardinais complexos como *mais de trinta escolas* ou *menos de setenta computadores*. Entretanto, como veremos mais abaixo, essa visão a respeito da sintaxe dos DPs cardinais irá nos auxiliar em nossa análise das leituras cumulativas com cardinais simples. Antes, porém, é necessária uma apresentação da análise de Hackl, bem como de sua extensão para casos envolvendo leituras cumulativas, conforme proposto em Ferreira (2008).

Hackl analisa expressões como *mais de trinta* ou *menos de setenta* como quantificadores generalizados de números (ou graus, como ele os chama). Para um DP como *menos de trinta escolas*, temos a seguinte representação:

$$(20) \quad [{}_{\text{DP}} \emptyset [\text{NumP menos de trinta } [{}_{\text{Num}'} \text{Num } [\text{NP computadores}]]]]$$

$$(21) \quad [[\text{menos de trinta}]] = \lambda P. \neg \exists n : n \geq 30 \ \& \ P(n)$$

Olhando-se para (21), nota-se que *menos de trinta* denota um quantificador generalizado que ao tomar um predicado numérico  $P$  como argumento, retorna a proposição que afirma que  $P$  não se aplica a nenhum número maior ou igual a trinta.

Como *menos de trinta* denota um quantificador generalizado e como há um conflito de tipos entre esse quantificador e a extensão do constituinte que é seu irmão (lembre-se que  $\text{Num}'$  denota uma relação entre números e indivíduos e requer portanto um número como argumento), seu escopo semântico será diferente de seu escopo sintático superficial.

No caso de uma sentença como (22), por exemplo, o quantificador de grau toma escopo sentencial, levando à representação (simplificada) em (23):

(22) Maria visitou menos de trinta escolas.

(23)  $[[\text{menos de trinta } [\lambda n [\text{Maria visitou } n \text{ escolas}]]]]$





O predicado que servirá de argumento a *menos de trinta* se aplica a todos os números  $n$  para os quais existem  $n$  escolas visitadas por Maria. A interpretação resultante é a seguinte: não existe número  $n$  maior ou igual a trinta, tal que a Maria tenha visitado  $n$  escolas. Em outras palavras, o número de escolas visitadas pela Maria é menor que trinta.

A análise acima se baseia na hipótese de que quantificadores numéricos podem se mover sozinhos, deixando para trás o resto do DP. Isto, entretanto, é requerido independentemente, dada a existência do fenômeno conhecido como escopo cindido envolvendo DPs cardinais complexos e certos operadores intensionais (Hackl, 2000; Heim, 2000), como no exemplo abaixo:

(24) Você precisa escrever menos de cinco artigos (para ser promovido).

“Não há número  $n$  maior ou igual a 5, tal que você precise escrever  $n$  artigos”.

Para obter as condições de verdade corretamente, devemos permitir que o quantificador generalizado tenha escopo sobre o verbo intensional, deixando o resto do DP para trás. Isto se deve ao fato de que a sentença tem uma leitura (talvez a única leitura pragmaticamente plausível neste contexto) de acordo com a qual o requerimento para se conseguir a promoção é um requerimento mínimo, ou seja, para que alguém seja promovido, há um número mínimo de artigos que este alguém tem que escrever, sendo este número menor que cinco. Além disso, o requerimento não faz menção a artigos específicos. No jargão da semântica de mundos possíveis, isto pode ser parafraseado da seguinte forma: não é verdade que em todos os mundos possíveis em que os requerimentos em questão são satisfeitos e você é promovido, você escreve cinco ou mais artigos. A representação a ser interpretada é a seguinte:

(25) [menos de 5 [ $\lambda n$  [você precisa [PRO escrever  $n$  artigos]]]]





(26)  $[[\text{menos de } 5]] = \lambda P. \neg n : P(n) \ \& \ n \geq 5$

Ferreira (2008) mostra que cumulatividade e escopo cindido podem interagir, e que representações como (28) são necessárias para a interpretação correta de sentenças como (27):

(27) Você precisa doar menos de setenta computadores para menos de trinta escolas (para obter o benefício fiscal).

(28)  $[\text{menos de } 70 [\text{menos de } 30 [\lambda_n [\lambda_{n'} [\text{você precisa [PRO doar } n \text{ computadores para } n' \text{ escolas]]]]]]]$

“Não há número  $n$  maior ou igual a 70, tal que você precise doar  $n$  computadores para escolas e não há  $n'$  maior ou igual a 30, tal que você precise que doar computadores para  $n'$  escolas.”

Contextualizando: imagine uma lei de acordo com a qual empresas que doarem computadores para escolas públicas recebam incentivo fiscal. Para tanto, há requerimentos relativos ao número mínimo de computadores que devem ser doados e ao número mínimo de escolas que devem receber computadores. Imagine agora que sua empresa tenha setenta computadores e que esteja considerando doá-los para trinta escolas públicas, mas que você esteja preocupado em não satisfazer os requerimentos para o benefício fiscal. Alguém, então, que se lembre vagamente da lei afirma a você que não há motivo para preocupação, usando a sentença em (27).

O ponto crucial é que não há computadores ou escolas públicas específicas mencionadas na lei, e que nenhuma escola em particular tem que receber um número específico de computadores. Os requerimentos mínimos são apenas sobre o número total de computadores doados e o número total de escolas beneficiadas. A conclusão de tudo isso é que precisamos interpretar os sintagmas  $n$  computadores e  $n'$  escolas abaixo do verbo intensional e interpretar os quantificadores numéricos acima do





verbo intensional, sem que nenhum desses dois quantificadores esteja no escopo do outro. Essa é uma possibilidade que a análise acima oferece.

Por fim, note que podemos derivar a interpretação que desejamos para (27) baseando-nos nas denotações dos constituintes  $\alpha$ , *menos de 70*, e *menos de 30*, que chamarei de  $R$ ,  $Q_1$  and  $Q_2$ , respectivamente:

$$(29) \quad [[S]] = Q_1 (\lambda d. \exists d': R(d)(d')) \ \& \ Q_2 (\lambda d'. \exists d: R(d)(d'))$$

Para efeitos de implementação, seguimos Ferreira (2008) e assumimos um operador nulo cumulativo que modifica um predicado relacional, fazendo tomar dois quantificadores numéricos como argumentos:

$$(30) \quad [[CUM]] = \lambda R: \lambda Q1. \lambda Q2. Q1(\lambda x. \exists y: R(x)(y)) \ \& \ Q2(\lambda y. \exists x: R(x)(y))$$

Estamos prontos agora para retomar o exemplo que motivou nossa discussão e que repetimos abaixo por conveniência:

$$(31) \quad \text{Trinta escolas receberam setenta computadores.}$$

Vamos tratar os numerais *trinta* e *setenta* como indivíduos montagueanos:<sup>9</sup>

$$(32) \quad \begin{aligned} [[\text{trinta}]] &= \lambda N. N(30) \\ [[\text{sete}]] &= \lambda N. N(70) \end{aligned}$$

A exemplo do que acabamos de ver para os casos envolvendo DPs cardinais complexos, os numerais deverão tomar escopo sentencial para que a estrutura de que são parte se torne interpretável:

$$(33) \quad [\text{trinta} [\text{setenta} [\lambda n [\text{n}' [\text{n}' \text{ escolas receberam } n \text{ computadores}]]]]]]$$

Com o auxílio do operador cumulativo, obteremos a interpretação abaixo:

<sup>9</sup> Note que não há nada de especial nessa decisão. É prática comum na literatura tratar a denotação de nomes próprios não apenas como indivíduos, mas também como quantificadores generalizados (indivíduos montagueanos). Sendo os numerais nada mais que nomes de números, é esperado que tal possibilidade se estenda a eles também.





- (34) [[trinta]] ( $\lambda n. \exists n: n$  escolas receberam  $n'$  computadores)  
& [[setenta]] ( $\lambda n'. \exists n: n$  escolas receberam  $n'$  computadores)

Efetuada as devidas substituições, o resultado será o seguinte:

- (35) Há trinta escolas que receberam computador(es) e há setenta computadores que foram recebidos por escolas.

Como já demonstramos ao final da seção 2, uma vez que atribuímos a (31) o sentido literal em (35), obteremos através do mecanismo padrão para a geração de implicaturas da abordagem neo-griceana o sentido mais forte de que o número total de escolas que receberam computador é trinta e que o número total de computadores recebidos por escolas é setenta. Este é justamente o resultado que queríamos derivar.<sup>10</sup>

## Conclusão

Conforme vimos, a abordagem neo-griceana para o significado dos numerais consegue ser bem sucedida, mesmo mantendo uma análise monossêmica para esses elementos. Entretanto, ao ser confrontada com sentenças com mais de um numeral nas chamadas leituras cumulativas, tal abordagem se mostra incompatível com análises semânticas baseadas exclusivamente em cumulatividade lexical, em que um operador se aplica diretamente a um item lexical que denota uma relação entre indivíduos, transformando-a em uma outra relação entre indivíduos com a propriedade abaixo:<sup>11</sup>

$$[\text{CUM}(\text{R})](a)(c) \ \& \ [\text{CUM}(\text{R})] \ (b)(d) \ \rightarrow \ [\text{CUM} \ (\text{R})] \ (a+b)(c+d)$$

<sup>10</sup> Com a ressalva feita na nota 7.

<sup>11</sup> Nesse aspecto, a presente análise se alinha com as conclusões (baseadas em evidências distintas das discutidas aqui) em Sauerland (1998) e Beck e Sauerland (2000) sobre a necessidade de se postular um operador cumulativo aplicável a qualquer nível sintagmático, e vai contra Winter (2000) e Kratzer (2004), que buscam restringir efeitos de cumulatividade a predicados lexicais. Cumpre dizer, entretanto, que o operador cumulativo sugerido aqui é diferente do postulado por aqueles autores.





Tais análises não impõem relações de acarretamento assimétrico entre certas sentenças, não sendo possível gerar implicaturas pelos mecanismos griceanos usuais de inferência, centrados na máxima de quantidade. Neste trabalho, mostramos como compatibilizar a abordagem neo-griceana com os casos de leitura cumulativa, valendo-nos de uma análise semântica baseada em cumulatividade não-lexical, em que um operador cumulativo transforma uma relação entre indivíduos numa relação entre quantificadores generalizados com a propriedade abaixo:

$$[\text{CUM}(\mathbf{R})](\mathbf{Q}_1)(\mathbf{Q}_2) = \mathbf{Q}_1 (\lambda d . \exists d' : \mathbf{R}(d)(d')) \ \& \ \mathbf{Q}_2 (\lambda d' . \exists d : \mathbf{R}(d)(d'))$$

Como salientamos, a postulação de tal operador é motivada independentemente pela interação entre cumulatividade e escopo cindido.

## Referências

BECK, S.; SAUERLAND, U. **Cumulation is needed: a reply to Winter (2000)**. *Natural Language Semantics* n. 8, p. 349-371, 2000.

FERREIRA, M. **Scope splitting and cumulativity**. Ms. Universidade de São Paulo, 2008.

GRICE, P. *Logic and conversation*. In. COLE, P.; MORGAN, J. (Ed.). **Syntax and Semantics 3: Speech Acts**. New York: Academic Press, 1975.

HACKL, M. **Comparative Quantifiers**. PhD Thesis, MIT, 2000.

HEIM, I. **Degree operators and scope**. In. **Proceedings of SALT X**, 2000.

HORN, L. **The said and the unsaid**. In BARKER, C.; DOWTY, D. (Ed.). **SALT II**, 1992. p. 163-192





\_\_\_\_\_. **A Natural History of Negation.** Chicago, IL: University of Chicago Press, 1989.

\_\_\_\_\_. **On the Semantic Properties of Logic operators in English.** PhD Thesis, UCLA, 1972.

KADMON, N. **On Unique and Non-Unique Reference and Asymmetric Quantification.** PhD Thesis, University of Massachusetts at Amherst, 1987.

KRATZER, A. **The event argument.** Manuscrito, 2004.

KRIFKA, M. At least some determiners aren't determiners. In: TURNER, K. (Ed.). **The Semantics/Pragmatics Interface from Different Points of View.** Elsevier Science B.V., 1999.

LANDMAN, F. **Events and plurality: The Jerusalem Lectures.** Dordrecht; Boston: Kluwer Academic Publishers, 2000.

LEVINSON, S. **Presumptive Meanings.** Cambridge, MA: MIT Press, 2000.

SAUERLAND, U. Plurals, derived predicates, and reciprocals. In: SAUERLAND, U.; PERCUS, O. (Ed.). **The Interpretive Tract.** MITWPL 25, 1998.

WINTER, Y. Distributivity and dependence. **Natural Language Semantics**, n. 8, p. 27-69, 2000.





# PARAUMAABORDAGEM SINTÁTICO-SEMÂNTICA DO PREFIXO DES<sup>1</sup>-

Alessandro Boechat de MEDEIROS  
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

## RESUMO

*O presente trabalho investiga o prefixo des- do português brasileiro assumindo o arcabouço teórico da Morfologia Distribuída. Na proposta, o prefixo nega sub-eventualidades estativas das estruturas de evento dos verbos em que é licenciado. O artigo ainda apresenta uma definição semântica que explica sua ocorrência também em adjetivos e em nomes.*

## ABSTRACT

*This work investigates Brazilian Portuguese prefix des- in the framework of Distributed Morphology and argues that it negates stative subeventualities of the event structures of the verbs in which it is licensed. Moreover, the paper proposes a semantic definition which explains the occurrence of the prefix in adjectives and nouns as well.*

## PALAVRAS-CHAVE

*Estrutura de eventos. Morfologia distribuída. Prefixo des-*

## KEY-WORDS

*Distributed morphology. Event structure. Prefix -des.*

---

<sup>1</sup> Gostaria de agradecer a Ana Paula Scher, a Indaiá Bassani, aos colegas do GREMD (Grupo de Estudos em Morfologia Distribuída) e a Miriam Lemle por comentários e sugestões. Gostaria também de agradecer à FAPESP pela bolsa de pós-doutorado (2008/00426-0) que possibilitou esta pesquisa.





## Introdução

Neste trabalho, proponho-me a investigar a natureza do prefixo *des-* usando o arcabouço teórico da Morfologia Distribuída (HALLE; MARANTZ, 1993; MARANTZ, 1997). Pretendo, portanto, entender sua distribuição, sua contribuição semântica nas estruturas verbais em que ocorre e as restrições de inserção da peça vocabular (ou *Item de Vocabulário*, nos termos da Morfologia Distribuída, doravante MD), o expoente fonológico /des/, que o realiza. Faço ainda algumas considerações sobre sua ocorrência em adjetivos e nomes.

Ao longo do artigo, defendo que o prefixo não faz seleção categorial (contra SILVA; MIOTO, 2009); na verdade, modifica uma sub-eventualidade estativa interna ao VP.

Seguirei aqui algumas ideias desenvolvidas em (MARANTZ, 2006), que trata do prefixo *re-* em inglês, em (BASSANI; MEDEIROS; SCHER, 2009), que analisa o prefixo *des-* em verbos denominais, e em (MARANTZ, 2006) e (SCHER; MEDEIROS; MINUSSI, 2009), que procuram estabelecer representações sintáticas das estruturas de evento dos verbos e uma semântica mínima para suas raízes, fornecendo elementos para explicar a típica distribuição do prefixo entre os verbos da língua<sup>2</sup>. Minha proposta estenderá o *insight* de (BASSANI; MEDEIROS; SCHER, 2009) para além da esfera dos verbos denominais; e, usando a classificação proposta em (SCHER; MEDEIROS; MINUSSI, 2009), pretendo mostrar que o prefixo *des-* faz, sim, uma seleção, mas é uma seleção de natureza semântica, modificando somente verbos cujos significados envolvam um elemento com interpretação estativa.

O artigo tem a seguinte organização. Na seção 1, apresento alguns dados (tirados, em grande parte, de OLIVEIRA, 2009) e faço algumas considerações sobre eles. Na seção 2, discuto brevemente os trabalhos

<sup>2</sup> Para alguns autores que defendem uma representação sintática de propriedades da estrutura de eventos associada aos verbos: MARANTZ, 2006, BORER, 2005, RAMCHAND, 2008, PYLKKÄNEN, 2002, entre outros.





de Silva e Miotto (SILVA; MIOTO, 2009), Bassani et alii. (BASSANI; MEDEIROS; SCHER, 2009) e Scher et alii. (SCHER; MEDEIROS; MINUSSI, 2009), explicitando suas contribuições ao presente trabalho e discutindo alguns de seus problemas e limitações. Na seção 3, proponho uma definição semântica para o prefixo e discuto sua ocorrência em verbos, nomes e adjetivos; também procuro estabelecer as condições de inserção do expoente fonológico que o realiza. Na seção 4, concluo o trabalho discutindo alguns possíveis problemas da abordagem proposta.

## 1. Algumas considerações sobre os verbos com prefixo *des-*

Nesta seção defendo que os verbos que aceitam a prefixação *des-* pressupõem um estado, normalmente consequente ou alvo (PARSONS, 1990; KRATZER, 1999), do processo que tal verbo denota. Refiro-me ao estado que seu complemento, quando o verbo é transitivo, atinge sempre que o referido processo culmina<sup>3</sup>. Defendo, ainda, que o prefixo *des-* nega ou inverte tal estado, **não o processo associado**. Por exemplo, o verbo *desenterrar* pressupõe um estado: “enterrado”, “inteiramente coberto por terra”, “sob o solo”, estado alvo de um possível evento de enterrar. Ao final do evento de *desenterrar*, o que estava “sob o solo” não mais permanece em tal estado, atinge o estado “não-enterrado”, ou “não mais inteiramente coberto por terra”.

Mas por que afirmo que a inversão ou negação que o prefixo realiza é do **estado** e não do evento ou processo associado?

Importante notar que, apesar de alguns autores (Cf. SILVA; MIOTO, 2009) considerarem que o prefixo *des-* tem efeito de inversão sobre eventos ou processos, de fato seus efeitos semânticos são sentidos sobre estados de alguma forma associados a estes, mas que independem

<sup>3</sup> Não estou afirmando, entretanto, que o estado só pode existir como decorrência do evento ou processo em questão. Ver discussão na sequência.





da ocorrência de tais eventos ou processos. Caso semelhante ao do prefixo *re-* em inglês, que, como apontado por Marantz (MARANTZ, 2007), entre outros autores, não indica a repetição de um evento/processo denotado pelo VP inteiro, mas descreve a re-ocorrência de um estado associado a este. De fato, verbos com *des-* não pressupõem os eventos que os correspondentes verbos sem o prefixo denotam. Se, por exemplo, o prefixo *des-* em *desenterrar* pressupusesse o evento de *enterrar*, frases como “o João desenterrou as raízes daquela árvore” não deveriam ser aceitáveis em contextos em que as raízes jamais foram enterradas. Isso vale para inúmeros outros casos, senão todos: *descolar* (que não pressupõe que algo tenha sido colado ou se tenha colado), *desacordar* (que não pressupõe que alguém tenha acordado), *desorganizar* (que não pressupõe que algo tenha sido organizado ou se tenha organizado), *descolorir* (que não pressupõe que algo tenha sido colorido), etc. É tarefa simples imaginar contextos em que usamos os verbos prefixados sem que o evento denotado pelo verbo de base tenha necessariamente ocorrido. E como reforço à ideia de que o prefixo *des-* não inverte ou nega um processo qualquer, lembro que os típicos verbos que denotam atividade normalmente não o aceitam, mesmo quando há um ponto final para a atividade: *\*descorrer (um quilômetro)*, *\*destrabalhar (até o dia raiar)*, *\*desdançar (a valsa)*, *\*despular*, *\*desgritar*, *\*desfalar (as palavras mágicas)*, etc. Tais verbos não implicam, pelo menos não de maneira óbvia, mudança de estado de seu participante (agente), e, portanto, não servem de base para uma derivação que envolva tal prefixo.

A discussão acima nos leva a concluir que *des-* é licenciado somente quando um estado (do complemento ou do sujeito inacusativo), normalmente estado alvo de um evento associado ao verbo de base, é pressuposto.

Tendo isso em mente, a questão que se coloca agora é se essa conclusão se estende também a itens como *desossar*, *descascar*, *desmembrar*, *desmatar*, entre outros. Eles não são, aparentemente, derivações de verbos como *ossar*, *cascar*, *membrar*, *matar*. De fato, a gramática tradicional





assume que são verbos derivados de substantivos por parassíntese. Nos exemplos, os substantivos denotam tipos de entidades do mundo (osso, casca, membro, mato); não há, pois, na base, um verbo ao qual se associe um estado alvo ou consequente. Então, qual é o estado inicial dos complementos de tais verbos, estado invertido ou negado pelo prefixo?

Com relação aos itens mencionados no parágrafo anterior, proporei, na seção 3, que existe um elemento relacionador/predicador (BASSANI; MEDEIROS; SCHER, 2009), como uma preposição não pronunciada (HALE; KEYSER, 1993), que cria um estado de posse inalienável, ou uma relação parte-todo, entre a entidade associada à raiz e a entidade denotada pelo complemento do verbo. Esse estado é invertido ou negado pelo prefixo *des-*, que, semanticamente, modifica a predicação introduzida pelo relacionador não-pronunciado de que falei acima. Assim, quando desossamos um frango, invertemos ou negamos o estado inicial de posse dos ossos pelo frango (“frango com ossos”), e quando descascamos uma laranja, o mesmo fazemos com relação à laranja e sua casca.

As observações desta seção vão orientar as análises desenvolvidas na seção 3 do presente artigo. Na sequência dessas considerações, pretendo preparar o terreno para a análise, mostrando que (a) uma abordagem baseada numa seleção por tipos semânticos pode ser mais interessante do que uma abordagem baseada em seleção categorial (Cf. SILVA; MIOTO, 2009); e (b) que uma abordagem sintática, na qual o prefixo *des-* modifica uma predicação “interna” ao verbo de base, nos leva a generalizações importantes sobre os dados, e pode nos fornecer elementos para o objetivo maior de entender e representar a estrutura argumental/de evento dos verbos da língua.

O artigo também defende que, dos pontos de vista semântico e sintático, prefixos podem ser de dois tipos, pelo menos: adverbiais, como é o caso de *des-*, *in-* e *re-*, e predicadores, como é o caso de *en-*, em *engavetar*, ou *a-*, em *aterrar*.





## 2. Discutindo outras abordagens

Em artigo recente, Silva e Miotto (SILVA; MIOTTO, 2009) defendem a ideia de que os prefixos, assim como os sufixos, selecionam rigidamente a base com que se combinam. Por assumirem que o tipo de seleção feita pelos prefixos é como a dos sufixos, as categorias para as quais os prefixos olham são morfossintáticas.

Os autores começam discutindo o caso de *imobilização*, nominalização de verbo deadjetival. Haveria três possibilidades de anexação do prefixo, a saber: diretamente ao adjetivo da base, como em  $[_N [_V [_A i-mobil] iza] ção]$ ; à camada verbal, como em  $[_N [_V i- [_A mobil] iza] ção]$ ; ou à camada nominal, como em  $[_N i- [_V [_A mobil] iza] ção]$ . Como, segundo os autores, não há razões para se acreditar que os processos verdadeiramente morfológicos sejam irrestritos, é preciso observar a distribuição do prefixo *in-* em outros domínios, em busca de regularidades, para que escolhamos uma das três possibilidades de anexação acima. Ao notarem que o prefixo *in-* é produtivo em adjetivos (*imóvel, infeliz, irreal, impessoal, insensato*), concluem que ele deve selecionar adjetivos, e, portanto, a estrutura correta para *imobilização* seria a primeira das três apresentadas. Em suas próprias palavras, os autores, assim, estendem “aos prefixos a capacidade, verificada em outros domínios da gramática, de um certo item selecionar os elementos com os quais se combina” (p. 15).

Na sequência, Silva e Miotto tratam do prefixo *des-*, começando com a palavra *desmobilização*. Onde estaria anexado o prefixo aqui? Mais uma vez, temos três possibilidades:  $[_N [_V [_A des-mobil] iza] ção]$ ,  $[_N [_V des [_A mobil] iza] ção]$  e  $[_N des [_V [_A mobil] iza] ção]$ . Ao observarem que o prefixo *des-* toma verbos não deadjetivais, como *fazer, conectar* ou *combinar*, os autores concluem que o prefixo combina-se produtivamente com verbos, e, portanto, a estrutura correta é a segunda acima. Mas, ora, o que fazer com *desnecessário, desleal, desumano, deselegante, desigual*? Para os autores, não estamos diante de contra-exemplos para a hipótese de

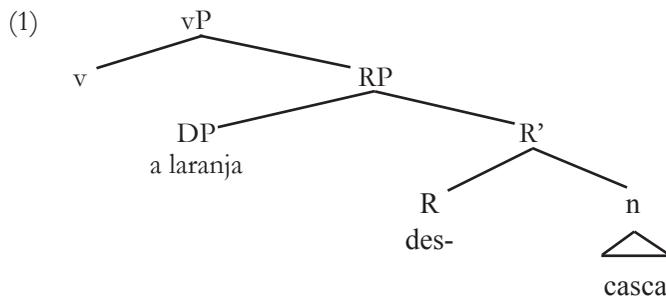




seleção categorial rígida: a questão é que há dois prefixos *des-*: um que se combina com verbo, cujo sentido é o de reversão de um processo; outro que se combina com adjetivo, cujo sentido é o de negação. Ou seja, trata-se de homonímia: existe um *des*<sub>1</sub> que seleciona verbos e tem um sentido e um *des*<sub>2</sub> que seleciona adjetivos e tem outro sentido.

O tratamento apresentado por Silva e Miotto para o prefixo *des-* apresenta, a meu ver, dois problemas: (a) como discuti acima, o prefixo não denota reversão de processo, mas nega ou inverte um estado<sup>4</sup> que *pode* decorrer de um processo; (b) a seleção categorial traz consigo uma multiplicação de homônimos (vejam-se os dois prefixos, *des*<sub>1</sub>- e *des*<sub>2</sub>-, mencionados acima) no léxico, como se esses itens não tivessem qualquer relação. Ainda que concorde que deva haver algum tipo de seleção rígida de uma base por um prefixo, acredito que assumir que esta seleção é categorial não leva às melhores generalizações.

Outro artigo de interesse que pretendo discutir aqui é o de Bassani et alii (BASSANI; MEDEIROS; SCHER, 2009), que trata exclusivamente da distribuição do prefixo *des-* em verbos denominais. Estudando casos como o de *desossar*, *despencar*, *descartar*, *desmascarar*, *descortinar*, *destampar*, *desnaturar*, *desfrutar*, *descascar*, etc., os autores defendem que os verbos possuem a estrutura apresentada em (1) abaixo, para o verbo *descascar*:



<sup>4</sup> Note-se que *leal*, *humano*, *necessário*, *igual*, etc. denotam estados ou propriedades e aceitam o prefixo *des-*.

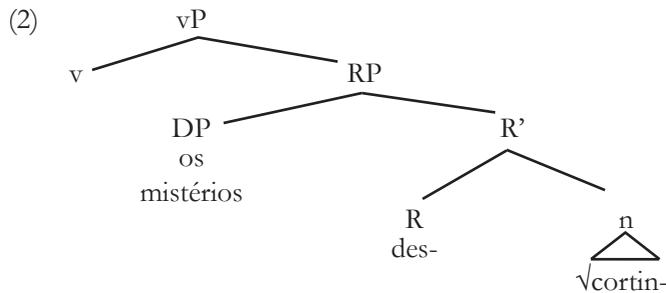




Aqui, a base é nominal (existe, pois, uma fase nominal, nos termos de MARANTZ, 2001); o relacionador R une uma base nominal a um DP, criando uma predicação interna ao verbo. Uma aproximação para a semântica de R seria o significado da preposição *sem*. RP denota um estado e *v* introduz um evento. Conforme Marantz (MARANTZ, 2006), inspirado em Hale e Keyser (HALE; KEYSER, 2002 – doravante H&K), havendo duas eventualidades (estados ou eventos) representadas na estrutura, estabelece-se uma relação de causação ou implicação entre elas. Portanto, vP acima tem um significado razoavelmente descrito pela paráfrase: um evento ou atividade, não especificada, causa ou produz o estado “laranja sem casca”. De um modo geral, o processo denotado pelo verbo pressupõe um estado de posse (inalienável), ou uma relação parte-todo, entre a entidade denotada pelo DP complemento do verbo e a entidade denotada pelo nome mais encaixado.

Os autores notam que há, entretanto, alguns problemas com a paráfrase e a estrutura (1) acima. Por exemplo, a expressão *descortinar os mistérios*, a não ser num sentido metafórico, não denota um evento que causa o estado “mistérios sem cortina”. E o que dizer da expressão *desnaturar o carnaval*? Que denota um processo que leva ao estado “carnaval sem natura”? Para resolver essa questão, Bassani et alii propõem, seguindo mais uma vez Marantz (MARANTZ, 2001), que a estrutura (1) acima pode ter como base não um nome, mas uma raiz. Assim, o primeiro categorizador morfossintático passa a ser o verbalizador, a estrutura é uma estrutura de primeira fase, e o significado da raiz vai ser negociado levando em conta tudo que está presente nesta fase (Cf. MARANTZ, 2001). O esquema (2) a seguir ilustra a ideia, para *descortinar os mistérios*:





Em (2), como não há uma fase mais encaixada em que o nome *cortina* é construído, o verbo *descortinar* não precisa implicar o significado do nome *cortina* (Cf. KIPARSKY, 1982; MARANTZ, 2001; ARAD, 2002). O verbo *descortinar*, pois, passa a ter o sentido próximo ao de *revelar*. De qualquer modo, algum significado estrutural se preserva, pois o que estava num estado de obscuridade sai desse estado ao final do processo.

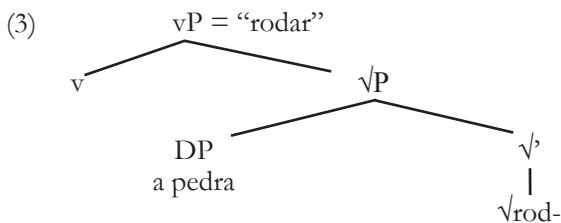
A proposta de Bassani et alii traz a ideia interessante de associar o prefixo *des-* a uma predicação interna ao verbo. Entretanto, por seu escopo limitado, não ajuda muito a fazer generalizações sobre a distribuição do prefixo *des-* em outros contextos. Ademais, não me parece justificada a separação entre os casos em que o verbo é derivado de uma raiz e os casos em que é derivado de nome. Creio que o raciocínio mais correto, coerente com a teoria adotada aqui e por Bassani et alii, é: se um verbo aparentemente denominal não inclui, em seu significado, o significado do nome em questão, podemos afirmar que tal verbo não é, de fato, denominal, mas derivado da raiz do suposto nome de base; no entanto, se um verbo aparentemente denominal inclui o significado do nome em seu significado, não me parece que possamos afirmar que, necessariamente, a derivação tenha uma fase nominal: a raiz, por si só, pode estar introduzindo tal significado no verbo. Assim, não há qualquer razão de ordem semântica para se postular duas estruturas como acima. E, portanto, ao tratar de tais casos na seção a seguir, assumirei a hipótese nula de que suas derivações não passam por uma fase nominal.





O *insight* de Bassani et alii, entretanto, sugere a ideia de que, talvez, o prefixo *des-* seja o modificador de uma predicação interna ao verbo, numa estrutura de evento sintaticamente representada. Em Scher et alii (SCHER; MEDEIROS; MINUSSI, 2009), propõem-se estruturas de evento para os verbos da língua, tomadas, em grande parte, de Marantz (MARANTZ, 2006) e H&K (HALE & KEISER, 2002), e uma classificação para suas raízes, baseada num sistema com dois traços semânticos, que procuram dar conta de uma certa regularidade na sua distribuição entre as estruturas de evento propostas.

Assim, os verbos de alternância causativo-incoativa seriam tipicamente bi-eventivos (Cf. MARANTZ, 2006; PYLKKÄNEN, 2002; entre outros), e suas raízes introduziriam uma eventualidade (estado ou evento/processo) e uma predicação interna (criariam uma posição temática<sup>5</sup> para um sujeito interno, o complemento do verbo). O esquema a seguir o ilustra:



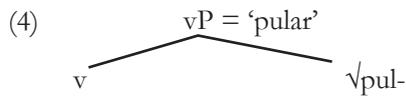
A raiz  $\sqrt{\text{rod-}}$  de (3) denota um processo (o verbo *rodar* não implica, necessariamente, um estado) do qual o DP *a pedra* é o participante. O verbalizador tem a função de introduzir um processo na semântica da estrutura. Havendo duas eventualidades, estabelece-se uma relação de causação ou implicação (conforme vimos acima) entre elas – e o evento introduzido pelo verbalizador, não especificado, faz com que a pedra rode.

<sup>5</sup> Na verdade, ainda que isso não seja relevante para este artigo, falamos de papéis aspectuais (TENNY, 1994), não temáticos. Ver Scher et alii. (SCHER; MEDEIROS; MINUSSI, 2009) para uma discussão sobre o assunto.





Existe, ainda, um conjunto de raízes que denotam modo, modificam (adverbialmente) o verbalizador, e criam estruturas mono-eventivas (Cf. MARANTZ, 2006). Tais raízes não predicam, e, portanto, não criam estruturas bi-eventivas por si mesmas. Para que uma estrutura em que elas ocorram seja bi-eventiva, outro elemento predicator, introdutor de uma eventualidade, deve estar presente<sup>6</sup>. O esquema a seguir ilustra como deve ser a anexação deste tipo de raiz ao sintagma verbal.



Note-se que as formas ??despular, ??desgritar ou ??destrabalhar são degradadas – isso porque, como se verá, pelo menos em suas formas intransitivas, tais verbos não implicam um estado atingido ao final do processo.

As ideias discutidas nessa seção servirão de base para as propostas a seguir. As conclusões são: (a) o prefixo deve ter propriedades de seleção rígidas (e assumirei que as tem), mas essa seleção não deve ser por categoria gramatical; (b) o prefixo des- não deve ocorrer em estruturas em que só haja eventualidades dinâmicas (não-estativas) envolvidas.

### 3. A proposta

#### 3.1. Para os verbos

Assumirei que o item de Vocabulário /des/ realiza um núcleo de negação<sup>7</sup>, que possui escopo bem limitado, tomando um estado interno

<sup>6</sup> O mesmo raciocínio vale para raízes que tipicamente denotam entidades, como se verá mais adiante.

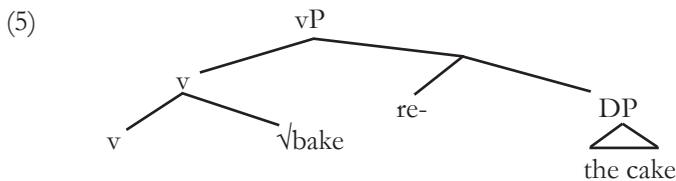
<sup>7</sup> Definir “inversão de um estado” parece-me tarefa bastante difícil; portanto, assumo que o prefixo de fato nega tal estado, o que, creio, com alguns ajustes, produzirá os resultados esperados. Ademais, assim, a definição semântica para o prefixo funciona bem para outras classes de palavras, como nomes e adjetivos, em que nenhum estado é invertido, pois não há evento que os tenha como resultado.





sintaticamente representado. Se há alguma seleção envolvida, esta seleção é por tipo semântico, não por categoria sintática.

Na seção 2, apresentei uma breve discussão sobre estruturas de evento sintaticamente representadas (Cf. MARANTZ, 2006; SCHER; MEDEIROS; MINUSSI, 2009). Aproveitando-a, defenderei aqui que, em se tratando de verbos, o prefixo *des-* será tipicamente licenciado em estruturas bi-eventivas, onde ou a raiz denota um estado atingível por um dos participantes do processo quando este culmina, ou há alguma predicação interna ao verbo que denota um estado atingível pelo processo<sup>8</sup>. O prefixo em questão modificará tal estado. A ideia é inspirada fortemente em proposta de Marantz (MARANTZ, 2006) para o comportamento do prefixo *re-* em inglês. No texto, Marantz defende que em sentenças como *John rebaked the cake* o prefixo *re-* modifica uma sub-eventualidade do vP e anexa-se diretamente ao constituinte que remete à eventualidade referida, conforme o esquema a seguir:



Em (5), *bake* é um verbo de criação e o DP *the cake* denota ambigualmente uma entidade criada e um estado atingido (uma sub-eventualidade) por um conjunto de ingredientes (ovos, farinha, leite, etc.), estado compatível com o processo descrito por *bake*. O prefixo *re-* no esquema restitui os ingredientes ao estado “the-cake”, não denota a repetição do processo que criou um bolo específico, contextualmente relevante, denotado pelo DP *the cake*.

<sup>8</sup> Mas o que dizer de *desmentir* e *desdizer*, a cujos verbos de base, *mentir* e *dizer*, não parecem estar associados estados de qualquer natureza? No final do artigo faço algumas considerações sobre este problema.

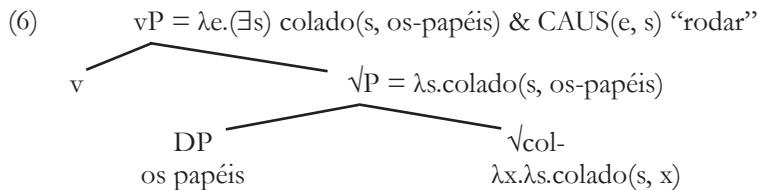




No presente artigo, defenderei que o prefixo *des-* do português também modifica sub-eventualidades numa estrutura de evento complexa: os estados atingíveis por certos processos. Não quero dizer, com isso, que o prefixo *des-* do português se comporta exatamente como o prefixo *re-* do inglês; tampouco pretendo promover, aqui, uma discussão exaustiva sobre as diferenças entre o comportamento do prefixo *des-* do português e os comportamentos do prefixo *re-* do inglês e do prefixo *re-* do português. Isso fica para pesquisas futuras. Por ora, a informação relevante é a que está no início deste parágrafo.

Seguindo propostas apresentadas na seção 2, assumirei que as raízes podem denotar eventualidades (estados ou processos), modos ou entidades. Ainda, seguindo Scher et alii., proponho que: (a) as raízes que denotam eventualidades também podem predicar; (b) as raízes que denotam entidades só ocorrerão no ambiente verbal se neste ambiente houver um elemento relacionador, que crie uma predicação para o complemento do verbo de que são base; (c) as raízes de modo vão combinar-se diretamente ao verbalizador, e não selecionam, sozinhas, argumentos (ou seja, não predicam).

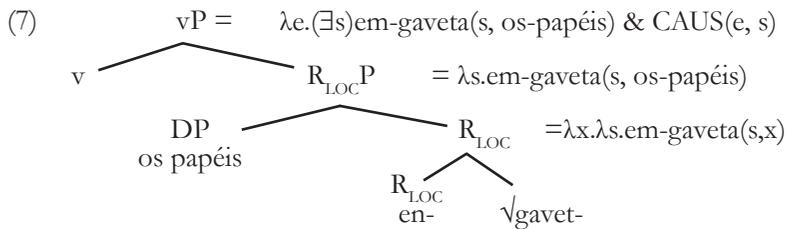
As raízes dos verbos de alternância causativo-incoativa, como vimos, são das que denotam eventualidades. Tomemos o exemplo do verbo *colar*. A estrutura básica deste verbo, seguindo tal proposta, na sua versão incoativa, é como (6) a seguir:





Aqui, a raiz denota um estado, grosseiramente traduzido por “colado” no cálculo semântico, e introduz um variável de estado (s) na estrutura. A raiz também abre uma posição que deve ser preenchida por uma entidade. Quando o verbalizador é anexado ao sintagma raiz, uma relação de causação ou implicação (Cf. H&K; MARANTZ, 2006; PYLKKÄNEN, 2002) se estabelece entre o evento introduzido por ele e a eventualidade introduzida pela raiz. Portanto, grosseiramente, o esquema (6) nos diz que um evento ou uma atividade de determinado tipo, mas não especificados no verbo, produzem ou causam, quando culminam, um estado em que os papéis estão colados. Sem um núcleo de Voz, introdutor de argumento externo, anexado a vP, o verbo é intransitivo com interpretação incoativa; se anexarmos o núcleo de Voz, o verbo passa a ser transitivo com interpretação causativa (ver, entre outros trabalhos, PYLKKÄNEN, 2002; MARANTZ, 2006; SCHER; MEDEIROS; MINUSSI, 2009).

Quando a raiz é da classe das que tipicamente denotam entidades no mundo, é preciso, como já coloquei acima, um elemento que estabeleça uma predicação para que ela ocorra no ambiente verbal. É o que faz  $R_{LOC}$  no esquema (7). Assumo, pois, conforme a proposta já clássica de H&K, que o prefixo de *engavetar* é uma espécie de preposição locativa com propriedades de afixo. O cálculo para a expressão *engavetar os papéis* é apresentado:



No esquema, quando acrescentamos o verbalizador, que, segundo assumo, introduz um evento, estabelece-se uma relação de causação





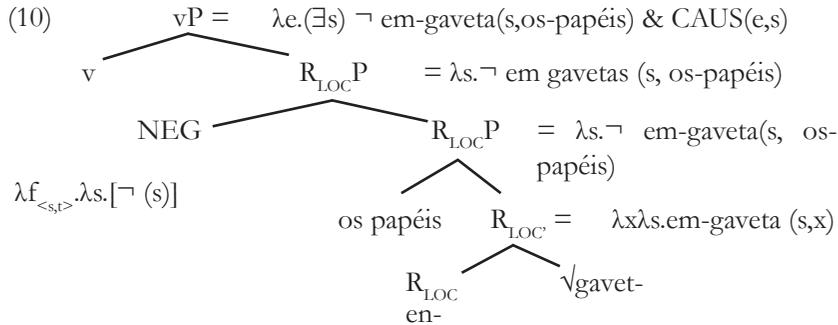
entre esse evento e o estado mais encaixado. Uma paráfrase (imperfeita) para o significado final da estrutura seria: um evento, uma atividade de determinado tipo, não especificada no verbo, produz ou causa, quando culmina, um estado em que os papéis estão “em gaveta”. “Em gaveta” é, pois, um estado alvo, exatamente como na definição de Parsons (PARSONS, 1990).

Neste momento, vale dizer alguma coisa sobre as paráfrases apresentadas. Segundo proposta de Marantz (MARANTZ, 2001), a formação de palavras se dá por ciclos ou fases, sendo a primeira fase – o ambiente que envolve a raiz e o primeiro categorizador – o local onde propriedades semânticas e fonológicas da raiz se estabelecem – ou, mais especificamente, o momento em que, na derivação, a Enciclopédia, onde os significados especiais das raízes em ambientes sintáticos específicos estão listados, é consultada. Nos esquemas acima, vemos que o primeiro categorizador é o verbalizador mais alto. Tomando a visão de Marantz, quando o *v* é anexado a derivação até este ponto sofre o *spell-out* e é enviada para a interface conceitual, que, por sua vez, consulta a Enciclopédia para especificar o significado da raiz presente na estrutura. Observe-se que nos esquemas todos os elementos abaixo do verbalizador criam o ambiente sintático que define o significado especial da raiz. O fato de a estrutura ser de primeira fase explica certas idiossincrasias de significado, particularidades que tornam as paráfrases apresentadas imperfeitas, que fazem com que seus significados finais não sejam perfeitamente composicionais. Em alguns casos, há afastamentos mais radicais dos significados composicionais esperados. Por exemplo, *engavetar o processo* não necessariamente quer dizer “colocar o processo em gaveta”: a raiz de *gaveta* pode ganhar um significado especial<sup>9</sup> no contexto do DP *o processo*, e *engavetar o processo* pode querer dizer “não lhe dar

<sup>9</sup> O que faria com que, em (7) acima, sua denotação não mais fosse:  $\lambda y.gaveta(y)$ . À raiz da palavra *gaveta* podem corresponder diversas entradas enciclopédicas, que levam em conta contextos sintáticos específicos, como a presença do DP *o processo* em uma estrutura como (7), por exemplo.







Em (9) e (10), os vPs denotam mais ou menos o seguinte: (a) um evento (uma atividade de determinado tipo, não especificada pelo verbo) produz ou causa, quando culmina, um estado em que os papéis não estão colados; (b) um evento (uma atividade de determinado tipo, não especificada pelo verbo) produz ou causa, quando culmina, um estado em que os papéis não estão em gaveta. Contudo, algo que parece não estar contido nas paráfrases (ou no cálculo acima), e que precisa ser acrescido ao seu significado, é que os estados negados na expressão são estados iniciais dos processos denotados: para *descolar os papéis*, é preciso que os papéis estivessem colados antes de iniciar-se o processo de descolamento; o mesmo vale para *desengavetar os papéis*. As paráfrases, como estão formuladas em (a) e (b), também são compatíveis com situações em que os estados “colado” e “em gaveta” não eram iniciais. Imagine-se uma situação em que alguém quer colar os papéis e outra pessoa faz coisas que o impedem de consegui-lo, mantendo, assim, os papéis não-colados. Em tal contexto, não posso dizer que a segunda pessoa causou, com determinadas ações, o estado “papéis não-colados”? Nesta situação, teria ela *descolado os papéis*? Creio que não. O mesmo raciocínio vale para a paráfrase de *desengavetar*. Como lidar, então, com um problema assim? A solução que proporei é tentativa, e deverá ser reavaliada em trabalho futuro.





Observe-se que, como estamos ainda no ambiente da primeira fase do verbo, certas especificidades semânticas podem ser acrescidas a seu significado: por exemplo, as condições de verdade de tal tipo de verbo incluírem a pressuposição dos estados negados pelo prefixo nas estruturas (9) e (10). Assim, os conjuntos de contextos em que sentenças com *descolar os papéis* e *desengavetar os papéis* são verdadeiras formam subconjuntos dos conjuntos de contextos nos quais as paráfrases propostas são verdadeiras, como queríamos. Seria uma explicação possível para esse aspecto do seu significado<sup>11</sup>.

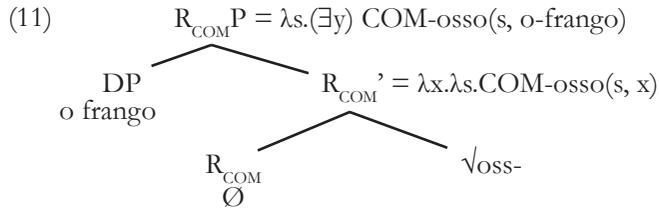
Um outro conjunto de casos de interesse é o dos verbos que, segundo a tradição gramatical, são denominais e formados por parassíntese. Retomo os exemplos listados na seção 1: *desossar*, *descascar*, *desmembrar*, *desmatar*. Aproveitando o insight de Bassani et alii (BASSANI; MEDEIROS; SCHER, 2009), proponho que o nó NEG, realizado por *des-*, tome a estrutura a seguir, que estabelece, no mais das vezes, uma relação de parte-todo entre o objeto do verbo e a entidade denotada pela raiz – digamos tratar-se de um estado de posse inalienável, ou algo próximo disto.

Na formação de um verbo como *desossar*, o raciocínio aqui desenvolvido nos leva à seguinte estrutura mais encaixada:

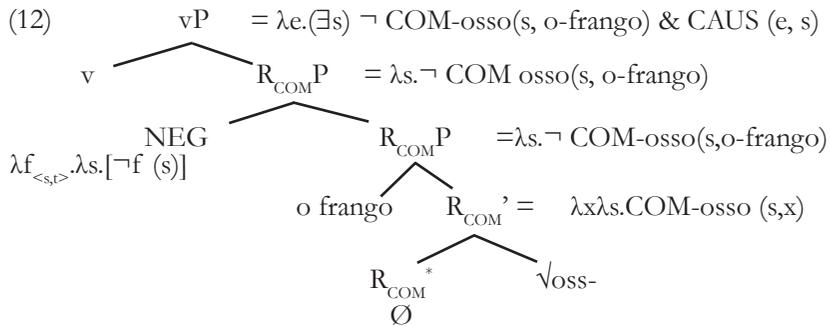
---

<sup>11</sup> Considerando insatisfatória essa tentativa de resolver o problema, um dos pareceristas que avaliaram este artigo para a Revista da ABRALIN sugeriu que o estado negado pelo prefixo, no caso dos verbos, fosse entendido como um estado resultante, e que a paráfrase usada fosse com o verbo *ficar*, e não com os verbos *ser* ou *estar*. Não sei se entendo bem a proposta, mas vejo pelo menos um problema na sugestão (ou no meu entendimento da sugestão): como argumento na seção 1, em *desenterrar* o estado negado não necessariamente é uma decorrência ou resultado de algum processo de enterrar – pode simplesmente existir, independentemente de tal processo ter ocorrido alguma vez – e, portanto, o prefixo não deve negar o *estado resultante* do processo em questão (ver nota 2). Ademais, creio que assumir que o prefixo *des-* modifica somente estados resultantes não explicará seu uso em muitos adjetivos e nomes. Cairíamos em outra homonímia para explicar sua distribuição. Em todo caso, a sugestão de refinar a definição do estado modificado por *des-* pode, sim, apontar uma solução melhor do que a formulada acima; mas isto fica para trabalho futuro.





Na etapa seguinte, o prefixo *des-* é adjungido ao  $R_{COM}P$ , e, posteriormente, toda estrutura é verbalizada com a anexação de *v*:

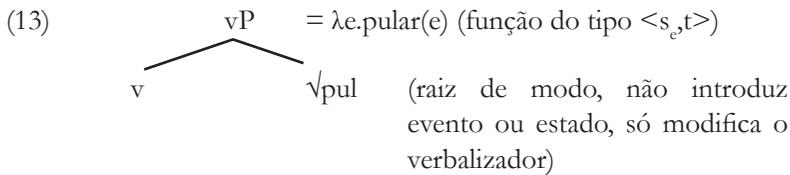


Grosso modo, a denotação do  $vP$  em (12) é: um evento, atividade não especificada pelo verbo, faz, quando culmina, com que o frango não mais esteja com seus ossos. A proposta acima, entretanto, coloca uma questão, associada à parassíntese: se a estrutura para tais verbos é a que encontramos em (12), o que impede que verbos como *ossar* ou *cascar* existam? É só combinarmos  $R_{COM}P$  diretamente ao verbalizador, sem a adjunção de NEG, para que tais verbos se formem... Ainda não tenho uma resposta que me satisfaça para esta pergunta, mas apresento, no final deste artigo, algumas ideias que podem apontar um caminho para a solução do problema.

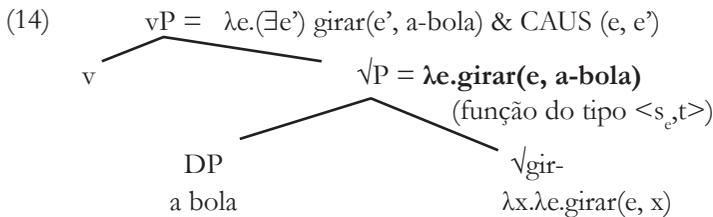
\* Esse elemento relacionador é livremente inspirado em propostas feitas por outros autores, ainda que não compartilhe exatamente das mesmas propriedades com eles. Ver, por exemplo, a preposição HAVE de Heidi Harley (HARLEY, 1997), o aplicativo estativo de M. C. Cuervo (CUERVO, 2003) e a preposição CUM de M. Lemle em vários de seus manuscritos. Importante salientar que não estou afirmando que o  $R_{COM}$  é semântica e sintaticamente equivalente à preposição *com*, mesmo que na expressão do cálculo pareça ser o que estou dizendo.



Para concluir esta subsecção, é importante ressaltar que, com a definição semântica para NEG dada em (8), explico por que o prefixo *des-* não ocorre com verbos como *trabalhar*, *dançar* ou *pular*. Assumindo que a estrutura sintático-semântica de tais verbos, mono-eventivos, seja como a apresentada a seguir (Cf. MARANTZ, 2007; SCHER; MEDEIROS; MINUSSI, 2009), vemos que o único local possível de anexação do prefixo, o nó vP, corresponde a uma função semântica de tipo  $\langle s_e, t \rangle$  (o sub-escrito *e* indica tratar-se de um evento/processo, não de um estado), não do tipo  $\langle s_s, t \rangle$  selecionado pelo núcleo NEG realizado pelo prefixo *des-*. A incompatibilidade semântica, pois, impede a co-ocorrência.



Note-se ainda que, mesmo quando o verbo é bi-eventivo (Cf. SCHER; MEDEIROS; MINUSSI, 2009), se a eventualidade causada é dinâmica (não-estativa), o uso do prefixo *des-* produz uma expressão degradada. É o caso de ??*desgizar* ou ??*desrodar*. Assumindo que o nó-raiz ( $\sqrt{\text{P}}$ ) associado a tais verbos tem a semântica abaixo, entendemos o porquê da não co-ocorrência.



Aqui, o sintagma raiz é de tipo  $\langle s_e, t \rangle$ , pois a raiz denota um evento, não um estado. Como o domínio da função associada ao prefixo é constituído de funções do tipo  $\langle s_s, t \rangle$ , fica entendido por que a expressão ??*desgizar* é degradada.

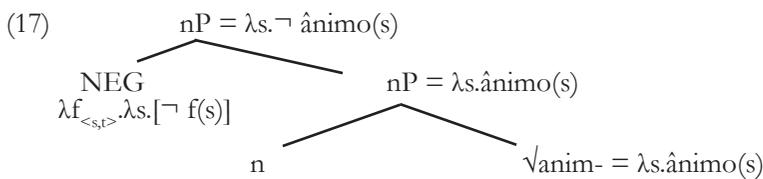






Observe-se que o núcleo NEG faz parte da fase aP (ainda que na sua borda), sendo, portanto, parte do contexto que define o significado idiossincrático da raiz. Assim, é possível existirem itens como *desenvolto*, por exemplo, que não denota o estado de não-envolto, ainda que o significado da palavra possa indicar a negação de um estado: algo como não ser limitado em sua capacidade de agir e resolver problemas. Da mesma forma, *desumano* não define o conjunto de entidades não-humanas<sup>13</sup>: o significado de *humano*, aqui, não faz referência a uma espécie animal, mas a um conjunto de valores e condutas em sociedade. Na MD, a relação entre significante e significado não é biunívoca: um significante pode ter vários significados associados, relacionados a contextos sintáticos específicos. No caso de *desumano*, o contexto envolvendo o prefixo *des-* funciona como um vetor que aponta para uma das entradas enciclopédicas associadas à raiz de *humano* – e estabelece o conjunto das entidades que **não** possuem as propriedades “descritas” nessa entrada.

Alguns nomes de estado, em particular muitos nomes de estados psicológicos (*afeto, amor, esperança, alento, ânimo, estímulo, temor*, etc.), também aceitam a prefixação. Assumindo que tais nomes sejam do tipo  $\langle s, t \rangle$ , explicamos o fato: seu tipo semântico é compatível com o tipo selecionado pelo nó NEG. O esquema abaixo ilustra um caso:



Note-se que, uma vez que a definição semântica do nó NEG envolve uma função de estado, (a) esperamos não encontrar o prefixo *des-* anexado a nomes de eventos, como *dança, trabalho, pulo*; e (b) esperamos não encontrá-lo anexado a nomes de entidades no mundo, como *cachorro, gato, pedra*, já que tais nomes denotam funções de tipo  $\langle e, t \rangle$ ,

<sup>13</sup> Pelo contrário: o adjetivo só é aplicável a entidades humanas.





incompatíveis com as propriedades de seleção semântica associadas ao prefixo. Estas duas previsões parecem, de um modo geral, verificar-se.

Também é importante salientar que os adjetivos e nomes com o prefixo *des-*, ao contrário do que ocorria com os verbos, não pressupõem o estado denotado pela raiz. Por exemplo, alguém pode estar descontente com alguma coisa sem ter estado contente com ela antes. Isso reforça a ideia de que a pressuposição do estado é uma particularidade semântica dos verbos assim prefixados, não é algo universalmente associado ao prefixo. Como aos adjetivos e nomes discutidos acima não há processo associado, não há um estado inicial a ser desfeito, e, portanto, não há pressuposição de existência de um estado qualquer.

### 3.3. Inserção vocabular

Concluindo a seção, trataremos do problema da inserção vocabular. Para simplificar a tarefa, vou assumir que há nós com denotações semânticas distintas que compartilham a função de negação, os quais chamarei de  $NEG_1$ ,  $NEG_2$ , etc. Então, um  $NEG$  pode selecionar proposições, e ocorrer como um advérbio; outro pode, segundo sua denotação, ser realizado pelo prefixo *in-*, e assim por diante. Deste modo, o nó  $NEG$  (que vou, por conveniência, chamar de  $NEG_1$ ) com a denotação dada em (8) será realizado pelo expoente fonológico /des/, conforme a preliminar regra de inserção a seguir:

$$(18) /des/ \leftrightarrow [NEG_1]$$

O nó  $NEG_1$  pode conter vários traços morfossintáticos, e compartilhar com os outros nós  $NEG$ , com outras denotações, um traço associado à negação. Neste sentido, uma regra de inserção definitiva, que envolva correspondência entre traços fonológicos e traços *morfossintáticos*, só será possível com a investigação da distribuição de outros tipos de negação, como o advérbio *não* e o prefixo *in-*. Tal investigação, entretanto, extrapola os objetivos deste trabalho, e fica para outra ocasião.





## 4. Conclusões, questões sem resposta ou possíveis problemas

A conclusão é que o prefixo *des-* seleciona estados e não se prende a categorias morfosintáticas, podendo ocorrer em verbos, nomes e adjetivos. Conhecendo as denotações semânticas destas classes de palavras e as estruturas de evento associadas aos verbos, compreendemos a distribuição do prefixo *des-*, e chegamos à sua denotação: uma denotação única, que evita a multiplicação de entradas lexicais para o prefixo.

Para terminar, esboço respostas, nas subseções abaixo, para duas questões que foram levantadas no texto e em nota. Os problemas pedem por mais reflexão, e as respostas, pois, carecem de investigação mais dedicada.

### 4.1. *Ossar* o frango? *Cascar* a laranja?

Uma das questões que a leitura do artigo coloca, levantada na seção 3.1, diz respeito ao tratamento dado para os casos de parassíntese, como *desossar* ou *descascar*. A abordagem parece permitir que se formem verbos como *ossar* ou *cascar*, aos quais os dicionários não fazem menção<sup>14</sup>. Como lidar com isso? Seriam tais formas agramaticais? Se sim, teríamos que formular uma restrição à combinação direta de  $R_{COM}$ P com o verbalizador. Mas de que mecanismo geral poderíamos nos valer para fazer isso?

Arrisco-me a dizer que, pelo menos em alguns casos, não há qualquer restrição **gramatical** que impeça a combinação direta dos dois nós mencionados; ou seja, os verbos *ossar* e *cascar* **não** são “agramaticais”, apesar de não serem, com as interpretações relevantes, dicionarizados. São palavras possíveis, mas que definem condições de verdade não facilmente encontradas no mundo. Segundo a discussão acima, *ossar o frango* denotaria algo como causar ou produzir um estado de posse

<sup>14</sup> O dicionário eletrônico Houaiss faz menção ao verbo *cascar*, que teria, entre outros significados, o mesmo significado do verbo *descascar*; nenhum dos significados da entrada, entretanto, é o de “pôr casca em” alguma coisa.





inalienável (ou uma relação parte-todo) dos ossos pelo frango. O difícil é encontrar uma situação no mundo ou num mundo possível que seja compatível com tais condições de verdade. Existindo a situação, entretanto, não me parece haver qualquer problema com o verbo criado.

#### 4.2. Sobre “desmentir” e “desdizer”

Na classificação proposta em Scher et alii, as raízes dos verbos *mentir* e *dizer* seriam, tipicamente, raízes de modo, dinâmicas, associadas a atividades sem um estado alvo, não compatíveis, pois, com a denotação atribuída ao nó NEG realizado pelo prefixo *des-*. *Mentir*, como *dançar* ou *pular*, por exemplo, sequer é transitivo, e seu sujeito é agente (sendo, pois, um verbo mono-eventivo não estativo). Como, então, podem existir os verbos *desmentir* e *desdizer*?

Uma explicação coerente com o modelo da MD seria afirmar que as raízes dos verbos *mentir* e *dizer* podem ocorrer em estruturas como (9) acima porque existem entradas enciclopédicas associadas a elas que estabelecem que, especificamente no contexto sintático representado pelo esquema em (9), tais raízes não denotam um modo, mas um estado – e, portanto, passam a ter o tipo semântico compatível com o domínio estabelecido pelo prefixo. Lembremo-nos de que, na MD, a relação entre significante e significado não é biunívoca. Assim, quando desminto algo que alguém disse, é como se assumisse inicialmente que a coisa dita é uma mentira – assumo, pois, uma qualidade ou um estado para a coisa dita – e desfaço tal mentira *desmentindo-a*. Raciocínio semelhante é aplicável a *desdizer*.





## Referências

ARAD, M. **Roots and Patterns**. Stanford University, manuscrito, 2004.

BASSANI, I.; MEDEIROS, A.; SCHER, A. P. **Verbos denominais com prefixo *des-* no português do Brasil**. In: SALLES, H.; REIGOTA, R. Anais do Encontro do Grupo de Trabalho de Teoria da Gramática. Brasília, UnB, 2009 (a sair).

BORER, H. **Structuring Sense**. Oxford University Press, 2005.

CUERVO, M. C. **Datives at Large**. Tese (Doutorado), MIT, 2003.

HALE, K.; KEYSER, S. J. **On Argument Structure and the Lexical Expression of Syntactic Relations**. In: HALE, K.; KEYSER, S. J. *The View From Building 20*. Cambridge Mass: MIT Press, 1993. p. 53-109.

\_\_\_\_\_. **Prolegomenon to a Theory of Argument Structure**. Cambridge, the MIT Press, 2002.

HALLE, M.; A. MARANTZ. **Distributed Morphology and the Pieces of Inflection**. In: HALE, K.; KEYSER, S. (eds.). *The View From Building 20*. Cambridge Mass: MIT Press, 1993. p. 111-176.

HARLEY, H. **You're having me on**: Aspects of have. In: GUÉRON, J.; ZRIBI-HERTZ, A. (eds.). *La grammaire de la possession*. Paris: Université Paris X – Nanterre, 1998. p. 195-226.

KIPARSKY, P. **From Cyclic Phonology to Lexical Phonology**. In: HULST, H. V. D.; SMITH, N. *The Structure of Phonological Representations*, Dordrecht, 1982.

KRATZER, A. **Building Statives**. 2000. Disponível em: <<http://semanticsarchive.net/Archive/GI5MmI0M/kratzer.building.statives.pdf>> Acesso em 18 abr. 2003.





MARANTZ, A. **No escape from syntax: don't try morphological analysis in the privacy of your own lexicon.** In: DIMITRIADIS, A.; SIEGEL, L. et al. University of Pennsylvania Working Papers in Linguistics, Proceedings of the 21st Annual Penn Linguistics Colloquium, Universidade da Pennsylvania, v. 4.2, p. 201-225, 1997.

\_\_\_\_\_. **Words.** MIT, manuscrito, 2001.

\_\_\_\_\_. **Argument Structure and Morphology: Noun Phrases that Name Events,** manuscrito, New York University, 2006.

\_\_\_\_\_. **Restitutive re- and the First Phase Syntax/Semantics of the VP,** manuscrito, New York University, 2007.

OLIVEIRA, S. **Aspectos da derivação prefixal e sufixal no português do Brasil.** Tese (Doutorado), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

PARSONS, T. **Events in the Semantics of English: A Study in Subatomic Semantics.** Cambridge, Mass: MIT Press., 1990.

PYLKKÄNEN, L. **Introducing Arguments.** Tese (Doutorado), MIT, 2002.

RAMCHAND, G. **Verb meaning and the lexicon: a first-phase syntax.** Cambridge University Press, 2008.

SCHER, A. P; MEDEIROS, A; MINUSSI, R. **Estrutura Argumental em Morfologia Distribuída.** In: SALLES, H.; REIGOTA, R. Anais do Encontro do Grupo de Trabalho de Teoria da Gramática. Brasília, UnB, 2009 (a sair).

SILVA, M. C.; MIOTO, C. **Considerações sobre a prefixação.** ReVEL, v. 7, n. 12, 2009.

TENNY, C. **Aspectual Roles and the Syntax-Semantics Interface,** Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1994.





# REPRESENTAÇÃO LEXICAL DE VERBOS INCOATIVOS E CAUSATIVOS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO<sup>1</sup>

Márcia CANÇADO

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Luana AMARAL

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

## RESUMO

*Neste artigo, propomos que os verbos classificados geralmente como verbos que denotam uma mudança de estado podem ser subdivididos em duas classes semânticas. Os verbos do tipo 'quebrar' são distintos dos verbos do tipo 'amadurecer', em relação a algumas propriedades semânticas e morfo-sintáticas, formando assim duas subclasses verbais distintas. Enquanto os primeiros, do ponto de vista semântico, são verbos basicamente causativos e sofrem um processo de incoativização, os outros são verbos basicamente incoativos e sofrem um processo de causativização. Baseadas nessa hipótese, propomos que cada classe terá uma estrutura semântico-lexical distinta, mas que essa distinção não se refletirá na projeção da estrutura sintático-lexical e, por isso, do ponto de vista sintático, ou seja, apresentar as formas transitivas e intransitivas, essas classes verbais não se distinguem.*

## ABSTRACT

*In this paper, we propose that verbs that are normally classified as change of state verbs can be subdivided in two semantic classes. Verb types of 'quebrar' and 'amadurecer' are distinct in relation to some semantic and morpho-syntactic properties. While 'quebrar' is basically causative and undergo to a causativization process, 'amadurecer' is basically inchoative and undergo to a inchoativization process, from the semantic point of view. Based on this hypotheses, we propose that each class have a distinct lexical semantic structure, but that such distinction does not reflect in the lexical syntactic projection. That is why, from the syntactic point of view, that is, to present the transitive or intransitive form, these classes do not differ.*

<sup>1</sup> A autora Márcia Cançado agradece o suporte financeiro do CNPq (bolsa PQ) e FAPEMIG (bolsa PPM). A autora Luana Amaral agradece o suporte financeiro do CNPq (bolsa PIBIC).





## PALAVRAS-CHAVE

*Causativização. Estrutura de predicados. Estrutura sintático-lexical. Incoativização.*

## KEY-WORDS

*Causativization. Inchoativization. Lexical-syntactic structure. Predicate structure.*

## Introdução

Existem na língua verbos causativo-transitivos que também apresentam a forma incoativo-intransitiva, processo esse conhecido como alternância verbal (ver Levin e Rappaport-Hovav, 1995, 1998, 1999, 2005 e outros). Segundo Parsons (1990), verbos desse tipo acarretam necessariamente o sentido de: *become* (*'ficar'*) ADJ, em que o adjetivo é relacionado ao verbo. Para o português brasileiro, podemos ilustrar essa afirmação com os seguintes exemplos:

- (1) a. O João quebrou o vaso.  
b. O vaso (se) quebrou.  
c. O vaso ficou quebrado.<sup>2</sup>
- (2) a. O João abriu a porta.  
b. A porta (se) abriu.  
c. A porta ficou aberta.
- (3) a. O calor amadureceu a banana.  
b. A banana amadureceu.  
c. A banana ficou madura.

---

<sup>2</sup> Note-se que, quando não existe morfologicamente a forma adjetival, o particípio assume a função adjetiva. Para maiores explicações sobre a diferença entre a forma adjetival e a forma participial, ver Parsons (1990).





- (4) a. O calor azedou o leite.  
b. O leite azedou.  
c. O leite ficou azedo.

Portanto, faz sentido classificar os verbos acima, mais amplamente, como sendo pertencentes a uma mesma classe. Entretanto, em uma análise mais detalhada, vemos que existem certas diferenças relevantes que motivam uma subclassificação semântica mais fina para os dados do português brasileiro (daqui para frente PB).

Neste artigo, propomos que os verbos das sentenças em (1) e (2) são distintos dos verbos das sentenças em (3) e (4), em relação a algumas propriedades semânticas e morfo-sintáticas, formando assim duas subclasses verbais distintas. Enquanto os primeiros, do ponto de vista semântico, são verbos basicamente causativos e sofrem um processo de incoativização, os outros são verbos basicamente incoativos e sofrem um processo de causativização. Baseadas nessa hipótese, propomos que cada classe terá uma estrutura semântico-lexical distinta, mas que essa distinção não se refletirá na projeção da estrutura sintático-lexical e, por isso, do ponto de vista sintático, ou seja, apresentar as formas transitivas e intransitivas, essas classes verbais não se distinguem.

Este artigo apresenta uma introdução com o problema a ser investigado e a hipótese adotada para solucioná-lo. Na seção 2, delimitamos o que são verbos incoativos na abordagem semântica adotada. Na seção 3, apontamos as evidências e a relevância linguística de separarmos verbos incoativos de verbos causativos. Na seção 4, propomos uma representação lexical para a classe dos verbos incoativos, entrando aí, a estrutura semântica de predicados primitivos e sua projeção em uma estrutura sintático-lexical. Concluímos com algumas considerações gerais.





## 1. Os verbos incoativos

Antes de passarmos para a apresentação da nossa proposta, faz-se necessário explicitar o que estamos chamando de verbos incoativos. Para isso, faremos uma breve exposição de como esses verbos são tratados na literatura e como esses verbos serão classificados aqui.

Retomando a hipótese inacusativa de Perlmutter (1978), os verbos intransitivos são tradicionalmente divididos em duas subclasses: verbos inergativos e verbos inacusativos. Os verbos inergativos são aqueles que possuem um sujeito profundo e selecionam um agente como seu argumento. Já os inacusativos são verbos que não possuem sujeito profundo e selecionam um paciente para seu argumento. Por exemplo, temos os verbos inergativos em (5) e os inacusativos em (6):

- (5) a. O João nadou.  
b. A menina correu.

- (6) a. O João caiu.  
b. A moça envelheceu.

Apesar de os verbos inergativos serem considerados tradicionalmente como intransitivos, Chomsky (1995)<sup>3</sup> propõe que esses verbos não são verdadeiramente intransitivos e que, de fato, eles teriam uma estrutura subjacente do tipo: *fazer um nado*, *fazer uma corrida*, em que entraria um verbo leve para completar a sua estrutura. Ciríaco (2007), para o PB, assume que, na verdade, os verbos inergativos são basicamente transitivos, apresentando a possibilidade de inserção de um objeto cognato específico, como nos exemplos em (7):

- (7) a. O João nadou um nado tipo borboleta.  
b. A menina correu a corrida de São Silvestre.

<sup>3</sup> Para maiores detalhes, ver Hale e Keyser (1993, 2002) e Baker (1988).





Assim, os verbos inacusativos são tidos como os verbos verdadeiramente intransitivos<sup>4</sup>, pois não conseguimos, a partir desses verbos, formar sentenças transitivas, seja com um verbo leve, seja com um objeto cognato:

- (8) a. \*O João fez uma caída.
- b. \*O João caiu uma caída feia.
- c. A moça fez uma envelhecida.
- d. \*A moça envelheceu uma envelhecida difícil.

Entretanto, Amaral (2009), baseada na definição semântica de Cançado (2009) para argumentos, propõe que existem ainda verbos inacusativos que não são monoargumentais. Para Cançado, os argumentos de um verbo são todas as informações de sentido, ou propriedades semânticas, acarretadas lexicalmente por esse verbo para que seu sentido se sature, sem que esses precisem ser necessariamente explicitados na sintaxe. Por exemplo, verbos inacusativos que denotam movimento não seriam monoargumentais, pois eles acarretariam, necessariamente, para a sua estrutura argumental, papéis temáticos que explicitem algum ponto da trajetória desse movimento, como exemplificado em (9)-(11), ainda que esse argumento locativo possa não aparecer na sintaxe<sup>5</sup>:

- (9) João caiu (da cadeira).
- (10) O peixe emergiu (do fundo do rio).
- (11) A carta chegou (em minha residência).

<sup>4</sup> É necessário realçar que os verbos inacusativos não são os únicos verbos verdadeiramente intransitivos; existem alguns verbos nomeados “verbos de modo de movimento” que são classificados na literatura como intransitivos: *A bola rolou/quicou/girou*. (Jackendoff, 1990; Levin e Rappaport 1993, 1995). Esses verbos também não podem ser classificados como inergativos, segundo a proposta de Chomsky: *\*fazer uma rolada*. Essa classe não será abordada neste artigo (ver Ribeiro, 2010). Provavelmente, mais classes intransitivas, que não se encaixam na divisão proposta na literatura entre inergativos e inacusativos, podem aparecer, à medida que estudos lexicais mais amplos são feitos.

<sup>5</sup> Para maiores detalhes sobre verbos de trajetória no PB, ver Corrêa e Cançado (2006).





(12) As jóias roubadas apareceram (na delegacia).

Neste artigo, tomaremos, então, como objeto de estudo os verbos inacusativos verdadeiramente monoargumentais, segundo a classificação semântica dada acima. Também, como este trabalho tem a semântica como foco principal de análise, não seria coerente adotarmos a terminologia de verbos inacusativos, que diz respeito à natureza morfo-sintática desses verbos. Adotaremos a denominação semântica de verbos incoativos, ou seja, verbos que denotam uma mudança de estado final, expressa por uma paráfrase do tipo: *[FICOU ADJ]*. Alguns exemplos desses verbos seriam:

(13) a. A roupa mofou.  
b. A roupa ficou mofada.

(14) a. A maçã apodreceu.  
b. A maçã ficou podre.

(15) a. O leite talhou.  
b. O leite ficou talhado.

Ainda, é importante realçar que existem alguns outros tipos de verbos classificados tradicionalmente como inacusativos, que são monoargumentais, mas que não são incoativos, pois não acarretam uma mudança de estado. Esses verbos, por exemplo, não aceitam a contraparte causativa, comum aos verbos incoativos. Veja os exemplos:

(16) a. O bebê nasceu.  
b.\*O bebê ficou nascido.  
c. \*A mãe nasceu o bebê.

(17) a. A flor brotou.  
b. A flor ficou brotada.  
c.\*O calor brotou a flor.





- (18) a. A semente germinou.  
b. \*A semente ficou germinada.  
c. \*A chuva germinou a semente.

Esses verbos fazem parte de outra classe que denota somente uma criação final e apresenta características semânticas e sintáticas distintas das dos verbos incoativos. Por não se enquadrar, portanto, na nossa classificação, essa classe também não fará parte do nosso estudo.

Portanto, delimitamos aqui o que chamamos de classe de verbos incoativos: são verbos monoargumentais, que expressam uma mudança de estado na forma da paráfrase [*ficar AD*] e que apresentam uma contra-parte causativa.

## 2. Distinção entre verbos incoativos e verbos causativos

Reanalizando os exemplos de (1) a (4), partindo da hipótese acima, podemos concluir que todos os verbos abaixo pertencem à classe dos incoativos:

- (19) a. O vaso quebrou.  
b. O vaso ficou quebrado.  
c. O João quebrou o vaso.
- (20) a. A porta abriu.  
b. A porta ficou aberta.  
c. O João abriu a porta.
- (21) a. A banana amadureceu.  
b. A banana ficou madura.  
c. O calor amadureceu a banana.
- (22) a. O leite azedou.  
b. O leite ficou azedo.  
c. O calor azedou o leite.





Entretanto, Amaral (2009) mostra que existem evidências para que classifiquemos esses verbos distintamente. A primeira evidência diz respeito à natureza semântica do argumento interno desses verbos. Repare que a mudança de estado do argumento interno dos verbos em (19) e (20) deve-se a um processo que ocorre externamente ao objeto e não depende dele para se efetivar. Já a mudança de estado do argumento interno dos verbos em (21) e (22) deve-se a um processo que ocorre internamente a esse objeto e depende de propriedades inerentes do objeto para se efetivar. Kemmer (1993) classifica esses verbos como verbos que sofrem uma mudança de estado fisiológico. Alexiadou e Anagnostopoulou (2003) e Levin (2009) classificam esses verbos como verbos que tem uma causa interna, pois a mudança de estado que ocorre no evento é ligada às propriedades inerentes do objeto que muda de estado. Chamaremos, então, os verbos de (19) e (20) de verbos causativos, pois eles precisam de uma causa externa para que a mudança de estado se efetive. Já os verbos de (21) e (22), chamaremos de verbos incoativos, pois o próprio argumento interno que expressa a mudança de estado possibilita que esse processo de mudança de estado se efetive.

Entretanto, ainda é possível a inserção de uma causa em sentenças com verbos incoativos, como mostra os exemplos (c) de (19) a (22). Mas, diferentemente dos verbos causativos, as propriedades inerentes presentes no argumento interno dos verbos incoativos restringe a natureza do papel temático do argumento externo desses verbos. Os argumentos internos dos verbos incoativos, por serem responsáveis pela sua própria mudança de estado, não aceitam um agente na posição de argumento externo. Mesmo quando existe um argumento expresso por um NP animado, a denotação desse NP não é a de um agente, pois não se consegue acrescentar um instrumento na sentença; a interpretação desse NP só pode ser eventiva, como em (25) e (26). Para Levin (2009), essa causa indireta cria o ambiente propício para a ocorrência do processo, mas o processo só irá se desenrolar se o objeto afetado tiver





propriedades inerentes que o efetivem. Essas argumentações podem ser evidenciadas pelos exemplos abaixo:

- (23) a.\*A empregada amadureceu a banana com o forno.  
b. O calor do forno amadureceu a banana antes do tempo.
- (24) a. \*O padeiro mofou o pão com o fermento.  
b. A umidade excessiva da padaria mofou o pão.
- (25) a.\*A babá azedou o leite com a colher.  
(agramatical na leitura agentiva)  
b. O fato de a babá ter colocado a colher suja no vasilhame azedou o leite.
- (26) a.\*O menino adoeceu o pai.  
(agramatical na leitura agentiva)  
b. O fato de o menino dar muito trabalho adoeceu o pai.

Portanto, esses verbos podem ser considerados estritamente causativos indiretos, diferenciando-os dos verbos causativos, que por sua vez, aceitam agentes, causas diretas e indiretas como argumento externo, como vemos nos exemplos abaixo:

- (27) a. O João quebrou o vaso com um martelo,  
intencionalmente.  
b. A ventania/o empurrão que o João levou quebrou o vaso.
- (28) a. O João abriu a porta com um machado.  
b. O vento/o forte vento que soprou quebrou o vaso.

O fato de os verbos incoativos serem estritamente causativos, não aceitando um agente na posição de argumento externo, também acarreta outras consequências sintáticas, que os diferencia dos verbos causativos: a construção passiva e a indeterminação do sujeito não são permitidas a verbos dessa classe. Veja os exemplos:





- (29) a. \*A banana foi amadurecida.  
b. \*Amadureceram a banana lá na cozinha.
- (30) a. \*O pão foi mofado.  
b. \*Mofaram o pão lá na padaria.
- (31) a. \*O leite foi azedado.  
b. \*Azedaram o leite lá na cozinha.
- (32) a. \*O pai foi adoecido.  
b. \*Adoeceram o pai lá em casa.

Uma última evidência que distingue as duas classes é que na versão intransitiva dos verbos incoativos não é possível a inserção do clítico *se*, como é possível para os verbos causativos:

- (33) a. O calor amadureceu a banana.  
b. A banana \*se amadureceu.
- (34) a. A umidade apodreceu o pão.  
b. O pão \*se apodreceu.
- (35) a. O calor azedou o leite.  
b. O leite \*se azedou.
- (36) a. O menino adoeceu o pai.  
b. \*O pai se adoeceu.

Alguns autores, como por exemplo Kaine (1975), Grimshaw (1982) e Reinhart e Siloni (2005), sustentam que o clítico *se*, nas línguas românicas, aparece na forma intransitiva como uma maneira de marcar a ausência de um argumento da diátese transitiva básica do verbo. Com isso, temos que assumir que existe uma forma transitiva básica e uma forma intransitiva derivada. O grande problema de assumir uma explicação dessa natureza é mostrar as evidências do que é uma forma básica de um verbo. Do ponto de vista sintático, os exemplos de (19) a (22) são idênticos: verbos





que apresentam uma forma transitiva e uma forma intransitiva. Existem outros autores que refutam essa proposta, por exemplo Kemmer (1993) e Maldonado (1999). Os autores propõem que o *se* pode aparecer para marcar diversas manifestações. Por exemplo, para o espanhol, Maldonado propõe que o *se* aparece em situações com significados particulares: a marca de correferencialidade, de impessoalização, de auto-afetação, de incoatividade, de processos espontâneos, entre outros. Até mesmo verbos reconhecidamente inacusativos podem receber a marca *se*, como o verbo *cairse*. Ainda, há muitos contra-exemplos com verbos depoentes, do tipo *arrepender-se*, *chamar-se*, que possuem a marca *se*, mas notadamente essa marca não é entendida como a remoção de algum argumento. Portanto, não existem evidências de que o clítico *se* marque alguma propriedade sintática.

Em outra linha de análise, Chierchia (2004) e Koontz-Garboden (2009) propõem que o fenômeno da anticausativização é uma operação geral de reflexivização. Entretanto, não nos parece uma alternativa adequada tratar a inserção do *se* como um processo de reflexivização único. Kemmer (1993) assume que existem dois domínios distintos em que a marca morfológica *se* opera: o domínio reflexivo e o domínio médio (as sentenças incoativas e as sentenças mediais, que apresentam a marca *se* nas línguas românicas, por exemplo). A autora mostra que há línguas, como as românicas, que apresentam a mesma marca morfológica para o processo de reflexivização e de construções médias. Entretanto, há línguas que apresentam duas formas distintas para marcar a reflexivização e as construções médias, como por exemplo, o russo e o latim. Ainda, como argumento principal, a marca *se* nas construções reflexivas marca uma mudança na referenciação dos participantes, tendo uma natureza nominal. Já, a marca *se* nas construções médias marca uma mudança de perspectiva no evento denotado, tendo uma natureza verbal<sup>6</sup>.

<sup>6</sup> Godoy (em prep.) utiliza-se da decomposição de predicados para dar explicações mais refinadas sobre a ocorrência do *se* nas sentenças reflexivas e médias.





Portanto, fica também descartada essa hipótese da inserção do *se* como um processo mais geral de reflexivização. Por outro lado, Chierchia e Koontz-Garboden, como uma evidência da hipótese de reflexivização, propõem que no processo de anticausativização, o operador CAUSE é mantido em sua representação léxico-semântica. Essa hipótese específica nos parece interessante a ser perseguida, de acordo com os dados do PB.

Das propostas brevemente delineadas acima, vamos assumir e desenvolver dois pontos específicos a respeito da presença ou ausência da marca morfológica *se* nos nossos dados: primeiro, a marca morfológica *se* não indica marcação sintática; segundo, assumindo que a marca *se* pode indicar uma série de propriedades semântico-pragmáticas distintas, no caso específico dos verbos causativos e incoativos, essa marca vai indicar a presença do predicado primitivo CAUSE na estrutura lexical-semântica dos verbos. Desenvolveremos esses pontos na seção a seguir.

Para finalizarmos essa seção, retomamos, então, as evidências de que é necessário, do ponto de vista gramatical, separarmos a classe dos verbos de mudança de estado em duas subclasses semânticas mais finas: a dos verbos incoativos e a dos verbos causativos. Primeiramente, os verbos incoativos possuem um argumento interno semanticamente distinto, além da denotação de mudança de estado: existem propriedades inerentes que autorizam o processo a se efetivar, sendo essas propriedades até comparadas a uma causa interna ao processo. Essa natureza do argumento interno restringe o tipo de argumento externo que pode ser inserido na estrutura causativa: esses verbos não aceitam agentes na posição de argumento externo, aceitando somente causas indiretas nessa posição. Isso leva a uma importante restrição sintática: essa classe de verbos não aceita a passivização e a indeterminação, propriedades típicas de verbos que aceitam agente como argumento externo. E, por último, a classe dos verbos incoativos não aceita a marca morfológica *se*, na sentença intransitiva, fato comum aos verbos causativos. Isso se





deve ao fato de que esses verbos não trazem em sua estrutura semântica o predicado primitivo CAUSE, enquanto os verbos causativos, por apresentarem esse predicado em sua estrutura semântica, ao serem incoativizados, perdem esse predicado, aparecendo assim a marcação morfológica.

É importante realçar que não estamos assumindo que existem formas sintáticas básicas e derivadas, mas estamos assumindo que, a partir da decomposição do significado dos verbos, temos verbos que são, do ponto de vista semântico, basicamente causativos ou basicamente incoativos, entretanto, o processo sintático de transitivização ou intransitivização é o mesmo para as duas classes. Semanticamente, então, temos verbos causativos que se incoativizam, e verbos incoativos que se causativizam.

Outros exemplos de verbos da classe dos incoativos são:

- (37) açucarar, adoecer, amarelar, arroxear, azular, bichar, branquear, bronzear, cariar, cicatrizar, desabrochar, desmaiar, empipocar, embolorar, empalidecer, entontecer, enrouquecer, enrugar, enrubescer, ensurdecer, enegrecer, enferrujar, enverdecer, florir, fundir, inchar, mofar, necrosar, pretejar, rançar, sara, talhar...

### 3. A estrutura lexical

Vamos propor a seguir, a partir de Cançado e Godoy (2010) uma proposta teórica para basear nossas argumentações acima. As autoras propõem que existe uma representação lexical dos itens predicadores, a qual consiste em dois níveis relacionados: um nível sintático-lexical, que toma a forma das estruturas de Hale e Keyser (1993, 2002), e um nível semântico-lexical, que toma a forma de uma decomposição de predicados (nos termos de Levin e Rappaport-Hovav, 1995, 1998, 1999, dentre outros). Enquanto o nível semântico-lexical organiza e





caracteriza semanticamente as classes verbais, o nível sintático-lexical prevê as possíveis configurações sintáticas e as alternâncias argumentais dessas classes. O que os dois níveis têm em comum e o que os relaciona é a raiz. Na decomposição de predicados (nível semântico-lexical), a raiz é um elemento que representa o sentido idiossincrático do verbo e que pode ser classificada quanto a uma ontologia das raízes (Levin e Rappaport, 1998, 1999, 2005). Nas estruturas sintático-lexicais de Hale e Keyser (nível sintático-lexical), a raiz é um elemento pertencente a alguma categoria gramatical.

Seguindo a hipótese das autoras, a sintaxe lexical de Hale e Keyser (2002) pode funcionar como uma hierarquização dos argumentos semânticos, de forma a fazer a interface da semântica lexical com a sintaxe propriamente dita, a sintaxe sentencial. Ou seja, assumindo as estruturas de Hale e Keyser (2002) em composição com as estruturas de decomposição de predicados, Cançado e Godoy (2010) estão apresentando uma proposta de mapeamento sintático. Ainda, o mapeamento entre a semântica e a sintaxe se dá de uma forma “muitos-para-um”. Se o ponto de convergência das duas estruturas é a raiz, expressa na semântica por categorias ontológicas e na sintaxe por categorias gramaticais, é evidente que teremos várias classes semânticas associadas a uma única estrutura sintático-lexical, pois há mais categorias ontológicas do que categorias gramaticais.

### 3.1. A estrutura semântico-lexical

Rappaport-Hovav e Levin (2010) assumem que existem verbos que têm como parte de seu significado a especificação do processo de um estado resultante, os chamados “verbos de resultado”; e existem verbos que têm como parte de seu significado a especificação da maneira de como uma ação ocorre, os chamados “verbos de maneira”. Essa distinção é gramaticalmente relevante, já que os verbos de resultado e os verbos de maneira diferem na realização de suas estruturas argumentais.





Os verbos aqui tratados são classificados como verbos de resultado, ou mais especificamente, como verbos de mudança de estado.

Para os verbos que nomeamos causativos, os do tipo *quebrar*, as autoras propõem a seguinte estrutura semântica:

(38) *v*: [[X ACT] CAUSE [Y BECOME <STATE>]]

A estrutura inteira representa a contraparte causativa dos verbos de mudança de estado e a estrutura encaixada [Y BECOME <STATE>] representa a contraparte incoativa desses verbos. Na estrutura em (38), ACT, CAUSE e BECOME são predicados primitivos, X e Y são os argumentos de cada um desses predicados (o “agente” e o “paciente”, respectivamente) e o que está entre colchetes angulados é a chamada “constante” (Levin e Rappaport-Hovav, 1998) ou “raiz” (Levin e Rappaport-Hovav, 2005), que representa o sentido idiossincrático de cada verbo. Apesar de veicularem um sentido idiossincrático, as raízes podem ser classificadas quanto a determinados tipos ontológicos. A coincidência terminológica da palavra “raiz” nas propostas de Levin e Rappaport-Hovav e Hale e Keyser não é gratuita. As autoras entendem as estruturas de Hale e Keyser como uma “versão sintática” da decomposição de predicados.

Além de verbos do tipo em (38) expressarem uma mudança de estado, Cançado (2010) propõe que esses verbos devem ser decompostos como em (39) abaixo, em que X é uma força externa, como um agente, um instrumento ou mesmo uma eventualidade, Y é a entidade afetada e STATE é o elemento idiossincrático do significado, a raiz:

(39) *v*: [[X (ACT)] CAUSE [Y BECOME <STATE>]]

A representação semântica em (39) difere da de Levin e Rappaport-Hovav, em (38), porque especifica um pouco mais o evento. Cançado propõe que esses verbos apresentam o predicado ACT apenas opcionalmente, porque se X for o agente volicional da ação, isso não está marcado lexicalmente no verbo, mas no nível sentencial, com a presença de um modificador relacionado ao sujeito:





- (40) a. João quebrou o vaso.  
b. João quebrou o vaso deliberadamente.

A interpretação agentiva irá depender da composição, na sintaxe sentencial, do sujeito com um modificador que expresse volição. Essa diferença semântica acarretará relevantes diferenças para as projeções da estrutura sintático-lexical, pois verbos que acarretam um agente lexicalmente, mesmo sendo uma causa externa, não aceitam a alternância causativa. Entretanto, a possibilidade de verbos desse tipo aceitarem como sujeito tanto um agente, como uma causa está marcada na própria estrutura de predicados dos verbos que compõem essa classe, pois nem todos verbos que denotam mudança de estado apresentam essa possibilidade. Portanto, é relevante fazer essa distinção.

Já para os verbos que chamamos incoativos, os do tipo *apodrecer*, Rappaport\_Hovav e Levin (2009) propõem a seguinte estrutura:

- (41) [X <STATE>]

A estrutura acima apenas associa um argumento a uma raiz que pertence à categoria ontológica dos estados, que é também o sentido idiossincrático dos verbos. Entendemos também que essa representação perde uma importante característica desses verbos que é a denotação da mudança de estado, com a presença do predicado primitivo BECOME. Ainda, podemos também marcar na estrutura semântica, assim como fizemos para os verbos causativos, a possibilidade de ser inserida um desencadeador<sup>7</sup> indireto na sua estrutura de predicados, ou seja, verbos da classe dos incoativos têm marcada na sua estrutura semântica, essa característica. Propomos, então, a seguinte estrutura de predicados para os verbos incoativos:

<sup>7</sup> É importante realçar a diferença entre o predicado primitivo CAUSE e o papel temático cause, conforme Parsons (1990) chama a atenção. Apesar de os nomes se sobreporem, o predicado expressa uma relação entre dois subeventos e o papel temático expressa a relação entre um argumento e seu predicador. Por isso, adoto o nome de desencadeador para o papel temático, evitando assim essa confusão terminológica.





(42) *amadurecer*: ([X] CAUSE) [Y BECOME <MADURO>]

Na estrutura em (42), *X* é interpretado como uma eventualidade que pode ser acrescentada ao verbo, em um processo de causativização, ou seja, esse desencadeador indireto não é inerente ao verbo. Ainda, a estrutura mostra a mudança de estado pela qual passa o argumento *Y*. Teríamos, então, a seguinte paráfrase:

(43) Pode existir um eventualidade *X* que causa (motiva) o *Y* ficar maduro.

Retomando as duas estruturas em (39) e (40), podemos agora fundamentar a nossa proposta de diferenciação entre as classes de verbos causativos e incoativos:

(44) *quebrar*: [[X (ACT)] CAUSE [Y BECOME <QUEBRADO>]]

(45) *amadurecer*: ([X] CAUSE) [Y BECOME <MADURO>]

A partir das estruturas acima, fica claro que a diferença que diz respeito ao tipo de estado dos argumentos internos está exclusivamente no sentido idiossincrático de cada verbo, ou seja, as propriedades lexicais inerentes dos adjetivos *maduro* e *quebrado*. Portanto, essa distinção não pode ser captada pela estrutura de predicados, de uma forma mais específica. Entretanto, ter esse sentido específico acarreta distintos predicados primitivos. Os verbos do tipo *quebrar* têm uma CAUSE como predicado primitivo de sua estrutura e permitem ao argumento externo ser um agente ou um desencadeador. Os verbos do tipo *amadurecer* não têm o predicado CAUSE marcado na sua estrutura como sendo uma característica inerente do verbo. Entretanto, indicam a possibilidade de terem inseridos em sua estrutura semântica um desencadeador indireto, ou seja, um *X* que denote simplesmente uma eventualidade. Essa diferença é marcada morfológicamente no PB: verbos que têm CAUSE como predicado primitivo, quando é projetada somente a parte incoativa, são marcados morfológicamente com o clítico *se*. Ainda, verbos que tem

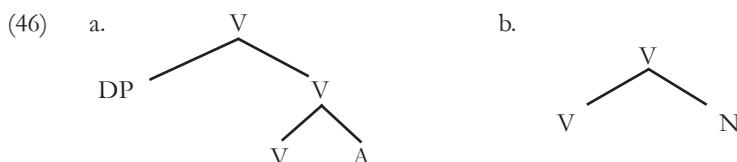


o predicado ACT como uma possibilidade de ocorrência apresentam a passivização e a indeterminação.

Vejamos, então, como essas estruturas serão projetadas na sintaxe.

### 3.2.A estrutura sintático-lexical

Hale e Keyser (1993, 2002) propõem a existência de uma sintaxe no léxico, cujas estruturas (diagramas arbóreos) são as próprias estruturas argumentais dos itens lexicais. Os autores sugerem quatro estruturas sintático-lexicais para representar a estrutura argumental dos diferentes verbos. Vamos mostrar aqui somente as estruturas propostas para os intransitivos, os inergativos e os inacusativos:



Em (46a), temos a estrutura dos verbos deadjetivais, como *clear* ou dos verbos tipo *break*, que projetam um Spec e cuja raiz é de natureza A (adjetivo). A posição de Spec é a do argumento interno; o argumento externo não é representado nesta estrutura, pois não pertence à estrutura argumental dos verbos. O argumento externo faz parte da estrutura sintático-sentencial, a sintaxe propriamente dita.

Em (46b), temos a estrutura sintático-lexical de verbos inergativos, como *laugh*. A raiz desses verbos (em posição de complemento de V) é de natureza gramatical N (nome) e não projeta um Spec para o verbo; esses verbos não têm argumento interno. A presença de um argumento interno em posição de Spec de V é o que determina a possibilidade de o verbo alternar entre uma forma intransitivo-incoativa e uma transitivo-causativa. Na sintaxe sentencial de verbos cuja estrutura sintático-lexical é (46a), o argumento interno pode ou ser alçado para a posição

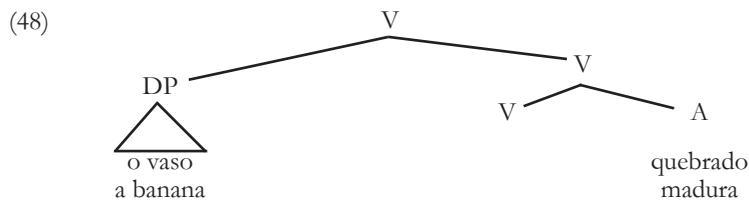


de sujeito, formando uma sentença intransitiva, ou ocupar a posição de objeto, na presença de um argumento externo. Por outro lado, na estrutura sintático-lexical de verbos que não projetam um Spec, como em (46b), não há um argumento que possa ser alternado.

Vejam, então, como as classes dos verbos causativos e incoativos devem ser projetadas nessas estruturas. Apesar de termos proposto a divisão dos verbos que denotam mudança de estado em dois subtipos distintos, essa divisão não acarretará duas estruturas sintático-lexicais distintas. Vimos que essa divisão é pertinente para algumas propriedades morfossintáticas (passivização, indeterminação e marcação com o clítico *se*). Entretanto, essas diferenças dizem respeito ao argumento externo das três subclasses; com relação ao argumento interno, a estrutura de predicados é sempre a mesma, e é essa a subestrutura relevante para a análise sintático-lexical de Hale e Keyser:

(47) [Y BECOME <STATE>]

A raiz semântica dos verbos de mudança de estado pertence à categoria ontológica dos estados; essa informação é projetada na sintaxe lexical do verbo como um adjetivo<sup>8</sup>. A estrutura argumental proposta para esses verbos consiste em dois componentes estruturais: uma raiz (A) e um verbo hospedeiro (V). O componente verbal toma um complemento, realizado aqui como a raiz que, por ser um adjetivo, requer um Spec:



<sup>8</sup> Estamos assumindo que o particípio que tem valor adjetival será projetado na mesma estrutura dos verbos deadjetivais.





A presença do Spec de V licencia a possibilidade de um argumento alternante. Essa estrutura sintático-lexical, portanto, prevê a ocorrência da alternância intransitivo/transitiva, como constatado nos nossos exemplos. Se o processo semântico é uma causativização ou uma incoativização, ou se existe a inserção do clítico *se*, esses fatores não serão relevantes para a estrutura argumental sintático-lexical. Por isso, propomos que sintaticamente as duas classes são idênticas: são verbos intransitivos, quando seu argumento interno é alçado para a posição de argumento externo, ou podem apresentar a alternância transitiva, quando seu argumento interno fica na posição original e é inserido um argumento externo na sintaxe sentencial.

## Considerações finais

Vimos neste artigo que existe uma classe de verbos classificada como verbos de mudança de estado que pode ser classificada como verbos que denotam [FICAR ADJ] (por exemplo, para os verbos *quebrar* e *amadurecer* temos: *ficou quebrado/amadurecido*). Entretanto, em uma análise semântica mais fina, mostrou-se relevante, do ponto de vista sintático e semântico, subdividir essa classe em duas.

Assumimos que entre os verbos inacusativos, verbos que são considerados, em geral, verdadeiramente intransitivos, existem verbos que não são monoargumentais, por acarretarem um lugar ou uma trajetória: *cair no chão*, por exemplo. Esses verbos não são tratados aqui, assim como verbos inacusativos que não acarretam [FICAR ADJ] e nem permitem a alternância causativa: os verbos do tipo *nascer*, por exemplo. Feita essa triagem, chamamos os verbos inacusativos que são monoargumentais, acarretam [FICAR ADJ] e permitem uma contraparte causativa, de verbos incoativos.





Ainda, mostramos que existem evidências semânticas e sintáticas que motivam a separação dos verbos de mudança de estado em duas subclasses: a dos verbos causativos (*quebrar*) e a dos verbos incoativos (*amadurecer*). Primeiramente, os verbos incoativos possuem um argumento interno semanticamente distinto, além da denotação de mudança de estado: existem propriedades inerentes que autorizam o processo a se efetivar, sendo essas propriedades até comparadas a uma causa interna ao processo. Essa natureza do argumento interno restringe o tipo de argumento externo que pode ser inserido na estrutura causativa: esses verbos não aceitam agentes na posição de argumento externo, aceitando somente causas indiretas nessa posição. Isso leva a uma importante restrição sintática: essa classe de verbos não aceita a passivização e a indeterminação, propriedades típicas de verbos que aceitam agente como argumento externo. E, por último, a classe dos verbos incoativos não aceita a marca morfológica *se*, na sentença intransitiva, fato comum aos verbos causativos. Isso se deve ao fato de que esses verbos não trazem em sua estrutura semântica o predicado primitivo CAUSE, enquanto os verbos causativos, por apresentarem esse predicado em sua estrutura semântica, ao serem incoativizados, perdem esse predicado, aparecendo assim a marcação morfológica.

Feita essa distinção, propomos que os verbos incoativos sofrem um processo de causativização e os verbos causativos sofrem um processo de incoativização, o que é diferente de assumir que existem verbos basicamente transitivos e intransitivos, pois essa diferença semântica não será relevante para a projeção na estrutura sintático-lexical e, conseqüentemente, para a estrutura sentencial. Vimos que essa divisão é pertinente para algumas propriedades morfossintáticas (passivização, indeterminação e marcação com o clítico *se*). Entretanto, essas diferenças dizem respeito ao argumento externo das três subclasses; com relação ao argumento interno, a estrutura de predicados é sempre a mesma, e é essa a subestrutura relevante para a análise sintático-lexical aqui proposta.





## Referências

ALEXIADOU, A.; ANAGNOSTOPOULOU, E.; SCHÄFER, F. **The properties of anticausatives crosslinguistically.** In: FRASCARELLI, Mara (org.). *Phases of Interpretation.* Berlin: Mouton, 2006. p. 187-211.

AMARAL, L. **A Causativização de verbos inacusativos.** Relatório Final de Iniciação Científica – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2009.

BAKER, M. **Incorporation: A Theory of Grammatical Function Changing.** Chicago: University of Chicago Press. 1988.

CANÇADO, M. **Argumentos: Complementos e Adjuntos.** Alfa: Revista de Linguística. São Paulo, v. 53, n.1, p. 35-59, 2009.

\_\_\_\_\_. **Verbal alternations in Brazilian Portuguese: a lexical semantic approach.** *Studies in Hispanic and Lusophone Linguistics*, v. 3, n.1, 2010.

CANÇADO, M.; GODOY, L. 2010. **Representação lexical de classes verbais do PB.** Manuscrito apresentado na UFRJ, março de 2010 e na UFRGS, abril de 2010. Disponível em: <<http://www.lettras.ufmg.br/nucleos/nupes>>

CHIERCHIA, G. **A semantics for unaccusatives and its syntactic consequences.** In: ALEXIADOU, ANAGNOSTOPOULOU e EVERAERT, eds.. *The unaccusativity puzzle,* Oxford: Oxford University Press. 2004. p. 22-59.

CHOMSKY, N. **The Minimalist Program.** Cambridge (MA): MIT Press. 1995.





CIRÍACO, L. **A Alternância Causativo/Ergativa no PB: restrições sintáticas e semânticas.** Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais. 2007.

CORRÊA, R.; CANÇADO, M. **Verbos de trajetória no PB: uma descrição sintático-semântica.** Revista de Estudos da Linguagem, 14 (2): 371- 404, 2006.

DOWTY, D. **Thematic proto-roles and argument selection.** Language, Baltimore, v. 67, n. 3, p. 547-619, 1991.

GODOY, L. Em prep. **A construção reflexiva e as classes verbais no PB.** Tese (Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais.

GRIMSHAW, J. **On the Lexical Representation of Romance Reflexive Clitics.** In: BRESNAN, J. ed., *Mental Representations of Grammatical Relations.* Cambridge (Mass.): MIT Press. 1982.

HALE, K.; KEYSER, S. **On Argument Structure and the Lexical Expression of Syntactic Relations.** In: HALE K.; KEYSER, S. eds., *The View from Building 20.* Cambridge (Mass.): MIT Press. 1993. p. 53-109.

\_\_\_\_\_. **Prolegomenon to a Theory of Argument Structure.** Cambridge (Mass.): MIT Press. 2002.

JACKENDOFF, R. **Semantic structures.** Cambridge (Mass.): MIT Press. 1990.

KAYNE, R. **French Syntax: The Transformational Cycle.** Cambridge (Mass.): MIT Press. 1975.

KEMMER, S. **The Middle Voice.** Amsterdam: John Benjamins Publishing Company. 1993.





KOONTZ-GARBODEN, A. **Anticausativization**. *Natural Language and Linguistic Theory*, n. 27, p. 77-138, 2009.

LEVIN, B. **English verb classes and alternations**. Chicago: The University of Chicago Press. 1993.

\_\_\_\_\_. **“Further Explorations of the Landscape of Causation: Comments on the Paper by Alexiadou and Anagnostopoulou”**, *Proceedings of the Workshop on Greek Syntax and Semantics*, MIT Working Papers in Linguistics 49, Department of Linguistics and Philosophy, MIT, Cambridge, Mass., 2009. p. 239-266.

LEVIN, B.; RAPPAPORT-HOVAV, M. **Unaccusativity: at the syntax-lexical semantics interface**. Cambridge: MIT Press. 1995.

\_\_\_\_\_. **Building verb meanings**. In: BUTT, M; GEUDER, W. (eds.) **The projection of arguments: lexical and compositional factors**. Stanford: CSLI Publications. 1998.

\_\_\_\_\_. **Objecthood: an event structure perspective**. In: *CLS*, n. 35, v. 1: the main session. 1999.

\_\_\_\_\_. **Argument Realization**. Cambridge: Cambridge University Press. 2005.

MALDONADO, R. **A Media Voz**. México: Universidade Nacional Autónoma de México. 1999.

PARSONS, T. **Events in the Semantics of English: a study in subatomic semantics**. *Currents Studies in Linguistic Series: 19*. Cambridge: MIT Press. 1990.

PERLMUTTER, D. **Impersonal passives and the Unaccusative Hypothesis**. *Berkeley Linguistics Society* 4, 1978. p.157-189.





MÁRCIA CANÇADO E LUANA AMARAL

RAPPAPORT-HOVAV, M.; LEVIN, B. **Reflections on Manner/Result Complementarity**, in DORON, E.; RAPPAPORT-HOVAV, M., and SICHEL, I. eds., **Syntax, Lexical Semantics, and Event Structure**, Oxford University Press, Oxford, UK, 2010. p. 21-38.

REINHART, T.; SILONI, T. **The lexicon-syntax parameter: reflexivization and other operations**. *Linguistic Inquiry*, v. 63, n. 3, 2005.

RIBEIRO, P. **A Alternância Causativa no Português do Brasil: A Distribuição do Clítico *se***. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2010.





# CAUSATIVAS SINTÉTICAS NO DIALETO MINEIRO: NOVAS EVIDÊNCIAS A FAVOR DA ESTRUTURA BIPARTIDA DO VP?

Yara Rosa Bruno da SILVA

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC - MG)

## RESUMO

*Este artigo pretende discutir a formação das orações causativas no português do Brasil, especialmente as orações causativas sintéticas. Esperamos mostrar que elas equivalem, no fim das contas, a predicados complexos, isto é, são evidências a favor da formação v-VP. Também assumimos neste trabalho que a estrutura causativa sintética é formada por uma operação sintática denominada conflation, na qual a matriz fonológica de um núcleo  $X^0$  é transferida para o núcleo  $v^0$  (verbo leve). Neste sentido, os verbos inergativos constituem uma classe especial, visto que, contrariando a proposta de Hale e Keyser, podem sim ser causativizados e figurar em orações causativas sintéticas.*

## ABSTRACT

*This paper intends to discuss the formation of the causative sentences in Portuguese, specially the synthetic causative sentences. We expect to show that they are complex predicates, that is, they are evidence of v-VP formation. We also assume that a morphological causative structure is formed by an operation called conflation where the phonological matrix of a head  $X^0$  is transferred to the light verb. In this sense, unergative verbs constitute one special verb class, since they can appear in causatives sentences; although Hale e Keyser affirm it is not possible.*

## PALAVRAS-CHAVE

*Causativas. Inergativos. Predicados complexos.*

## KEY-WORDS

*Causative sentences. Complex predicates. Unergatives.*

© Revista da ABRALIN, v.9, n.2, p. 149-171 jul./dez. 2010





## Introdução

Este artigo tem por objetivo central discutir a formação das orações causativas sintéticas no português do Brasil (doravante PB), em especial no dialeto mineiro, a fim de trazer evidências a favor da estrutura bipartida do VP. Será feita uma análise das causativas sintéticas oriundas de verbos inergativos a fim de motivar a estrutura bipartida do VP. Vale dizer que, neste trabalho, o objeto é estudado à luz de pressupostos teóricos da Gramática Gerativa, destacando-se a proposta teórica apresentada por Hale e Keyser (1993, 2002) e a interface sintaxe-semântica abordada por Márcia Cançado (2003). Antes, porém, julgo necessário explicitar o que vem a ser uma oração causativa sintética. Para tanto, necessito, primeiramente, comentar a formação das causativas analíticas.

Trabalhos recentes [cf. Bittencourt (1995; 2001), Guasti (1997)<sup>1</sup>, dentre outros], no âmbito da linguística descritiva e teórica, vêm mostrando que as causativas analíticas diferem das causativas sintéticas pelo fato de que aquelas exibem, no componente sintático, um verbo de natureza causativa, o qual coocorre com um verbo lexical, conforme os exemplos a seguir.

### Verbo causativo

- (1) A professora  $\overbrace{\text{ fez }}^{\text{causativo}}$  o menino copiar o exercício. (analítica)
- (2) A chuva forte fez o barraco cair. (analítica)
- (3) O remédio fez a criança dormir. (analítica)

<sup>1</sup> Conforme Guasti (1997:124), “we call causatives of types found in English analytical causatives, since the causative verb and the verb in the complement are two independent words. In some languages, we find morphological causatives. These are obtained by morphologically combining a verb root expressing some event with a bound morpheme - the causative affix”. Já conforme Bittencourt (2001:171), “(...) as causativas sintéticas envolvem um acontecimento e um “tema causado” paciente; as analíticas, dois acontecimentos e um “tema causado” agente, ou experienciador”.





Diferentemente das causativas analíticas, as causativas sintéticas não apresentam em sua estrutura interna o verbo causativo realizado na sintaxe visível. Uma possibilidade de análise seria assumirmos que esse verbo, embora muitas vezes não esteja realizado explicitamente na morfossintaxe, está lá em um nível de representação abstrata, atuando conjuntamente com o verbo lexical, denotando assim que o evento realiza-se em duas etapas, conforme sugerem os exemplos a seguir:

- (4) (a) Ela viajou o noivo pro Rio e caiu na gandaia  
 + Desenc. + Desenc.  
 + Controle + Controle  
 - Afet + Afet
- (b) O noivo viajou para o Rio  
 + Desenc.  
 + Controle  
 + Afet

- (5) (a) Espera um pouco que eu subo você aí  
 + Desenc. + Desenc.  
 + Controle + Controle  
 - Afet + Afet
- (b) Você sobe aí  
 + Desenc.  
 + Controle  
 + Afet

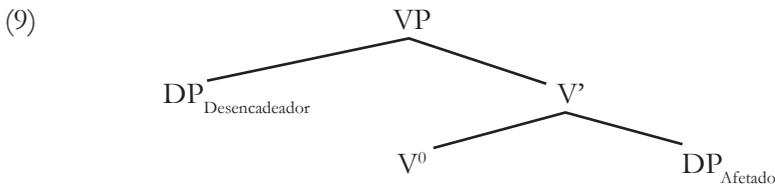
- (6) (a) Esse desgraçado desse presidente dançou muita gente  
 + Desenc. + Desenc.  
 + Controle + Controle  
 - Afet + Afet
- (b) Muita gente dançou.  
 + Desenc.  
 + Controle  
 + Afet



CAUSATIVAS SINTÁTICAS NO DIALETO MINEIRO: NOVAS EVIDÊNCIAS A FAVOR DA ESTRUTURA BIPARTIDA DO VP?

- (7) (a) O pai casou a filha com um negociante  
 +Desenc. + Desenc.  
 + Controle + Controle  
 - Afet + Afet
- (b) A filha casou.  
 +Desenc.  
 + Controle  
 + Afet
- (8) (a) A mãe mudou os meninos de escola  
 +Desenc. + Desenc.  
 + Controle + Controle  
 - Afet + Afet
- (b) Os meninos mudaram de escola  
 + Desenc.  
 + Controle  
 + Afet

Notem que os exemplos de (4a) a (8a) têm em comum o fato de originarem-se a partir de verbos inergativos e o fato de denotarem uma predicação complexa, constituída por mais de um evento. Adicionalmente, observa-se que tais construções licenciam mais de um DP com o mesmo papel temático, mais precisamente com o papel temático de desencadeador<sup>2</sup>. Este fato coloca um sério problema para as teorias da predicação que prevêem apenas um lugar para DP<sup>s+Desencadeador</sup> em predicados transitivos. Em geral, este lugar equivale à posição de Spec-VP, conforme ilustra a configuração sintática (9), a seguir:



<sup>2</sup> Neste trabalho, acompanhando Cançado (2003), optei por usar a terminologia *Desencadeador* ao invés de *Agente* para me referir ao papel temático.

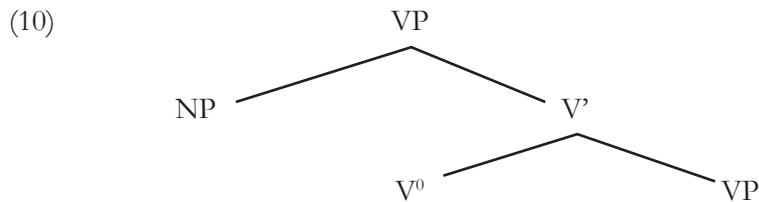




Vejam que a estrutura VP simples apresentada em (9) é insuficiente para alocar os dois DPs com as propriedades temáticas de desencadeador arrolados nos exemplos de (4a) a (8a). A razão é simples: a estrutura VP simples só prevê uma posição de desencadeador para os verbos transitivos de ação. Como alojar, então, estes dois DPs numa estrutura transitiva que prevê apenas uma posição para DPs contendo papel- $\theta$  de [+ desencadeador]? Mais ainda: como explicar a ocorrência de dois DPs com papéis temáticos semelhantes sem ferir o critério temático?

## 1. A proposta de Hale e Keyser

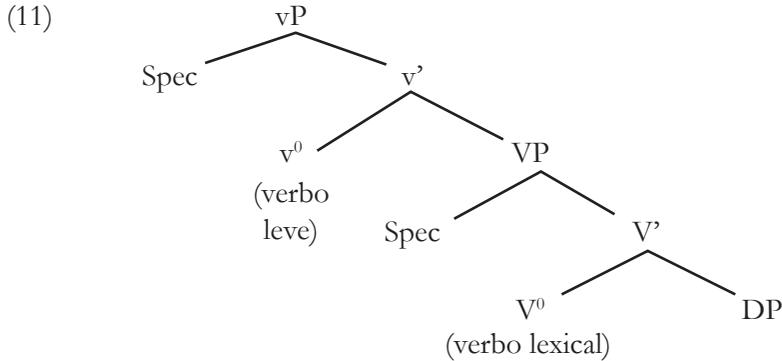
Hale e Keyser (1993, 2002) propõem que os verbos têm uma estrutura argumental complexa. Cada núcleo lexical projeta sua categoria para um nível sintagmático acima e determina nessa projeção um sistema não ambíguo de relações estruturais entre o núcleo, suas projeções categoriais e seus argumentos (especificador e complementos)<sup>3</sup>. Assim, categorias lexicais como V, P, N e A projetam níveis de projeções máximas XPs, como é a situação do núcleo  $V^0$  em (10).



Segundo Hale e Keyser (1993), tal estrutura é complexa porque envolve dois VPs. O mais baixo tem como núcleo um verbo lexical  $V^0$ ; já o VP superior tem como núcleo um verbo leve  $v^0$ , de natureza causativa, como mostrado em (11).

<sup>3</sup> Conforme Hale e Keyser (1993:53), “(...) each lexical head projects its category to a phrasal level and determines within that projection an unambiguous system of structural relations holding between the head, its categorial projections, and its arguments (specifier, if present, and complement)”.





O verbo leve pode vir realizado fonologicamente na estrutura sintática, como nas causativas analíticas, ou pode não vir realizado fonologicamente, como nas causativas sintéticas.

Hale e Keyser (1993) propõem ainda que um núcleo pode se incorporar a outro formando um composto que, por sua vez, pode se incorporar a outro núcleo, e assim sucessivamente. Numa operação sintática chamada *Conflation*<sup>4</sup>, a matriz fonológica do complemento é transferida para o núcleo de v, o verbo leve.

A estrutura argumental complexa pode ser gerada a partir de múltiplas operações *Conflation*<sup>5</sup>, a saber:

v→N	aqui temos formação de verbos denominais;
v→V→P→N	aqui temos a formação de verbos de lugar;
v→V→A	aqui temos a formação de verbos deadjetivais;
v→V	aqui temos a formação de verbos causativos a partir de outro verbo não causativo.

<sup>4</sup> Hale e Keyser (2002:4): “conflation is a term that we use to refer to the phonological instantiation of light verbs in denominal verb constructions (...) the verb ends up carrying the phonological matrix of the nominal complement.”

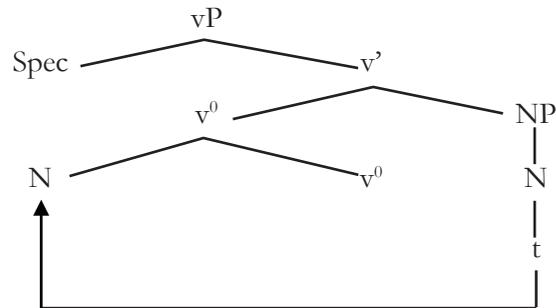
<sup>5</sup> O termo “conflation” pode ser traduzido para o português como “conflação”. Entretanto, neste trabalho, decidi manter o termo tal como no inglês.





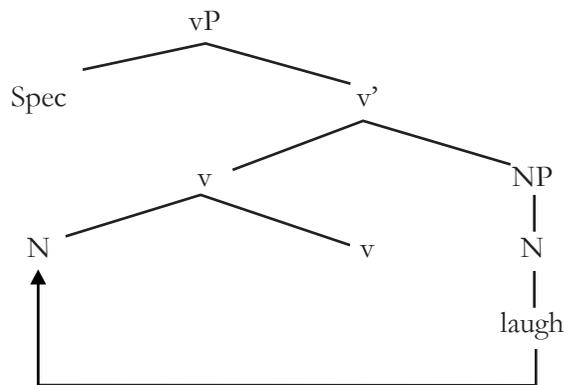
Nesta perspectiva, os ditos verbos inergativos, por exemplo, são denominais, no sentido de que são formados pela operação de *Conflation* do núcleo  $N^0$  ao núcleo de  $v$  que o seleciona, como demonstra a representação em (12).

(12)



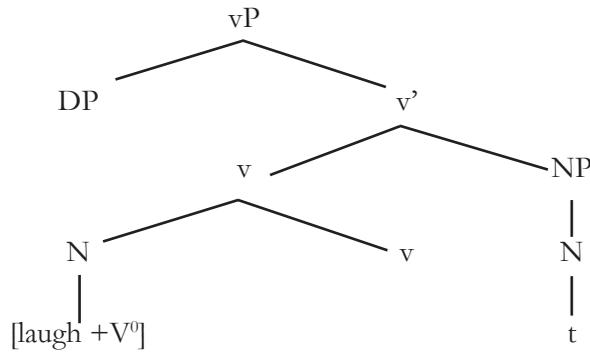
Verbos como *laugh*, *sneeze* e *dance* são formados pela operação de *Conflation* ilustrada em (13).

(13) a)





(13) b)



Vemos, nas estruturas em (13), que o núcleo  $N^0$  se move para a posição de núcleo de  $v$  a fim de que sua matriz fonológica seja transferida para núcleo de  $v^0$ . Esse movimento, que é um tipo de operação variante de *Mover- $\alpha$* , se conforma ao princípio que restringe o processo de incorporação sintática, mais precisamente a restrição de movimento de núcleo, *The Head Movement Constraint*,<sup>6</sup> segundo a qual um núcleo  $X^0$  só pode se mover para a posição do núcleo  $Y^0$  que o rege.

A proposta do VP complexo apresentada por Hale e Keyser (1993, 2002) permite-nos explicar a formação das causativas sintéticas no PB bem como alocar os dois DPs [+Desencadeador] na representação da estrutura argumental. Entretanto, restaria ainda saber a posição que cada DP ocuparia na configuração. Tendo em vista esse problema, lanço mão da proposta teórica apresentada por Cançado (2003).

## 2. Hierarquia temática: a proposta de Cançado

A proposta de Hierarquia temática apresentada por Cançado (2003, 2005) tem como motivação mais geral expressar as generalizações sobre a ordem dos argumentos em um predicador: os argumentos mais baixos na hierarquia são compostos semanticamente antes com o predicador do que os argumentos correspondentes a papéis mais altos.

<sup>6</sup> The Head Movement Constraint: an  $X^0$  may only move into the  $Y^0$  that properly governs it.





O Princípio é construído não pelos papéis temáticos em si, mas pelas propriedades semânticas que os compõem. No modelo apresentado por Cançado não são os papéis temáticos que fazem parte da hierarquia, mas as propriedades semânticas que compõem esse papel. Ela define papéis temáticos como sendo um grupo de propriedades semânticas derivadas dos acarretamentos da proposição em que esse papel se encontra.

O papel temático de um argumento, ou seja, a função semântica que determinado argumento exerce em uma sentença, é definido como sendo o grupo de propriedades atribuídas a esse argumento a partir das relações de acarretamentos estabelecidas por toda a proposição em que esse argumento encontra-se. (CANÇADO, 2005:5)

Para ilustrar a proposta de Cançado, notem o seguinte exemplo:

(14) João quebrou o vaso com o martelo

O papel temático atribuído a *João* é o grupo de propriedades semânticas atribuídas a *João*, estabelecidas pelos acarretamentos decorrentes da proposição *João quebrar vaso com o martelo*. Ou seja, se é verdade que *João quebrou o vaso com o martelo*, então, é necessariamente verdade que *João*:

- tem controle sobre o desencadeamento do processo;
- teve intenção de quebrar o vaso;
- e, conseqüentemente, é animado;
- usou um instrumento para tal ação; etc.





A autora assume, pois, que o papel temático do argumento *João* na sentença em (14) é o grupo de propriedades acima. Em um estudo empírico, Cançado observou que as propriedades semânticas mais relevantes se resumem em quatro: desencadeador, afetado, estativo e controle; sendo que um mesmo argumento pode ter mais de uma propriedade semântica. De modo que nomenclaturas tais como Agente e Paciente são substituídas por Desencadeador e Afetado, abarcando as propriedades semânticas mais relevantes. Deste modo, o mesmo argumento pode ter mais de uma propriedade semântica, sendo o papel temático o conjunto delas. Assim, os dois DPs [+Desencadeador] em (15) abaixo, não representam problema para a teoria.

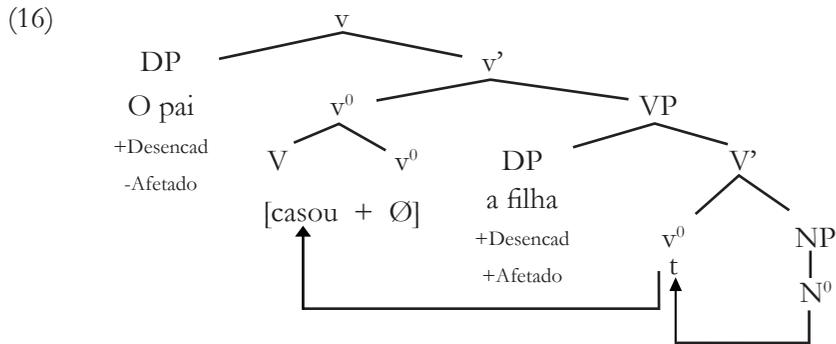
- |      |                 |       |                 |
|------|-----------------|-------|-----------------|
| (15) | O pai           | casou | a filha.        |
|      | + Desencadeador |       | + Desencadeador |
|      | - Afetado       |       | + Afetado       |

Tal proposta não violaria o Critério- $\theta$ , já que, como mostra (15), os DPs nunca teriam *exatamente* as mesmas propriedades semânticas – pelo menos uma propriedade seria peculiar ao DP. Sendo assim, cada grupo de propriedades semânticas que compõe um papel temático é único.

Segundo Cançado, “desencadeador é somente uma propriedade que pode ser associada a outras propriedades, em um grupo específico de propriedades, chamado papel temático”.

Na abordagem da referida autora, argumentos com propriedade semântica [+ Desencadeador] ocupam uma posição mais alta na Hierarquia Temática, mas argumentos com a propriedade [+ Afetado] ocupam a posição mais baixa, como se vê em (16).





Assim, adotando a definição de que papéis temáticos são feixes de propriedades semânticas, a ocorrência dos dois DPs [+Desencadeador] nas orações causativas sintéticas deixa de ser um problema. Ademais, ao considerar que DPs com a propriedade semântica [+Afetado] ocupam sempre uma posição mais baixa na hierarquia temática, fica fácil alocar os dois DPs nas causativas sintéticas: aquele que tiver a propriedade [+Afetado] deverá ocupar a posição de Spec do VP mais baixo.

### 3. Aplicando as hipóteses de Hale e Keyser e de Cançado aos dados do PB

#### 3.1. Motivando dois núcleos $v^0$

Começemos, então, por testar como a proposta de Hale e Keyser (1993) se comporta frente aos dados do PB. Para tanto, observemos as seguintes sentenças, extraídas de Hale e Keyser (1993:74):

- (17) (a) \*The clown laughed the child.  
 (b) \*The alfalfa sneezed the colt.  
 (c) \*We'll sing Loretta this evening.  
 (d) \*Good feed calved the cows early.





Para os autores, as sentenças em (17) são agramaticais e revelam que verbos inergativos, pelo menos no inglês, não podem aparecer como complementos do verbo leve, na estrutura argumental. Mais precisamente, a causativização de inergativos não é uma operação muito produtiva na língua inglesa<sup>7</sup>. Acontece que essa intuição não se aplica plenamente quando averiguamos os dados do PB, uma vez que sentenças como as de (18) abaixo mostram que verbos inergativos podem sim aparecer como complementos de  $v^0$  no português, apontando para o fato de que a causativização de inergativos é sim uma operação produtiva no PB, o que de certa maneira contradiz o assumido pela teoria desenvolvida por Hale e Keyser (1993) que toma como base a língua inglesa:

- (18) (a) Eu almocei os meninos e depois levei eles pra escola.  
(b) O pai casou a filha com um negociante.  
(c) O pai estudou os dez filhos.  
(d) A professora correu o menino pra fora da sala.  
(e) A diretoria do Atlético estreou Éder.  
(f) Ela viajou o noivo pro Rio e caiu na gandaia.

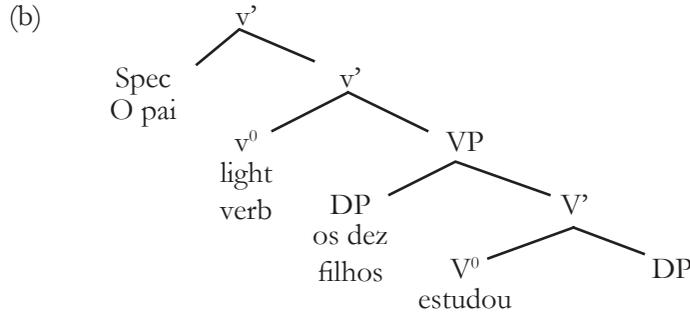
O fato curioso aqui é que Hale e Keyser (1993;2002) não preveem duas posições de agente nem supõem que verbos inergativos possam se causativizar, como mostram os dados do português em (18) acima. Tomando por base esses fatos, assumirei que a sentença (18c), repetida abaixo como (19a), terá a estrutura argumental tal como apresentada em (19b).

<sup>7</sup> Hale e Keyser (1993:74,75) argumentam que “unergative verbs cannot appear as complements of V in LRS representations – that is, an unergative may not appear in the lexical syntactic ‘causative’ construction”.





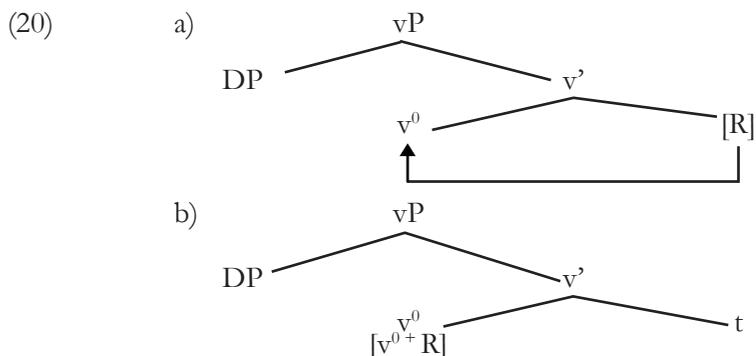
(19) (a) O pai estudou os dez filhos.



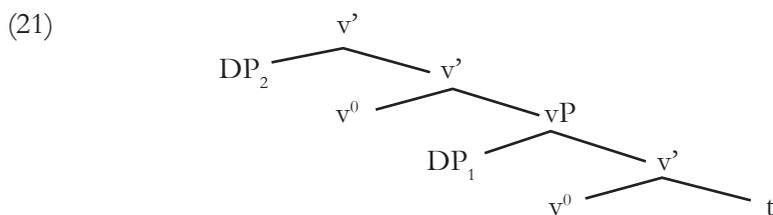
Notem que a estrutura acima deixa claro que a proposta de Hale e Keyser (1993) não se aplica plenamente aos dados português, visto que evidencia que os verbos inergativos podem sim vir como complementos do verbo leve. Em suma, o que os dados da língua portuguesa deixam claro é a que hipótese de que inergativos não se causativizam não se confirma plenamente no PB, tal como ocorre na língua inglesa, uma vez que verbos inergativos podem sim figurar numa construção causativa. A estrutura v-VP proposta por Hale e Keyser não prevê essa ocorrência nem é capaz de explicá-la. Isso nos leva, então, a propor que, quando inergativos se causativizam, a estrutura vP terá de ser expandida para alocar os dois  $DPs_{\text{Desencadeador}}$ . Isso nos leva, então, a propor que, quando inergativos se causativizam, a estrutura vP terá de ser expandida para alocar os dois  $DPs_{\text{Desencadeador}}$ . A consequência direta disso para a nossa análise é que teremos de lançar mão de uma estrutura vP ainda mais articulada para acomodar as construções em que os inergativos se causativizam. Por isso proporei que a estrutura argumental dos verbos inergativos, quando causativizados, é modificada. Num primeiro momento, a raiz N, que origina o inergativo, entrará numa operação de *conflation* com  $v^0$ .



A consequência direta disso para a nossa análise é que teremos de lançar mão de uma estrutura vP ainda mais articulada para acomodar as construções em que os inergativos se causativizam. Por isso proporei que a estrutura argumental dos verbos inergativos quando causativizados é modificada. Num primeiro momento, a raiz N, que origina o inergativo, entrará numa operação de *conflation* com v<sup>0</sup>.



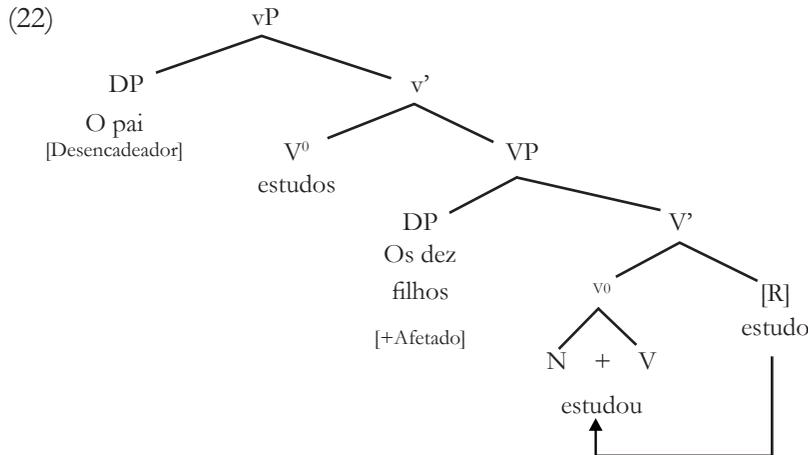
Nessa operação, teríamos a formação do verbo inergativo, com apenas um lugar sintático a ser preenchido pelo DP [+DESENCADEADOR, - AFETADO]. Ao se causativizar, a estrutura do verbo inergativo se expande. Um nível sintagmático acima é projetado, a fim de alocar mais um DP [+DESENCADEADOR, +AFETADO], como vemos em (21).



A estrutura (21), entretanto, ainda não pode ser considerada como definitiva, dado que há dois núcleos v<sup>0</sup>, ambos podendo atribuir caso abstrato ao DP<sub>1</sub>. O problema é como impedir que dois núcleos v<sup>0</sup> possam valorar o mesmo Caso a um mesmo argumento. Uma alternativa será, então, assumirmos que as estruturas causativas contendo verbos



inergativos são derivadas pelo mesmo procedimento que gera verbos deadjetivais e os verbos de localização. Assim sendo, partindo do pressuposto de que o núcleo  $v^0$ , em geral, não introduz DPs [Afetado], mas somente DPs com as propriedades [+DESENCADEADOR, -AFETADO], proporemos que o DP inferior será introduzido, então, por um  $V^0$ , de natureza não causativa. Desse modo, a estrutura argumental final de um verbo inergativo causativizado será semelhante à de outros verbos, pois contará com uma estrutura bipartida do sintagma verbal. A estrutura sintática dos verbos inergativos terá então o formato proposto em (22).



Com base no exposto, julgo necessário assumir que a estrutura argumental dos verbos inergativos causativizados deve ser mais complexa do que normalmente as teorias sobre a estrutura argumental pressupõem. Isso significa dizer que, para verbos inergativos causativizados, deveremos ter uma mudança na sua estrutura argumental. O  $vP$  formador do verbo inergativo, que inicialmente tem como núcleo um  $v^0$  causativo, quando participa de estruturas causativas sintéticas, deve assumir a estrutura de um predicado diádico, com núcleo  $V^0$  de natureza não causativa projetando uma posição de Spec e selecionando um argumento interno, em geral um NP nu que se incorpora ao núcleo





V durante a derivação sintática. Embora essas estruturas permitam dois DPs contendo as mesmas propriedades semânticas de Desencadeador, a diferença entre o  $DP_1$  e  $DP_2$ , nas representações em (21) e (22), reside no fato de que apenas o  $DP_2$  apresenta a o subtraço [-Afetado], enquanto o  $DP_1$  contém o subtraço [+Afetado]

### 3.2. Natureza semântica dos dois DPs agente

Um dos problemas que se coloca à nossa análise é explicar a ocorrência de dois DPs com papel temático de Agente numa teoria que prevê apenas uma posição para o DP com esse traço. Notemos (23), a seguir:

- (23) (a) Que bom que ele chegou o irmão pra frente.  
(b) A professora correu o menino da sala.  
(c) Só eu mesmo pra te saltar desse muro.  
(d) O dentista sentou o cliente na cadeira.  
(e) Esse governo está sempre voltando para os pontos importantes sempre a mesma corja.

Em (23) todos os DPs grifados recebem papel temático de Agente. Veja que numa mesma estrutura dois DPs recebem esse papel temático. No entanto, as sentenças em (23) não são agramaticais, como seria de se esperar, pois o critério temático exige biunivocidade entre argumentos e funções temáticas, isto é, a cada argumento corresponde *uma* e *uma* só função- $\theta$ ; e a cada função- $\theta$  corresponde *um* e *um* só argumento. A ocorrência de sentenças com dois DPs de mesmo papel temático deveria resultar em má formação e, portanto, ser barrada pela língua.

A distribuição de papéis temáticos nas orações causativas em (23) parece não poder ser explicada com base no critério temático. É aí que entra a proposta de Hierarquia Temática apresentada por Cançado (2003).

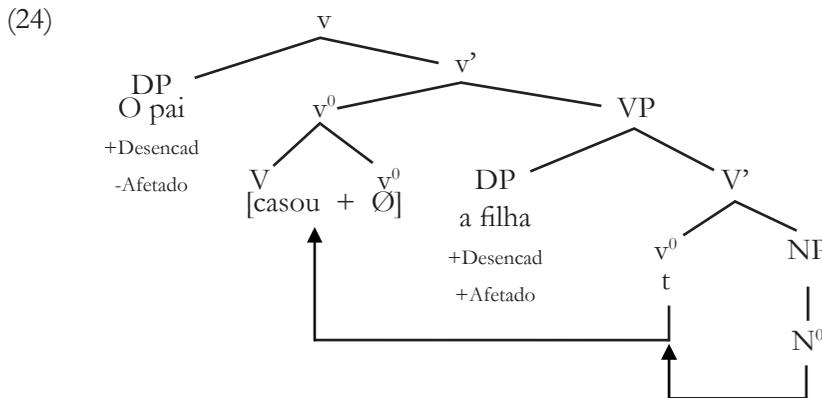




Como visto na seção 3 deste texto, a autora define papel temático como “feixe de propriedades semânticas”. Assim, dois DPs podem ter propriedades semânticas similares, mas nunca o *mesmo* feixe; pelo menos uma propriedade semântica lhe será peculiar, o que marcará a diferença de papel temático. Deste modo, a ocorrência de dois DPs com propriedades semânticas similares não é um problema para a teoria.

Em sua proposta de Hierarquia Temática, Cañado afirma que argumentos com a propriedade semântica [+Desencadeador] aparecerão numa posição mais alta na estrutura, enquanto que argumentos com a propriedade semântica [+Afetado] ocuparão uma posição mais baixa na hierarquia. Embora dois DPs possam ter em comum a propriedade semântica [+Desencadeador], apenas o DP interno possui a propriedade [+Afetado]. Este sim é o fator relevante para nossa análise.

Parece que a propriedade [+Afetado] é que define a posição dos DPs nas causativas sintéticas, garantindo que o DP causado ocupe *sempre* a posição de Spec de v; como se vê em (16) repetido abaixo como (24).

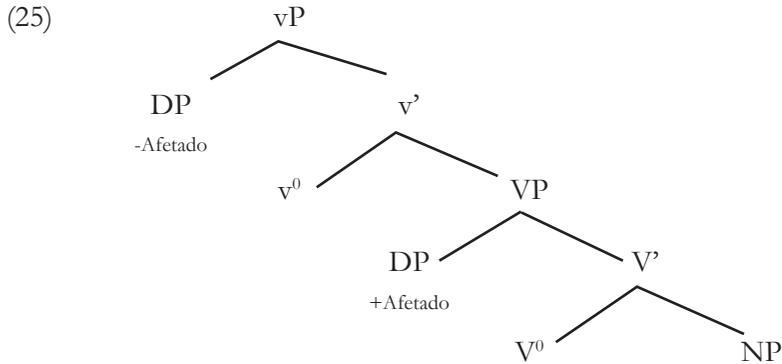


A representação em (24) também deixa claro que a proposta de Hale e Keyser para VPs complexos não é suficiente para explicar a causativização de verbos inergativos. Como se vê em (24), verbos inergativos podem figurar em construções causativas com lugares sintáticos para dois DPs





devidamente preenchidos. Lembrando que o DP [Afetado] será sempre alocado no VP inferior, tal como em (25).



Um trabalho a partir da abordagem teórica trazida por Cançado e pela hipótese formulada a partir da observação do comportamento dos verbos inergativos no PB permite explicar a ocorrência de dois DPs com papéis temáticos similares, ou melhor, com propriedades semânticas similares, mas papéis temáticos diferentes. Também permite entender por que o DP causado aparece sempre numa posição mais baixa na estrutura, isto é, Spec de VP. Isto ocorre porque ele carrega a propriedade [+Afetado], o que fará com que ocupe a posição mais baixa na estrutura.

## Considerações finais

Com base no exposto neste texto, julgo necessário postular algumas hipóteses, mesmo que de forma preliminar.

Hale e Keyser (1993, 2002) afirmam que a estrutura argumental dos verbos é complexa, isto é, é composta da concha v-VP. Isso significa dizer que os verbos são formados por uma operação sintática denominada *conflation*. Nesta operação, um núcleo X<sup>0</sup> move-se para a posição de Spec de v a fim de transferir sua matriz fonológica para o núcleo v<sup>0</sup>, o verbo



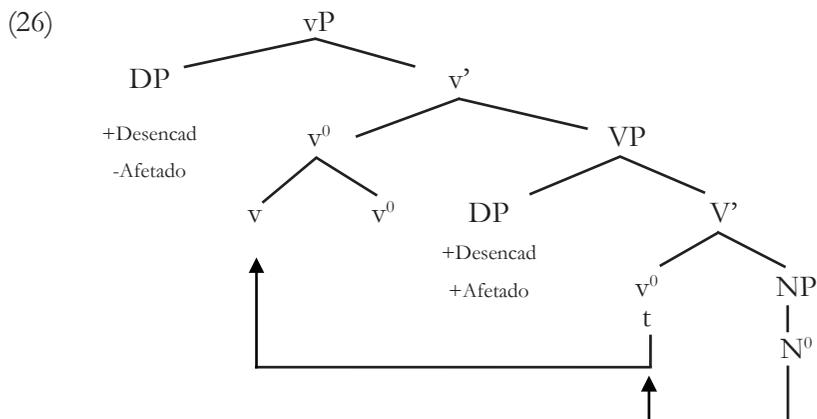


leve, que não está realizado fonologicamente na morfologia. O verbo leve, por sua vez, introduzirá, na estrutura o DP [+Desencadeador]. Vale ressaltar que na proposta em questão não há lugar para uma estrutura que apresente dois DPs com a propriedade semântica [+Desencadeador]. Essa abordagem descreve bem o processo de formação de grande parte dos verbos da língua bem como das causativas sintéticas, meu objeto de estudo. Entretanto, os verbos inergativos não podem ser explicados dentro desse quadro teórico.

O problema é que o quadro teórico de Hale e Keyser (1993, 2002) não prevê a causativização dos verbos inergativos, sendo assim não há como explicar a ocorrência dos dois DPs [+Desencadeador] tendo como base essa teoria. Os verbos inergativos revelaram ser um caso à parte. Têm sua origem numa *conflation* de uma Raíz [R], de natureza nominal, com o verbo leve de natureza causativa. Inicialmente, oferecem lugar para apenas um DP, a saber, aquele com as propriedades semânticas [+Desencadeador, -Afetado]. Posteriormente, ao se causativizar, o verbo inergativo projeta um nível sintagmático acima, a fim de alocar mais um DP necessário à situação causativa. Essa projeção terá como núcleo um verbo leve de natureza causativa que introduzirá o DP [+Desencadeador, -Afetado] e a ele atribuirá caso acusativo. Ter duas projeções, ambas com o verbo leve como núcleo, acarreta problemas teóricos, já que o verbo leve não pode licenciar um DP com a propriedade [+Afetado]. Sendo assim, assumimos que os inergativos causativizados terão sua estrutura modificada. A projeção inferior terá como núcleo um V<sup>0</sup>, de natureza não causativa, que possibilitará a introdução do DP [+Afetado]. O vP superior continua tendo como núcleo o verbo leve causativo, que introduz o DP [-Afetado] e a ele atribui caso acusativo. De modo que, ao ser causativizado, o verbo inergativo também será evidência a favor da estrutura bipartida do VP, pois contará com a concha v-VP em sua formação.



Proponho, portanto, que os verbos inergativos, quando causativizados, exigirão uma estrutura tal como a representada em (26), a seguir.



Conforme deixa claro o diagrama (26), o proposto em Hale e Keyser (1993, 2002) está incompleto, necessitando ser reformulado a fim de explicar a causativização dos inergativos no PB.

Vejamos agora como explicar a ocorrência de dois DPs [+Desencadeador] nas orações causativas sintéticas. Sabemos que a abordagem tradicional não é capaz de solucionar esse problema. À primeira vista, parece-nos que os dois DPs [+Desencadeador] desafiam inclusive o critério temático. A solução que encontro para descrever as causativas sintéticas no PB bem como explicar a ocorrência de dois DPs com papel temático semelhante é adotar a proposta teórica de Cançado (2003).

Segundo a autora, papel temático é o grupo de propriedades semânticas “atribuídas a um argumento a partir das relações de acarretamentos estabelecidas por toda a proposição em que esse argumento encontra-se”. Cada argumento tem propriedades semânticas que lhes são atribuídas na proposição; não apenas pelo núcleo V. De modo que, os argumentos



podem ter propriedades semânticas semelhantes, mas nunca o mesmo grupo – papel temático – de propriedades semânticas. Essa abordagem não fere o critério temático, já que o papel temático de cada argumento lhe será único. Pode-se também dizer que, para essa abordagem, não é problema ter dois DPs com propriedade [+Desencadeador] numa mesma sentença, pois outra propriedade qualquer tratará de distinguir o papel temático. Assumo, pois, que as orações causativas sintéticas necessitam ser explicadas adotando o conceito de papel temático trazido por Cançado.

Cançado também propõe uma hierarquia temática. Segundo essa hierarquia, os argumentos com propriedade [+Afetado] devem aparecer numa posição mais baixa na estrutura. Também aqui é possível explicitar a posição que os DPs ocupam nas orações causativas. Assim, postulo que o núcleo *v* inferior das causativas sintéticas introduzirá sempre o DP [+Desencadeador, +Afetado], enquanto que o núcleo *v* superior introduzirá sempre o DP [+Desencadeador, -Afetado]. Deste modo, é possível fornecer uma descrição mais completa das orações causativas sintéticas no PB.

## Referências

ADGER, David. **Core Syntax**. Oxford: University Press, 2004.

BITTENCOURT, Vanda de Oliveira. **Da Expressão da Causatividade no Português do Brasil: uma Viagem no Túnel do Tempo**. 1995. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1995.

\_\_\_\_\_. **Causativas Lexicais no Português do Brasil: Perfil Morfossintático, Semântico e Funcional-Discursivo**. In: DECAT, Maria Beatriz Nascimento *et al.* **Aspectos da Gramática do Português: uma abordagem funcionalista**. Campinas: Mercado de Letras, 2001. p. 167-232.





BURZIO, Luigi. **Italian Syntax: a Government-Binding Approach**. D. Reidel Publishing Company, 1986.

CAMARA, J.M. **Dicionário de Linguística e Gramática**. 9. Ed. Editora Vozes: Petrópolis, 1981.

CANÇADO, Márcia. **Hierarquia Temática: uma Proposta para o PB**. Revista Letras, 61:60-62, 2003.

\_\_\_\_\_. **Propriedades Semânticas e Posições Argumentais**. DELTA, v. 21, n. 1, p. 23-56, 2005.

CHOMSKY, Noam. **The Minimalist Program**. Cambridge: MIT Press, 1995.

COMRIE, Bernard. Causative verb formation and other verb-deriving morphology. In: SHOPEN, Timothy (Ed.) **Language typology and syntactic description: grammatical categories and the lexicon**. Cambridge University Press, v.3, 1985.

DUARTE, Fábio Bonfim. **Predicados Ergativos**. Juiz de Fora: UFJF, ms, 2002.

FRANCHI, Regina Celi Moraes Whitaker. **As Construções Ergativas: um Estudo Semântico e Sintático**. 1989. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP, 1989.

GIVÓN, Talmy. **Cause and Control: on the Semantics of Interpersonal Manipulation**. In: KIMBALL, John P. (Ed.). **Syntax and Semantics**. New York Academic Press, v. 4, p. 39-89, 1975.

GUASTI, Maria Teresa. **Romance Causatives**. In: Liliane Heageman (org.) **The new comparative syntax**, Longman, 1997. p. 124-144.





HALE, K. & KEYSER, S. **On argument structure and the lexical expression of syntactic relations**. In: K. Hale & S. J. Keyser (eds.) *The view from building 20*. MIT Press, Cambridge, MA, 1993.

\_\_\_\_\_. **The Basic elements of argument structure**. MIT Working Papers in Linguistics, vol. 32, MIT, Cambridge, 1998.

\_\_\_\_\_. **Aspect and the Syntax of Argument Structure**. MIT, ms 2002.

MACEDO, Walmírio. **Dicionário de Gramática**. Edições de Ouro: Rio de Janeiro, 1979.

LARSON, Richard. **On The Double Object Construction**. *Linguistic Inquiry*, v. 19, n. 3, 1988.

LOPES, Mário Alexandre Garcia. **Análise da Estrutura v-VP na Teoria Gerativa**. Belo Horizonte: Revista ReVeLe, 2007, no prelo.

PERINI, Mário Alberto. **Ergativas e Médias em Português**. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 8, n. 16, p. 13-34, 2005.

RADFORD, Andrew. **Syntax: A Minimalist Introduction**. Cambridge: CUP, 1998.

RAPOSO, Eduardo Paiva. **Teoria da Gramática**. A Faculdade da Linguagem. Caminho: Lisboa, 1992.

SHIBATANI, Masayoshi. **A Linguistic Study of Causative Constructions**. 1975. Tese (Doutorado). California University, 1975.

\_\_\_\_\_. **Causativization**. In: SHIBATANI, Masayoshi (Ed.). **Syntax and Semantics: the Grammar of Causatives Constructions**. New York Academic Press, v. 5, p. 239-294, 1976.

